



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA, PRAC  
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**JOSÉ WILLIAM LOPES TORRES**

**“REVOLUÇÃO... UMA NECESSIDADE!”:  
A IGREJA CATÓLICA E A PRODUÇÃO DO  
ANTICOMUNISMO EM CARUARU-PE, NO JORNAL A  
*DEFESA* (1958-1959)**

**Recife, 2016**

**JOSÉ WILLIAM LOPES TORRES**

**“REVOLUÇÃO... UMA NECESSIDADE!”:  
A IGREJA CATÓLICA E A PRODUÇÃO DO  
ANTICOMUNISMO EM CARUARU-PE, NO JORNAL A  
*DEFESA* (1958-1959)**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, PPG-CR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques.

**Recife, 2016**

T693r Torres, José William Lopes  
“Revolução... uma necessidade!” : a Igreja Católica  
e a produção do anticomunismo em Caruaru-PE, no  
jornal A Defesa (1958-1959) / José William Lopes  
Torres ; orientador Luiz Carlos Luz Marques, 2016.  
169 f. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de  
Pernambuco. Pró-Reitoria Acadêmica. Coordenação Geral  
de Pós- Graduação. Mestrado em Ciências da Religião,  
2016.

1. Análise do discurso. 2. Igreja Católica - Caruaru (PE).  
3. Poder (Teologia cristã). 4. Comunismo e cristianismo - Igreja  
Católica. 5. Estado. 6. Religião e Estado. 7. Igreja e Estado.  
I. Título.

CDU 801

**JOSÉ WILLIAM LOPES TORRES**

**“REVOLUÇÃO... UMA NECESSIDADE!”:  
A IGREJA CATÓLICA E A PRODUÇÃO DO  
ANTICOMUNISMO EM CARUARU-PE, NO JORNAL A  
*DEFESA* (1958-1959)**

**Aprovada em 26 de fevereiro de 2016**

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques, UNICAP**

**Orientador**

**Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral, UNICAP**

**Examinador interno**

**Prof. Dr. Everaldo Fernandes da Silva, UFPE, Campus do Agreste**

**Examinador externo**

## **DEDICATÓRIA**

Ao grande e todo poderoso Deus, por ter me dado condições para a conclusão deste trabalho. Com um toque de carinho e lembranças, aos meus pais e minha esposa que, com toda paciência, me apoiaram nesse estágio de minha vida pela busca do conhecimento. Aos mestres que estão comigo desde o “início de tudo”, mesmo sem citá-los para não cometer injustiças, meu eterno respeito e muito obrigado.

## **AGRADECIMENTOS**

Nos últimos cinco anos de estudos e pesquisas desenvolvidos desde a graduação no curso de História, realizado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru, muitos fatos ocorreram até a finalização desta obra. Muitos caminhos e descaminhos, histórias que não poderiam deixar de ser brevemente agradecidas.

Primeiramente, toda a honra e toda a glória dada a Deus pela finalização deste trabalho. Como se trata de uma produção acadêmica de cunho religioso, a presença e o agradecimento ao divino Deus seriam talvez até natural. Porém, para mim, essa conquista significa algo muito maior do que a conclusão de um simples trabalho. Por isso, sei que hoje devo demais a Deus. Não sei humanamente como agradecer por essa glória, mas espero que o meu comprometimento com a formação e a minha colaboração por meio de outros trabalhos que virão, possam ser a forma de retribuir o que me foi dado.

Em segundo lugar, quero agradecer aos meus familiares, sobretudo ao meu pai que com todo esforço e acreditando na formação de seu filho, colaborou para que mais um professor pudesse exercer com mais qualidade a sua função na sociedade. Minha mãe também não poderia deixar de ser mencionada, pois foi o pivô de uma peça central da estrutura moral e do meu encorajamento nesta conclusão. Ela foi quem me mandou ter “fé e coragem” durante todo o caminho, sempre deixando bem claro o seguinte pensamento: “faça tudo por amor e não pelo reconhecimento pessoal, pois existem pessoas que precisam de ajuda e só o dinheiro não é nada”.

Hoje, quero agradecer demais por eles acreditarem em mim, por estarem presentes nos momentos de angústias e aflições, por se preocuparem quando estava viajando e por me encorajarem a não relaxar, continuar e mostrar “raça” no que estivesse fazendo. Muito obrigado!

Também não posso esquecer de falar sobre Rafaela, uma menina jovem e determinada em seus atos. Uma pessoa que surgiu na minha vida ainda no estágio da graduação de nossa faculdade, mas que até hoje vem sendo alguém que se destaca por meio de gestos e representações de uma pessoa muito humana.

Hoje, além de minha amiga e companheira, é também esposa, com quem pude e ainda posso compartilhar alegrias e aflições. Inclusive, sendo muito importante para que eu concluísse tal obra, mesmo em meus tempos de solidão dedicados a elaboração deste trabalho. Agradeço significativamente por me ajudar, às vezes mesmo sem falar nada, a produzir e escrever um dos meus objetivos pessoais, e sei que me ajudará a minutar tantos outros. Obrigado, Pequena Dama.

Quanto a minha formação, o que falar? Não há como dizer tudo em apenas uma ou outra folha, mas é necessário devido às conformidades da academia! Então, quero agradecer a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) e ao Núcleo de Pesquisa (NUPESQ) que colaboraram demais na minha formação acadêmica e pessoal, tanto com o financiamento dos meus estudos, como também na promoção de uma cultura acadêmica, pois foi neste espaço que consegui iniciar e concluir essa obra.

É preciso deixar bem claro também que as paredes da FAFICA nada significariam se não fossem todos os professores que passaram em minha vida. Aliás, que não passaram, pois permanecem como pessoas que levo todos os dias na minha formação, seja nos escritos ou nas aulas que ministro enquanto professor. Todos os docentes foram importantes, mas não posso deixar de mencionar alguns fundamentais, mesmo estando distantes.

Neste caso, é fundamental mencionar aquele que me lançou na História. Foi necessária apenas uma aula do Professor Dr. Jailson Pereira para me convencer que o curso de contabilidade não era para mim! E sim, a História. Outro importante nome é o do Professor Dr. Adilson Filho, um mestre que me apresentou tantos estudos e teóricos. Ele fez com que eu entendesse um pouco a História. Em resumo, o meu muito obrigado a dupla Jailson e Adilson.

Outro que não posso deixar de mencionar é o professor Msc. Josué Euzébio, um mestre na arte acadêmica e um “super-humano” na arte da “humanidade”. A você “Jósa”, como gostava e ainda gosto de lhe chamar, muito obrigado.

E para finalizar os meus breves agradecimentos aos que compõem ou compuseram a FAFICA, é necessário citar uma que não deixou de ser presente e

que ainda hoje é muito significativa na minha vida pessoal, bem como na de minha esposa Rafaela, a professora Msc. Luzinete Lemos. Ela esteve comigo quando houve a minha primeira “derrota” em um processo seletivo que eu havia realizado. Jamais esquecerei o que ela me disse: “erga a cabeça, você não foi reprovado, reprovaram você, então ande firme porque assim como uma planta que o vento abaixa, você se levantará”. E hoje, estou aqui para mostrar que tudo passou e estou de pé. Sei que há ainda muito o que fazer, mas aprendi que na vida o fracasso, sendo pessoal ou não, são aprendizados.

Ainda preciso falar sobre Dr. Luiz Carlos, que se tornou mais que um professor. Ele é uma pessoa que, na sua simplicidade, nos faz ser mais reflexivos e ver a vida de maneira mais sóbria e calma. Em apenas dois anos (desde que o conheci no mestrado) já o considero um grande amigo e companheiro na produção acadêmica, e foi por meio dele que também conheci à Pablo, o “mago”, amigo de viagens, conversas e brincadeiras.

É preciso lembrar de quando saíamos de Caruaru ao meio dia para estarmos às duas horas da tarde na sala de aula, e o carro não era uma “nave” espacial, mas estávamos ali alegres e esquecendo que a qualquer momento o carro poderia quebrar.

Também é importante citar o professor Dr. Ricardo Burigana, um grande escritor do catolicismo na Europa, mas de uma humildade enorme, que conheci por meio do professor Luiz Carlos. Pretendo sempre dialogar com essa dupla e que futuramente possamos trabalhar juntos no conhecimento e na produção científica focada na humanização de todos que pudermos alcançar.

Ao final, desejo que fique registrado neste breve escrito o quanto sou feliz por essa vitória. A todos que mencionei e também aos que não citei, meu muito obrigado pela ajuda e por essa realização, como dizia Paulo de Tarso: “Combati o bom combate, completei a carreira e guardei a fé” (2 Timóteo, 4).



*“<sup>1</sup> Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos, e não tivesse o amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine.*

*<sup>2</sup> E ainda que eu tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse o amor, nada seria.*

*<sup>3</sup> E ainda que eu distribuísse toda a minha fortuna para sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada disso me aproveitaria.*

*<sup>4</sup> O amor é sofredor, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com leviandade, não se ensoberbece.*

*<sup>5</sup> Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal.*

*<sup>6</sup> Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade.*

*<sup>7</sup> Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.*

*<sup>8</sup> O amor nunca falha; mas havendo profecias, serão aniquiladas; havendo línguas, cessarão; havendo ciência, desaparecerá.*

*<sup>9</sup> Porque, em parte, conhecemos, e em parte profetizamos.*

*<sup>10</sup> Mas, quando vier o que é perfeito, então o que o é em parte será aniquilado.*

*<sup>11</sup> Quando eu era menino, falava como menino, sentia como menino, discorria como menino, mas, logo que cheguei a ser homem, acabei com as coisas de menino.*

*<sup>12</sup> Porque agora vemos por espelho em enigma, mas então veremos face a face; agora conheço em parte, mas então conhecerei como também sou conhecido.*

*<sup>13</sup> Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, mas o maior destes é o amor”.*

*(1ª Coríntios 13: 1-13)*

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar aspectos da produção e divulgação nos últimos anos da década de 50, do século XX, do discurso anticomunista de matriz católica integrista na sociedade caruaruense. Veiculado através do jornal *A Defesa*, esse discurso, construído pelos próceres e intelectuais da Igreja local, do clero e do laicato, buscou a manutenção da hegemonia da Igreja e a da classe à qual seus líderes sentiam-se ligados. Para essa análise, partiu-se do entendimento, baseado em Foucault, de que as relações do cotidiano são constituídas com o uso de códigos e linguagens, nos quais o jogo da dominação e dos saberes impera, com a finalidade de manter, através do discurso, as formas de dominação na sociedade. Além de Foucault, para a elaboração do presente trabalho, também foram utilizados os conceitos de Certeau a fim de compreender o cotidiano. Práticas e relações cotidianas que colaboram para a manutenção, como também a produção dos sujeitos sociais por meio de discursos e relações nos interstícios da sociedade como uma “arte de fazer e ser” dos sujeitos cotidianos. Aplicando esse instrumental teórico buscou-se analisar o discurso desenvolvido pela Igreja Católica, que se utilizou da linguagem da fé e da doutrina social formulada pelo papa Leão XIII, no final do século XIX, com a encíclica *Rerum Novarum*, a fim de coibir o avanço do comunismo no mundo e conseqüentemente no Brasil, como também na cidade de Caruaru, Pernambuco local. Pesquisou-se a metodologia utilizada pela Igreja na difusão imagético-discursiva acerca do comunismo, que não se resumiu apenas em pregações durante as missas, mas buscou alcançar a grande maioria dos caruaruenses, lançando uma “guerra santa” contra o comunismo, por meio do jornal *A Defesa*.

**Palavras-chave:** Estado; Igreja; Poder; Produção de consenso; Discurso anticomunista

## **ABSTRACT**

### **Abstract**

The goal of this essay is to analyze aspects of production and dissemination from the anticommunist speech of Catholic matrix in Caruaru society through the diocesan newspaper "A Defesa", in the last years of the 50s of the twentieth century. This speech built by grandes and intellectual men from the local church both clergy and laity, it tried to maintain the church's hegemony and mass which leaders are connected. The analyze was based on Foucault, everyday relations are established with the use of codes and languages in which there are domination and knowledge, in order to keep forms of domination in society by the talking. In addition to Foucault, it was also used the concepts of Certeau on the daily practices and relationships that contribute to the social networks, and the production of social subjects through speeches and relations of the society interstices, as an "art of doing and being". It is applying this theoretical tool, it analyzed the speech developed by the local Catholic Church which used the language of faith and the social doctrine formulated by Pope Leo XIII and developed by his successors, in order to stop the spread of communism in the city of Caruaru, Pernambuco. It was researched the methodology used by the Church in imagistic discursive dissemination about communism that was not reduced only in preaching at MISSA, but it wanted a big number of Caruaru people, it started a "holy war" against communism, through the newspaper *A Defesa*.

**Keywords:** State; Church; Power; Production of consensus; anticommunist speech

## Índice das imagens

<b>Figura 1:</b> As lições do tempo Quaresmal.....	121
<b>Figura 2:</b> Revolução... Uma necessidade!.....	125
<b>Figura 3:</b> 1º de Maio – Dia Universal do Trabalhador .....	126
<b>Figura 4:</b> 1º de Maio – Comemoração Universal do Trabalho .....	128
<b>Figura 5:</b> Senhora, valei-nos .....	131
<b>Figura 6:</b> Catolicismo ainda é baluarte contra Comunismo .....	132
<b>Figura 7:</b> Contra um instinto místico da vida do povo russo.....	135
<b>Figura 8:</b> Ideias e controvérsias .....	138
<b>Figura 9:</b> O Livro .....	140
<b>Figura 10:</b> Demonstram os comunistas a farça (sic) quando .....	145
<b>Figura 11:</b> Ideias e controvérsias .....	147
<b>Figura 12:</b> As Nações preparam um cataclisma.....	150
<b>Figura 13:</b> Não queremos pecar por omissão.....	152
<b>Figura 14:</b> Socialismo e Comunismo .....	155
<b>Figura 15:</b> Comício dissolvido a pedradas em Caruaru .....	156
<b>Figura 16:</b> Internacional .....	157
<b>Figura 17:</b> A Igreja do silêncio .....	159
<b>Figura 18:</b> Charge .....	160

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: O DISCURSO E SUAS RELAÇÕES NOS INTERSTÍCIOS DA SOCIEDADE .....	21
1.1 O moderno discurso científico e a produção do lugar social.....	29
1.2 O discurso religioso medieval e sua transformação com o advento da ciência moderna .....	42
1.3 A década de 50: o Estado de Direito e a Igreja Católica, uma “marca” incomum.....	52
CAPÍTULO 2: DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA: UM DISCURSO, UMA PRÁTICA E UM PODER.....	59
2.1 Doutrina Social da Igreja Católica.....	60
2.2 <i>Rerum Novarum</i> e <i>Quadragesimo Anno</i> : uma análise crítica do discurso papal acerca das questões econômicas e políticas .....	70
2.3 Uma atividade nos microespaços da sociedade: do público ao privado.....	77
2.4 Quando Deus não julga, a Igreja quer ser Deus .....	80
2.5 <i>Quadragesimo Anno</i> : quarenta anos depois, o trabalhismo e a luta de classe.....	83
CAPÍTULO 3: BREVES ANÁLISES ACERCA DA IGREJA CATÓLICA E O COMUNISMO NA REPÚBLICA BRASILEIRA .....	93
3.1 Igreja Católica e comunismo na década de 50 no Brasil.....	93
3.2 A imprensa e o anticomunismo no Brasil.....	108
CAPÍTULO 4: A DOCTRINA SOCIAL IGREJA E A PRODUÇÃO DO ANTICOMUNISMO POR MEIO DA MÍDIA CARUARUENSE CATÓLICA .....	117
4.1 A produção do anticomunismo por meio do jornal <i>A Defesa</i> . .....	118
4.2 A produção do medo ao comunismo na mídia católica caruaruense.....	133
4.3 Ano de 1959: uma crise política que agravou a relação da Igreja Católica com a América Latina. ....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	167

## INTRODUÇÃO

Compreender o sagrado e as diversas formas religiosas na sociedade é um desafio bastante árduo para o pesquisador, exigem-se métodos aplicáveis para que seja possível a compreensão de um fato social. Procedimentos que nos levam a identificar no objeto de estudo a sua relação com o espaço social ao qual pertence. Uma busca que vai do senso comum ao cientificismo por meio de saberes metodologicamente aplicáveis.

Naturalmente a Ciência da Religião, refiro-me ao todo que a compõe, não atua de forma diferente, isso porque é uma ciência que estuda o fenômeno da religião e sua relação com as diversas culturas humanas. Logo, a religião por fazer parte do campo das produções humanas, apresenta-se de forma possível de compreensão por meio de seus métodos de investigação. E como tantos outros campos de pesquisa científica, “não existem fórmulas prontas. Esse desafio demanda, talvez, justamente *caridade*, ampliável em seu campo de aplicação para o diálogo entre os próprios cientistas sociais” (VELHO, 2001, p. 243).

Diálogo esse que se faz presente nessa obra, um debate entre o campo da História e a Ciência da Religião. Para que tal relação fosse possível, compreendeu-se que: “A origem de fontes para a Ciência da Religião são seres humanos. O que chamamos de “religião” é algo em que eles crêem e fazem”. (GRESCHAT, 2005, p. 36). Logo, se assim é possível interpretarmos a religião enquanto prática humana, então é possível por meio da História e das suas “ferramentas” compreendermos o homem e a sua cultura religiosa.

As diversas formas de “sagrado” se torna um estudo que o Cientista da Religião possui e que o campo da História não deve ignorar, muito pelo contrário, deve analisar como os elementos tidos como sacralizados apresentam-se imbricados entre os pares que compõe o homem na sua esfera social. E nesse contexto é que aparece o lugar religioso, grupos religiosos, práticas religiosas, etc., estas que, são linguagens e artes humanas, se fazem presentes a partir do momento em que as comunidades religiosas se inventam compactuantes de suas habilidades de crenças e sociabilidade de reprodução em prol de uma crença.

O material ou o objeto de estudo do cientista da religião vai muito mais além de estudar o sujeito em si ou a crença juntamente ao fenômeno religioso como fato isolado, analisa-se qual a relação do homem e a confiança no divino, e como esse divino se apresenta diante da sociedade a partir de práticas cotidianas. Não existem fórmulas próprias para se adquirir tal compreensão, muito pelo contrário, buscam-se caminhos a fim de compreender o homem e as várias formas de representações religiosas.

E é assim que a História vai colaborar para o entendimento de elementos da religião, pois se o sagrado é uma introspecção do sujeito em relação a “Deus” e assim por diante se faz reprodução diante do dado social, então aí temos uma manifestação de uma cultura e a construção de sujeitos atuantes na sociedade produzindo e reproduzindo práticas humanas, onde o cotidiano se faz recheado de espaços hábeis de estudos.

O cotidiano é tecido por caminhos e descaminhos, uma faixa imbricada que nos faz percorrer diante do objeto de pesquisa, se torna um campo de estudo que relaciona o homem e o espaço. E não é diferente para se compreender práticas religiosas, analisa-se o cotidiano e suas linguagens e representações sociais a partir do homem.

Mas o que seriam tais linguagens? São discursos que as sociedades passam a reproduzir, códigos cotidianos, uma produção artificial do meio e das práticas de condutas funcionalistas. Ao focalizarmos a sociedade como linguagens cotidianas podemos buscar onde e como códigos discursivos nos são apresentados, a exemplo, as escolas com suas produções disciplinares de aprendizado, o manicômio como um espaço de cura dos “loucos”, o exército com a necessidade da “ordem”, a religião com os seus discursos de fé para a “salvação” da alma, etc. Todos esses, à procura de produzir os seus arquétipos e suas “verdades” de cura e salvação.

Assim um dos objetos de estudo do presente trabalho é compreender um dos elementos da religião, isto é, o seu discurso de fé e salvação a partir da Igreja Católica Romana.

Segundo Hans – Jürgen Greschat

Cada uma das milhares de religiões que podem ser escolhidas e estudadas é representada como uma totalidade passível de investigação de acordo com quatro perspectivas: como comunidade, como sistema de atos, como conjunto de doutrinas ou como sedimentação de experiências” (Greschat, 2005, p. 24).

Deste modo, é nesse conjunto de interpretações de doutrinas produzidas discursivamente que a presente obra se debruça. Faz-se uso da compreensão dos discursos desenvolvidos no cotidiano a fim de entender o conjunto de doutrinas de fé tidas como sacralizadas pela Igreja católica entre os anos 1958 e 1959 em Caruaru – PE, e o seu pretense objetivo de constituir um ideal de sujeito “perfeito” e salvo do “pecado”, e que ao mesmo tempo se esforçou em produzir o “outro”, o “herege”, que na ocasião histórica era o comunista, a partir da Encíclica Papal *Rerum Novarum* tendo o jornal *A Defesa* como um dos meios veiculadores para a sua promoção.

Partindo do conceito de que o cotidiano é composto de conjuntos de doutrinas produzidas discursivamente, o primeiro capítulo deste trabalho busca analisar o discurso e suas formas de biopoderes nas sociedades modernas. Entendendo que, para além de superestruturas, as relações humanas se estabelecem por meio das produções de conceitos do modo de ser e fazer do homem.

Neste caso, um dos teóricos utilizados, a fim de analisar como o discurso se apresenta nos meandros da sociedade e sua eficácia na tecnologia de dominação, foi Michel Foucault. Tal autor foi de fundamental importância, pois, por meio de suas obras, é possível compreender como os biopoderes buscam disciplinar e doutrinar os sujeitos sociais. Na ocasião, o presente estudo, se utilizou de tais conceitos de biopoderes a partir de Foucault para compreender o catolicismo romano e seus discursos disciplinares, entendendo a Igreja Católica Romana uma constituição de saberes religiosos dominantes, de modo que desde as suas origens atuou, e ainda atua, na predisposição de criar elementos de controles sociais por intermédio de códigos religiosos e condutas entre os seus membros.

A relação de sujeito e religião, entendida como comunidade de reprodução de dogmas religiosos entre os pares, nos faz refletir até que ponto o sagrado é atingido de forma subjetiva por intermédio de discursos de doutrina religiosa. Uma tecnologia de disciplinarização do sujeito na sociedade, onde o que



formaliza o “fiel e crente católico” passa na esfera de submissão e reprodução da crença em um discurso “divinizado” pelos pares que compõem os espaços religiosos da instituição, a Igreja Católica Apostólica Romana.

Contudo, compreender a fé apenas analisando um discurso se tornaria meramente superficialidades, pois segundo a fenomenologia da religião, a crença em um deus é algo, em muitos dos casos, irracional e que segundo Rudolf Otto o sagrado “...designa o lado irracional de Deus, ou seja, se refere ‘ao’ sagrado despido de seus aspectos racionais e morais” (GRESCHAT, 2005, 112).

No entanto, analisou-se o discurso de “obediência” a um “Deus” inquestionável e que sendo a divindade suprema, todos os fiéis deverão seguir sem dúvida alguma. Uma produção amparada na justificativa salvacionista e de pertença, onde o bom católico deverá cumprir com determinados deveres na sociedade para ser entendido como tal.

Naturalmente apenas analisar o discurso e suas formas de dominação ainda não seria suficiente para o entendimento da produção do “bom católico sacralizado nas bases do catolicismo romano”, se fez estudo de Michel de Certeau ao analisar como o discurso impera e se faz presente entre os lugares.

É justamente no entendimento dos códigos escriturísticos da sociedade que Certeau nos ajuda a aprofundar algumas questões desta obra. Segundo Certeau, os “lugares” e os “não lugares” são produções e interpretações de códigos de condutas a serem seguidas. O “lugar” é o “correto”, o “ideal”, e o “não lugar” paira na margem do “desviado”, isto é, os que não “pertencem” a determinado fins, pois as suas práticas não condizem com os espaços.

Logo, o “lugar” do católico sacralizado deveria estar imbricado entre elementos de conduta sociais aceitáveis entre os pares. Nessas condições, as religiões analisadas como comunidade e códigos de doutrina produzem os seus “santos” e os seus “demônios”, são antíteses que estranhamente são necessárias para a fomentação da busca de uma fé ou de um “Deus” que não se questiona, mas apenas se venera.

Segundo Evans – Pritchard

Qualquer concepção religiosa do mundo implica a distinção do sagrado e do profano, opõe ao mundo em que o fiel se entrega livremente às suas ocupações, exerce uma atividade sem conseqüências para a sua salvação, um domínio onde o temor e a esperança o paralisam alternadamente, onde, como à beira de um precipício, o mínimo desvio no mínimo gesto pode perdê-lo irremediavelmente (PRITCHARD, 1978. p. 19).

É assim que avançamos para o segundo capítulo deste trabalho, para analisar como o discurso de “verdade” católica pôde, e ainda possui ferramentas para tais desígnios, intervir no sentido de fé salvacionista ou de condenação de seus fiéis.

Para tanto, foi analisada a encíclica papal de Leão XIII chamada *Rerum Novarum* que foi a responsável em criar a Doutrina Social Católica. Uma encíclica que se empenhou em tentar apaziguar as tensões que se seguiam no final do século XIX e início do XX. Conflitos e debates calorosos devido ao capitalismo que emergia significativamente opondo patrões e operários. Na ocasião, a Igreja Católica Romana decide ser a balizadora de tais conflitos, numa busca em que as duas partes supostamente poderiam se entender.

Analisar a encíclica de Leão XIII talvez deixe a entender que o sagrado de nada foi interferido, a fé dos fiéis jamais fora maculada. Porém, a relação que a Igreja coloca diante das questões sociais não é apenas de mediadora, numa relação humana, muito pelo contrário, torna-se protagonista e se atém de estratégias de dogmas religiosos apelando para os elementos divinos. A Igreja Católica historicamente se colocou, e ainda se coloca, como aquela que difunde a palavra cristã na Terra e defende o que Deus quer, como tal deve ser assimilada entre os homens de forma irracional e imutável, constituindo a crença de um Deus que fala a todos por meio dos homens.

A esfera do sagrado passa a ter influências diretas no contexto das questões sociais e assim é que se passa o segundo foco do trabalho. Busca analisar como a Doutrina Social Católica passa a ser a reprodutora de um discurso de fé por meio das tensões trabalhistas da virada do século XIX para o XX. Uma ação política, mas que se apoiou das crenças e dos preceitos divinos para que pudesse intervir entre os sujeitos na sociedade.

Deste modo, a encíclica papal de Leão XIII sendo uma doutrina nos foi possível compreender como as religiões passam a produzir no tempo e no espaço os seus elementos de “verdades” religiosas e ainda nos dá condições não de compreender a fé em si enquanto fenômeno, mas sim de perceber que em muitos dos casos o que o fiel compreende como sagrado, e que na perspectiva de Rudolf Otto passa em muitos dos casos como uma forma de discurso que se produz nas sociedades a fim de produzir o conceito de pertença do “crente”.

Para o terceiro capítulo foi estudado como o Brasil recebe a Doutrina Social Católica e qual a sua relação diante da sociedade. Um capítulo que buscou compreender como a fé católica se tornou presente diante de um contexto que se seguia, o século XX e, sobretudo, a década de 50. Relacionar a encíclica papal de Leão XIII com a década de 50 teve como um terceiro objetivo deste trabalho para compreender como a esfera internacional atingiu o elemento religioso.

Após o fim da segunda guerra mundial o mundo foi bipolarizado em duas formas interpretativas de economia: o capitalismo e o socialismo. Na ocasião, a Igreja Católica Romana se empenhou em articular um discurso justo e sem exploração entre os sujeitos. Prática essa cujas bases estão presentes na Doutrina Social Católica escrita na encíclica papal de Leão XIII, *Rerum Novarum*, onde defende a boa relação entre patrões e operários, ajustando a situação de sujeito ao que Deus determinou para cada homem.

Cria nesse ponto uma relação do desejo divino à condição humana, e por motivos próprios e de reação ao bloco socialista, a Igreja Católica Romana ataca as políticas da URSS. Defende que o fiel católico romano não deve se empenhar na busca de políticas de esquerdas ou sindicais, mas sim aceitar “o papel divino” que cada homem recebeu de Deus. Se patrão, assuma de forma justa o papel de ser o líder, e se operário, assimile o seu dever sem questionamentos, e Deus será o juiz de ambos os lados.

Há nesse contexto uma relação que a História pode colaborar para a Ciência da Religião, isto é, compreender de forma analítica como a fé passa a ser instrumento de poder diante da condição humana, uma experiência que a Igreja Católica Romana não inaugurava com a *Rerum Novarum*, mas apenas reinventava

uma “Cruzada” do século XX, que em nome de Deus combatia as políticas de esquerda.

O quarto capítulo deste trabalho buscou entender como o discurso “oficial” da Igreja Católica Romana procura atingir a população caruaruense. Uma luta que não ficou apenas na *Rerum Novarum*, mas se utilizou do jornal local chamado *A Defesa* para reproduzir e transmitir a mensagem de fé para os seus leitores.

A relação entre o desejo da Igreja e o fiel passa a ser analisada no quarto capítulo desse trabalho, a partir do conceito de Greschat, ao definir a religião como comunidade, doutrina, sistemas de atos e representações. A Igreja Católica Romana se utiliza de seu poder discursivo determinante entre os fiéis a fim de combater o seu imediato inimigo, o comunismo, que também de modo invertido, em suas respectivas áreas de atuação, também combateu o cristianismo, mas que para este trabalho foi delimitado apenas a análise de discurso de fé da Igreja Católica Romana em relação ao comunismo nos anos de 1958 e 1959 em Caruaru – PE.

Para chegar a tais resoluções deste trabalho, mas deixando claro que há muitas lacunas a serem preenchidas e reinterpretadas, foram analisados documentos fundamentais, como por exemplo, a *Rerum Novarum*, a *Quadragesimo Anno* e a *Fidei Donum*. Encíclicas papais que colaboram para a produção de um discurso de fé, uma “verdade” pré-estabelecida cuja função seria a produção do “bom católico” e seguidor da “fé” cristã católica romana. Uma manobra discursiva que se empenhou em definir os “lugares” e os “não lugares” do “verdadeiro crente”.

Em seguida, foram analisadas matérias jornalísticas do jornal *A Defesa*, que foi um dos grandes veículos colaboradores da difusão do catolicismo na cidade de Caruaru e que colaborou na explicação e produção de uma disciplina católica embasada na *Rerum Novarum*. Essa estratégia desenvolvida pela Igreja Católica Romana não foi sem intencionalidades, pois “em nenhum outro lugar textos religiosos são tão valorizados quanto no Ocidente” (GRESCHAT, 2005, p. 48).

Claro que o jornal não era o “texto sagrado”, mas difundia o próprio, isto é, trechos da encíclica papal de Leão XIII, a *Rerum Novarum*, de modo que a encíclica papal em muitos dos casos equipara-se a própria bíblia, ou seja, como

sacralizada e não podendo ser questionada, pois Deus havia iluminado a mensagem do sumo pontífice, o Papa, para a promoção da “real” intenção da Igreja, a salvação de seus fiéis por meio da obediência e da condenação do comunismo.

O jornal, por conter várias matérias que destacavam o comunismo e a “boa fé” católica romana, deixou a necessidade de selecionar e atentamente buscar compreender quais os sentidos que cada matéria possuía. Deste modo, foi analisada e selecionada matérias que pregavam a postura do verdadeiro fiel católico romano, reportagens que defendiam a luta contra o comunismo e matérias que traziam pouco dos dois elementos. Todas foram didaticamente subdivididas, a fim de viabilizar no caderno de imagens a compreensão do leitor em relação à postura da Igreja Católica Romana, nos anos de 1958 e 1959, diante da sua pretensão de fé para com os seus fiéis.

Na ocasião, os anos de 1958 e 1959 foram cuidadosamente escolhidos porque trata-se do período em que se passava a Guerra Fria, tensões que envolveram todo o planeta, e que na ocasião a Igreja Católica Romana trabalhou em combater o comunismo. E além de tais questões, foram os anos em que o jornal *A Defesa* produziu significativamente matérias que destacavam a *Rerum Novarum* e a conduta do “verdadeiro” católico romano, de forma quase mensalmente.

Para finalizar é de fundamental importância explicar que para o campo da Ciência da Religião talvez não seja muito comum uma grande produção e intervenção dos métodos historiográficos, mas em decorrência de uma necessidade de interpretar os elementos do sagrado como um dos vários subsídios que compõem as práticas humanas foi preciso tamanho esforço.

Se a religião é uma releitura da íntima afinidade do fiel com o seu Deus é preciso ao cientista da religião também compreender que a crença, o rito, rituais ou as manifestações do sagrado, passam por relações do mundo material ao fenômeno e do fenômeno ao material, e sendo de importante ajuda compreender como as relações dos homens se estabelecem diante de fatos históricos e o que isso implica na leitura e releitura do sagrado, como um *mysterium tremendum*, parafraseando Rudolf Otto.

## **CAPÍTULO 1: O DISCURSO E SUAS RELAÇÕES NOS INTERSTÍCIOS DA SOCIEDADE**

Os discursos são alguns dos vários elementos que compõem as sociedades, são formados por interpretações e colocações de grupos que estão presentes nas sociedades e, em muitos dos casos, os discursos daqueles que detém o poder pretendem projetar um saber sobre alguém ou algo. Formas de “dizer” e determinar saberes que ao longo da história foram fundamentais para que a sociedade fosse sendo constituída, certamente esses discursos não foram erigidos aleatoriamente como quem apenas espalha ideias, muito pelo contrário, são saberes bem articulados e que são de grande modo trabalhados para que se possa produzir uma “verdade”.

Essas “verdades” atuam em espaços que muitas vezes não estão “visíveis”, pois este é o princípio de um discurso, isto é, não é ser percebido nem tampouco questionado, muito pelo contrário, os discursos devem funcionar entre os microespaços da sociedade, como micropoderes que atuam sobre o sujeito. Esse poder de “dizer” vai sendo gestado em meio a um aparato ideológico, que objetivam determinar o que cada sujeito deve ser ou fazer. São formas de saberes que são produzidos entre os sujeitos de modo que ao longo dos anos vão ganhando efetividade na sociedade.

### **Segundo Foucault**

...em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Os discursos têm uma função objetiva, atingir o “outro” como uma arma bélica, não se trata de uma agressão física, como num embate bélico propriamente dito, mas uma disputa discursiva, a medida que cada lado pretende impor a sua “verdade”.

Não nos faltam exemplos na história para percebemos como as sociedades se projetaram para uma produção de discursos, na verdade, não a sociedade, mas sim aqueles que se colocaram na sociedade como os “produtores

de verdade”. Se nos ativermos à história da Igreja Católica, por exemplo, é possível percebermos como foram produzidos os discursos teológicos nas sociedades onde a Igreja atuou. A produção de um discurso de pecado e de morte foi largamente construído como um elemento de controle social, afinal, no período conhecido como “Medieval” pelos historiadores, a humanidade viveu sob o medo de um inferno iminente, logo, foi constituindo um discurso salvacionista acerca de um Deus que deveria ser obedecido a partir de um saber fundado pela Igreja Católica Medieval.

Esses estratagemas discursivos fazem parte dos vários exemplos na história que nos permitem verificar como os discursos imperam na sociedade. É fato que a cada tempo histórico as sociedades buscam materializar os discursos de poder a fim de produzir um saber, esses saberes, por sua vez, vão sendo materializados sob os corpos e ao mesmo tempo vão sendo gestadas as estratégias de controle social.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Segundo Foucault, é possível percebermos que os discursos são meios de dominar as sociedades. Uma forma pela qual se procura exercer o poder é um meio a fim de debelar aquilo que se deseja, porque é assim que os poderes vão sendo justificados nas sociedades, por meios e formas de “dizer” e “fazer”.

É, pois, esse um dos meios pelo qual as culturas vão sendo gestadas, por métodos discursivos, pois as culturas são uma das várias formas de determinar como cada sujeito deve atuar na sociedade, são os projetos civilizatórios que determinam como nós devemos nos comportar nas sociedades. Nessa ótica de um saber civilizatório vão se ajustando os sujeitos sociais, numa busca incansável, numa arte de saber pedagógico, uma “máquina” de produzir sujeitos, ao passo que são determinadas as formas de controle social.

Esses métodos discursivos são sistemas anônimos que ao longo dos anos foram sendo cada vez mais ajustados para se conseguir o que se deseja, como uma maquinaria inconsciente, mas que, de grande modo, muito bem articulada nas sociedades modernas.

Além desses projetos discursivos de saberes agregados aos projetos civilizatórios, com o advento das sociedades modernas, e mais precisamente com o nascimento dos Estados Nacionais, foram sendo cada vez mais ajustados os mecanismos de controle social, um desses aparatos de controle pós-Iluminismo surgiu com o nascimento do Estado de Direito.

Certamente os pensadores dos Estados Nacionais estiveram preocupados com as formas de poder centralizadas na figura de um Rei que clamaria pela “Teoria do Direito Divino”, contudo uma vez tornado esse poder em “poder político moderno” ou “Estado Civil de Direito”, os poderes sociais começaram a atuar como um mecanismo legal, bem projetado, numa tecnologia discursiva.

São técnicas de se impor um discurso de “verdade”, sendo por sua vez administrado na figura de um líder ao passo que, acerca

...das questões concernentes aos mecanismos de governo e de controle das populações, isto é, ao “biopoder” (as relações de poder apreendidas em sua função de gerir e controlar a vida) –, abre-se todo um flanco de problematizações ao redor da maneira como os próprios indivíduos se constituem e, ao fazê-lo, respondem a essa mecânica do poder (YAZBEK, 2012, p. 26).

Ou seja, ao passo que os discursos vão sendo formulados nas sociedades, vão sendo constituídos os saberes sociais, um Estado de Direito que exige de seus membros uma participação dentro de um sistema legal. No pós-século XVII, o “Século das Luzes”, os discursos foram realocados da figura de uma só pessoa para serem distribuídos em vários poderes constituídos, mas que agora com uma sutileza de controle social chamada de “Lei”, código de condutas sociais que almeja o bem comum.

Essa prática Legal de agir que o discurso do Direito Moderno não cansa de nos mostrar, desde que foi gestado, seria a produção de doutrinas. Os sujeitos devem agir ao modo que o discurso legal determina. São práticas de “dizer” e “fazer”



do “outro” o que se deseja, é um meio de controlar e de, ao mesmo tempo, reger as sociedades.

Assim é possível percebermos que cada forma discursiva atua com efeito sobre o objeto, tramas de conceitos e lugares correlatos aos sujeitos titulares do discurso variando historicamente, seja no Estado de Direito pós-século XVII ou ainda em tempos históricos, onde o pensamento político moderno ainda não atuava.

Com efeito, cada formação discursiva é determinada por um conjunto de práticas discursivas que tornam possíveis o aparecimento de um certo número de objetos, uma certa trama de conceitos e certos lugares constringentes para os sujeitos titulares do discurso; e esses conjuntos de relações varia historicamente, dando formas a novos arranjos discursivos cuja tendência é a cristalização de determinados recortes temáticos ou teóricos. Como consequência, é preciso considerar que a suposta unidade dos discursos não se funda na experiência de seu objeto, ou na constituição de um horizonte de objetividades, mas em um “jogo de regras” discursivas que estão em comércio permanentemente com práticas extradiscursivas” (YAZBEK, 2013, p. 42).

Para se instituir uma “verdade” é preciso que se construa uma forma de saber. A rigor se projeta um discurso que toma forma legal e em seguida é aplicado o saber numa ótica de poder. Deste modo empenha-se uma projeção de discurso que paira entre a “verdade” e a “não verdade” determinando onde cada sujeito deve estar na sociedade.

São códigos legais de reger os Estados Modernos, um meio ao qual se impõe um discurso, pois determinar espaços nas sociedades é estar preocupado em controlar os sujeitos. O “espaço” de “verdade” e da “não verdade” atuam por meios de elementos jurídicos postulados entre os “doutores da ordem do discurso”, e entre si compactuam como uma sociedade de direito deve atuar.

Esse projeto discursivo vai operar num aparato legal de tal modo que entre os sujeitos vão sendo postulados os “desviantes” e os “não desviantes”. É um conceito de “verdade” que vai controlar a “não verdade”, isto é, um apoia o outro, são sistemas que se revezam a fim de postular um discurso de poder na sociedade tentando colocar cada um em seu devido espaço na sociedade.

Essa vigilância de sistema está para criar os espaços onde cada um pode atuar. É uma mecanização criada pelos Estados Modernos cuja finalidade seria a de

se buscar a fabricação dos espectros sociais, ou melhor, são sistemas que os determinam e projetam uma ordem. Desde que surgiram os discursos territorialistas, como uma “geografia do poder”, cada época histórica tratou de impor as suas ordens de coerção social.

São nesses espaços de “discursos geográficos” que ao mesmo tempo foram sendo criados os “exteriores”, ou melhor, aqueles que não podem, ou não fazem parte dos saberes postulados. Seja a mulher, o judeu, o louco, o iletrado, o delinquente, o comunista, para cada qual há um “lugar” próprio. Espaços esses que são construídos para cada sujeito ao seu tempo histórico.

É claro que, para cada sustentáculo, há determinadas doutrinas. Foi necessário criar um aparato legal, isto é, a institucionalização do saber. Essa institucionalização de um saber não é necessariamente do ponto de vista Legal de um Estado de Direito, mas sim de um conjunto de códigos morais que também atuam como verdades e espaços de poder.

É necessário que cada discurso tenha uma justificativa como pano de fundo. É assim que as sociedades de discursos operam há anos. Hoje, as sociedades de discursos já não operam simplesmente com aparatos legais de Direito, mas com doutrinas equivalentes à mecanismos de poder “legalizado”.

A forma mais superficial e mais sensível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 1996, p. 39).

Logo, os sistemas de restrição vão atuar para além dos portões de um poder legalizado institucionalmente, vão sendo formadas as sociedades de discurso cuja finalidade é justamente manter os códigos discursivos. Produzem espaços

fechados para que não se possa correr o perigo de se perder o controle do que se pretende controlar.

É a produção do “lugar” e do “não lugar”, que vai sendo cada vez mais gestada num fim bem objetivado, isto é, deter aqueles considerados “desviados” para o viés da ordem discursiva. Logo, ser uma heterotopia da doutrina discursiva é afirmar que é necessária a mudança, como uma “jardinagem social”.

O “lugar” é para os que se enquadram no discurso social de um saber, porém ao que está “fora” surge o “não lugar”, que na história se materializou em prisões, fogueiras, enclausuramentos etc. Assim, o sujeito é um “desviado” porque transgrediu a ordem do saber. Para tais questões é preciso estabelecer o jogo classificatório, ou melhor, identificar como e quais são os sujeitos “desviantes”.

Entender como são os “desviantes” é apenas procurar ver qual sujeito não compactua com o discurso de ordem. Essa leitura é feita ao analisar os “corpos desviantes”, aqueles que não apresentam a formalidade essencial para estar naquele saber. Logo em seguida é fácil ver quais são os sujeitos “desviantes”, pois este não compactua com a ordem discursiva sendo necessário excluí-lo.

Ao longo da história as exclusões do sujeito foram de vários meios possíveis, entretanto um elemento deve ser observado em todas as sociedades. Uma vez que o sujeito represente perigo iminente à ordem discursiva, ele deve ser retirado do meio ao qual faz parte.

Deixemos claro que os discursos são tendenciosos, quem fala diz a partir de um lugar que é por sua vez uma forma de buscar uma institucionalização de saberes. Todo discurso que se apodera de um saber pretende produzir um poder cujos objetivos são o de disciplinar os sujeitos na sociedade. Disciplina, por sua vez, perpassa o conceito de açoitamento ou até mesmo prisões corpóreas. Vai muito mais além, o projeto discursivo amparado num pressuposto de “lugar social” possui um poder disciplinar.

Para se determinar os que “pertencem” e os que “não pertencem” à ordem discursiva é “treinado um olhar”, um olho que está apto para, formalmente, estabelecer o conceito de pertença. Nessas condições, o “olho” que julga é fruto de uma institucionalização de um saber pré-concebido por um discurso de poder.

Para se julgar, se julga de um “lugar” para outro, e são justamente as posições que cada sujeito assume na sociedade que vão determinar o “olho do juiz”. Esses “olhos” podem ser de caráter religioso, jurídico, médico, enfim, o que se observa é que o controle está muito próximo de um discurso de poder e assim ao longo da história foram criados os hereges, criminosos, doentes sociais, desviantes, etc.

Para Foucault o saber é fruto de uma arqueologia que impera nas relações de poder. É aí que surge a “verdade discursiva” de tal modo que se impera o poder disciplinar em dadas épocas históricas.

Dito de outro modo, trata-se, para Foucault, de situar um saber (objeto próprio da arqueologia) no âmbito da Modernidade: considerando a “verdade” como uma produção histórica, descrevendo a formação dos discursos para estabelecer suas condições de existência – e não de validade - é a própria arqueologia que fornece o ponto de partida foucaultiano para fazer convergir as “formas modernas do saber” com a dinâmica peculiar das estratégias de poder que as envolve e que ao, fazê-lo, repõe sem cessar o caráter dissimulado das práticas constringentes que as sustentam (YAZBEK, 2012, p. 91).

Destarte, o saber não nasce nas sociedades, nem tampouco estão dotadas da ausência de uma intencionalidade, muito pelo contrário, para se promover um saber é preciso antes de tudo uma produção discursiva que, na perspectiva foucaultina, é uma arqueologia de saberes sociais.

Esse aparato arqueológico de saberes se torna uma investida de promover o discurso de verdade. O que é muito peculiar à produção de um discurso de poder é a sua necessidade de aplicação com efetividade. Para tanto, há uma técnica para que assim consiga o que se deseja, isto é, a produção de uma tecnologia moderna do discurso do poder social.

Assim como uma harmonia entre o “saber e o poder” as sociedades se revestem de um discurso para produzirem as disciplinas sociais. Nos espaços políticos essas práticas de uma arqueologia do poder são aplicadas com muito mais frequência, porque o que se pretende em instituições estatais é a manutenção de uma ordem.

Esse controle que o Estado se reveste por meio de um discurso de ordem, não se reveste apenas numa ótica de leis. É bem importante frisar esse ponto, pois o poder discursivo atua nos interstícios da sociedade, pois o discurso é antes de tudo repressivo em termo de aplicabilidade, como também de doutrinar e induzir gestos e comportamentos, porque para os governos o sujeito só é útil caso seja possível controlá-lo, caso contrário, ele deve ser excluído, sendo necessário projetar o desviante para uma margem social, fazendo brotar os marginais da história.

Na sociedade Moderna o poder atua com um aparato técnico. A sua genealogia é fruto de um saber que impera a partir de aparatos discursivos. Na sociedade o poder não é meramente lançado aleatoriamente, mas sim por intermédio de uma técnica que permita a formação desse poder. É a tecnologia de disciplinar e que passa a ser chamada de “biopoder” operando nos microespaços da sociedade.

Há uma diferença clara entre a “lei” e a “norma”. A “lei” procura dentro de um “código jurídico” o proibido ao modo de qualificar o sujeito, ou melhor, a “lei” vai determinar o que fazer e o que não fazer do ponto de vista teórico. Entretanto a “norma” atua como um código de conduta qualitativo e quantitativo em termo de valores comparativos ao modo de conceitos como anômalo ou pertencentes, os que não “fazem” são “desviantes” e os que “cumprem a ordem” são participantes sociais.

Essa tecnologia muito bem articulada nasce como um método de controle social que avança ao jurídico. Uma vez que a “lei” dita regras, a “norma” cria valores por meio do que vem a ser chamado de “consenso social”. Os arquétipos sociais são assim constituídos, como um “estabelecido” ou “desviante”, gerando em determinadas sociedades xenofobias, medos sociais e preconceitos.

Esse consenso social atua numa atmosfera superficial que mesmo fora de uma lógica científica legal ou jurídica, vai sendo gestado um “olho” dominante em relação ao desviante. O “estranho” se torna, portanto, um perigo, porque ele representa o caos, até porque esse “outro” está fora de uma atmosfera de entendimento do “consenso social”.

Logo, não é exagero afirmar que em toda sociedade existem discursos que formulam as múltiplas atividades sociais. Estamos envolvidos por discursos estabelecidos, onde cada sujeito vai operar e ser operado por um “biopoder”. São espaços que constituem a economia do corpo, onde cada produção discursiva vai ter como objetivo prático formar uma disciplina social.

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem dissociar, se estabelecer e nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade (FOUCAULT, 1979, p. 179-180).

Essa economia de atitudes e verdades que a sociedade nos impõe, trata-se de delimitar o nosso modo de viver. Assim, somos avaliados, qualificados e até obrigados a comungar ao modo do discurso de verdade que a nós foi imposto.

Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos de poder. Portanto, regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade, ou regras de poder e poder dos discursos verdadeiros, constituem aproximadamente o campo muito geral (FOUCAULT, 1979, p. 180).

Não basta apenas fazer parte de um lugar, é preciso estar em um campo discursivo ou pertencer ao campo de verdade, ou estar fora dele. Esses “espaços” e “não espaços” é o que nos classifica na sociedade. A classificação do poder discursivo como uma verdade implicará na afirmação de uma técnica jurídica legal. Neste caso, não apenas aos códigos de “leis civis”, mas aos códigos culturais impostos à sociedade Contemporânea.

### **1.1 O moderno discurso científico e a produção do lugar social**

Uma marginalidade social nos tempos atuais segundo Certeau não é mais uma minoria, mas uma maioria silenciosa, que foi enquadrada no limiar de um “lugar” social.

A figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa; atividade cultural dos não produtores, não legível, mas simbolizada, e que é a única possível à todos aqueles que no entanto pagam, comprando-os, os produtos-espetáculos onde se soletra uma economia produtivista. Ela se universaliza. Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa (CERTEAU, 1990, p. 44).

As sociedades modernas criaram meios de silenciar os excluídos sociais ou pelo menos invisibilizá-los, grupos que se apoderam de saberes específicos trabalharam numa produção de espaços discursivos a fim de marginalizar o que lhe é estranho.

São estratégias de poder e atuação, que na modernidade materializou-se numa formatação de controle social. Uma vez possível controlar, então alcançou o que se deseja. Essas estratégias operam por meios de um saber que é constituído ao modo de aferir forças e impor valores. Essa dinâmica de saber é um meio de isolar o “outro” em um ambiente desejável capaz de reger a sua força de embate. Esses princípios estão apregoados às nacionalidades políticas, econômicas ou grupos de pertença como religiosas, por exemplo.

Forças de tensões onde se disputa o “lugar”, uma pertença propriamente dita, pois são nos espaços territorializados que se firmam os poderes discursivos. Os lugares sociais na modernidade foram projetados para que grupos se apoderem deles, entretanto, os “grupos de poder” são aqueles que comungam de saberes próprios ou pelos menos possuem uma rede de códigos culturais de pertença social.

As religiões, por exemplo, operam há anos esses meios discursivos de lugares sociais numa ótica que se demarcam os lugares territoriais, a saber, são estratégias de controle social.

Chamo de “estratégias” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo modelos estratégicos (CERTEAU, 1990, p. 46).

A partir do momento que um lugar é produzido, então, se fabricam os sujeitos por meio de discursos. Não retiro a capacidade de mobilidade social do

homem na modernidade, porém é possível compreender que os arquétipos sociais são projeções de grupos que se empenharam em produzir um “lugar” social por meio de um saber anteposto ao “outro” do embate.

As estratégias de controle tinham nos sofistas da Grécia Antiga um destaque, pois pretendiam impor aos demais as suas “verdades”. Além deles, manuais de dominação também chamam a necessidade de imposição de saberes a fim de dominar, ao longo da história, as estratégias de controle social estão repletas de “saberes” capazes de ensinar como docilizar, como o discurso bíblico, por exemplo.

Logo, então, na modernidade foram constituídas leituras e formas de projetar dominações sociais, verdades constituídas a partir de uma cultura espetacularizada. As produções discursivas nas sociedades se tornaram “verdades monárquicas”, é a imposição do mais forte sobre o mais fraco.

Entretanto no mais simples modo de produzir os lugares discursivos, o discurso da imposição não declara dominação, muito pelo contrário, é uma “arte de fazer” que não se apresenta como imposição, mas um consenso de sociedade e cultura, que ao longo dos tempos confundiu-se à naturalidade da modernidade. Opera-se, portanto, uma mitigação da “lei” em docilização da imposição, pois se tornou natural “seguir” as estratégias de controle, afinal a própria história tratou de ensinar aos produtores de discursos que não se investe apenas na dominação pela força, mas também a partir de consensos harmônicos de progresso em prol de uma racionalidade humanizada.

Assim é que se produzem os “lugares” sociais, este que seria, portanto, a “ordem” que são elementos que se distribuem ao corpo social, uma imposição da lei do “próprio” que produz um saber.

Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí se impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 1990, p, 200).



O “lugar” são estratégias espacializantes que define um corpo social. Eles atuam no discurso da pertença ao tempo que se busca a submissão do “outro”. É fato que são meios de disciplinar as práticas tidas como sociais, então logo temos uma genealogia de saber.

Ao passo em que o lugar social é demarcado surge o “delinquente”. Este é o anti-herói, o que nasceu para o confronto direto ao “lugar”, que por sua vez assim o é pelo fato de não pertencer ao “lugar” social. Ele é o “ordinário”<sup>1</sup>, um ilegal que atua nos interstícios da sociedade.

Se o delinquente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do *percurso* sobre o *estado*, o relato é delinquente. A delinquência social consistiria em tomar o relato ao pé da letra, tomá-lo como o princípio da existência física onde uma sociedade não oferece mais saída simbólica e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há mais outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou outra de prisão e a errância do lado de fora (CERTEAU, 1990, p. 216).

Ao “lugar” associa-se os relatos falados, um sistema que busca articular discursos e práticas sociais, um campo de lutas entre o que produz o saber e o que é submetido às práticas discursivas.

Não há “voz” ou discurso “puro”, todo ele é fruto de uma produção cultural agregada aos valores de uma sociedade anterior ao sujeito que fala ou a quem se fala, é uma relação muito tênue entre o objeto e o sujeito. São economias culturais que ao passo dos anos vão se projetando, nesse caso, o discurso social surge como uma forma de naturalidade entre os pares que compõem um meio, mas é possível identificarmos que esses códigos discursivos são repletos de intencionalidades não importando a que ponto chegue.

É a colocação bem lançada, as formas de produzir os saberes vão se ajustando ao passo que os sujeitos se enquadram nas sociedades. Ao produzir discursos surgem os saberes sociais dotados de poder, uma arqueologia bem preparada para se instituir um saber social, analisa-se a que corpo social se dirige o

---

<sup>1</sup> Este sujeito “ordinário” não será aprofundado, em decorrência do objeto de estudo do presente trabalho, que pretende apenas analisar os espaços sociais criados discursivamente ao longo da história, mas jamais foi negligenciado durante a elaboração da pesquisa.

discurso, joga-se com o “outro”, e se busca analisar até que ponto é possível justificar uma dominação. São aparatos bem montados e uma vez maquinado a tecnologia do discurso, aí temos uma possível arqueologia dominadora, um poder que corta o que fala e o seu interlocutor.

Os discursos podem surgir de diversas maneiras. São as várias formas do discurso que buscam o poder, a “voz” que fala pode ser a escrita ou a oralidade, logo seja a imprensa escrita ou a falada, ambas são frutos de um meio que buscam circunscrever o “outro”.

Bem se sabe que a “voz” é uma construção ou construtora a partir do meio que está inserido. Esse mesmo elemento influenciável, produz portanto, o ponto inicial para a apropriação do espaço exterior que está predisposto à tomar o poder de construir lugares discursivos amparados na legitimidade social de uma verdade.

...o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como “sentido” remeter à realidade de que se distinguiu *em vista de mudá-la*. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade. O laboratório da escritura tem como função “estratégica”: ou fazer que uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre aí coligida, classificada, imbricada num sistema e, assim, transformada; ou fazer que as regras e os modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o meio e transformá-lo (CERTEAU, 1990, p. 226).

Na modernidade o projeto escriturístico se fixou em produzir no “papel em branco” uma verdade de “progresso”, esse projeto desenvolvimentista balizou a esfera do economicismo, da sociedade e da política. Portanto a arte de “escrever” ou produzir saberes em uma sociedade se torna o princípio de produzir lugares discursivos com o conceito de modernidade racionalista.

Do século V ao XVI, no Ocidente, a Bíblia foi a única grande produção escriturística de “verdade”, responsável por uma locução de um Deus que espera a fiel reposta do seu seguidor por meios das suas práticas consideradas pelo discurso institucional religioso como sacralizada.

Esse fato desencabeçou por séculos uma “verdade” teológica que conseguiu ditar formas de fazer e ser entre os microespaços sociais do sujeito. Ao

passo que o discurso bíblico era reproduzido na sociedade, logo se esperava uma produção arquetípica de um sujeito antes pensado num “papel em branco”.

Entretanto sabemos que não se deve enganar acreditando ser unânime a aceitação teológica e o seu cumprimento, ao menos sabemos que o “lugar” produzido socialmente partiu de um saber denominado de Escritura Sagrada, para uma sociedade dita como medieval.

Não se poderia superestimar a relação fundamental do Ocidente com aquela que foi durante muitos séculos a Escritura por excelência, a Bíblia. Simplificando a história (vou construir um artefato, sabendo que um modelo não se avalia por suas provas, mas pelos efeitos que produz na interpretação), pode-se dizer que antes do período “moderno”, portanto até os séculos XVI-XVII, essa Escritura fala. O texto sagrado é uma voz, ensina (primeiro sentido de *documentum*), é a chegada de um “*querer dizer*” do Deus que espera do leitor (de fato ouvinte) um “quere ouvir” do qual depende o acesso à verdade (CERTEAU, 1990, p. 228).

Logo, mesmo sabendo da não unanimidade da aceitação teológica sagrada, é possível ao analisar a história, que por séculos se buscou a produção de avatares com uma produção discursiva. Um Deus que exige e um fiel que deveras seguir, nessa relação estaria a produção do “perfeito” arquetipo social, datado do discurso dominador de um que se diz capaz de estabelecer a linguagem da verdade, isto é, o mensageiro de Deus na Terra.

O domínio da linguagem se torna o poder de controlar os códigos sociais. Uma vez sendo possível “dizer” é possível territorializar um “saber”. Se torna um campo imaginário de lugar “ideal”, um lugar da perfeita harmonia social, e assim o desviado aparece como um delinquente.

Este meio, por sua vez, demarca o espaço do sujeito sendo capaz de controlar e ditar práticas sociais. É a produção do “lugar discursivo”, como uma idealização do “lugar perfeito”. Claro que essa perfeição não está para aqueles que recebem o poder de dizer, mas está direcionado para os que estão para ouvir falar.

Para Certeau o uso da linguagem se torna, na modernidade, um esforço para alocar o corpo social em um espaço próprio ao discurso que fala. São elementos muito bem utilizados ao longo da história, mas a modernidade soube dela

se apropriar bem ao associar ao fato de “progresso”, a fim de fazer valer a proposta racionalista.

Entretanto onde a linguagem social foi utilizada ela se empenhou em formalizar um campo de atuação e sua área de atividade se estabeleceu a partir daqueles que estiveram nas condições de produzir discurso de lugar, isto é, uma geografia de poder.

Nesse campo de atuação da geografia do poder temos uma dominação além da perspectiva geofísica, temos uma alocação de lugares discursivos. Não se resume apenas na forma de impor o que se deseja, mas fazê-lo ser, numa luta constante entre o “ideal” e o “imperfeito”.

Nas várias civilizações, desde a Antiguidade, existiam códigos, legais ou não, de condutas postos para a elaboração de projeto de “homem perfeito”, um sujeito formado para o social. Os apontadores de conduta sempre estiveram presentes no meio social, alcançando inclusive ao que pode ser chamado de interstício da sociedade.

Na modernidade, o Direito Legal foi constituído tendo em vista o sufrágio universal dos homens. Um projeto escriturístico de sociedade que visou a igualdade de todos os homens. É fato e irredutível essa colocação de princípios modernos, códigos de Leis que busquem institucionalizar os códigos de condutas.

Esse princípio é presente nas várias sociedades modernas, uma forma de balizar os direitos do homem ao passo de uma cidadania. Esses valores são tidos como legais, porque são elementos de grupos que formalizaram os contratos de sociedade levando em conta os fatores culturais de cada região.

Entretanto não há direito que não procure a dominação, uma disciplinarização seria uma colocação funcional no sentido foucaultiano, mesmo os corpos que estão no “não lugar” são passíveis de uma alocação de um poder “legal”. Essa trama “Legal” que paira no universo da linguagem de uma dominação espacial que atua para além do jurídico se tornando signos sociais atrelado ao bem comum e a valorização de uma cultura ao bem de todos.

Para esses objetivos os corpos são passíveis de uma relação discursiva de espaço numa luta pelo apoderamento do “outro” por meio da linguagem produtora do “lugar” social.

Essa prática se torna, portanto, duas operações, isto é, a escritura que se tornou materializada a partir do momento que atinge os corpos numa proposta disciplinadora e o discurso quando atinge o seu auge no que se refere a concretização de fazer reproduzir as práticas sociais

Não há direito que não se escreva sobre corpos. Ele domina o corpo. A própria ideia de um indivíduo isolável do grupo se instaurou com a necessidade, sentida pela justiça penal, de corpos que devem ser marcados por um castigo e, pelo direito matrimonial, de corpos que se devem marcar com um preço nas transações entre coletividades. Do nascimento ao luto, o direito se “apodera” dos corpos para fazê-lo seu texto. Mediante toda sorte de iniciações (ritual, escolar etc.), ele os transforma em tábuas de lei, em quadros vivos das regras e dos costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem social (CERTEAU, 1990, p. 231).

Para que a Lei seja posta em prática, ao longo da história ela materializou-se em diversas formas no corpo do “outro”, que o discurso desejou se apoderar. Se a Lei foi maculada, então ela responderá ao modo de castigo. Em *Vigiar e Punir* Foucault muito bem mostrou o processo que supliciou corpos desviantes, ao mesmo tempo demonstra a mitigação da pena.

... um fato é certo: em algumas de dezenas de anos, desapareceu o corpo do supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal. No fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. (...) A execução pública é vista então como uma fornalha em que se acende a violência. A punição vai-se tornado, pois a parte mais velada do processo penal, provocando várias conseqüências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da conseqüência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens (FOUCAULT, 1997, p. 13-14).

Esses elementos de punição e controle foram sendo cada vez mais aperfeiçoados ao ponto de serem chamados de “democracia”, entretanto esses elementos são produções de código jurídico dotado do carceramento.

Em seguida, tivemos a produção de uma tecnologia de disciplinarização que vai desde a construção dos espaços prisionais ao “olho que tudo pode ver”. Este, por sua vez, seria o panoptismo, isto é, uma arquitetura proposta por Jeremy Bentham cujo objetivo central é vigiar, um meio ao qual se pode ver o “outro” e pode puni-lo.

Uma arqueologia que segundo Foucault vai além de apenas vigiar, pois

Bentham não imaginou simplesmente uma figura arquitetural destinada a resolver um problema específico, como o da prisão, o da escola ou o dos hospitais. Ele anuncia uma verdadeira invenção que ele diz ser o “ovo de Colombo”. E, na verdade, é aquilo que os médicos, os penalistas, os industriais, os educadores procuravam que Bentham lhes propõe: ele descobriu uma tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância. Algo importante a ser assinalado: Bentham pensou e disse que seu sistema ótico era a grande inovação que permitia exercer bem e facilmente o poder. Na verdade, ela foi amplamente utilizada depois do final do século XVIII (FOUCAULT, 1979, p. 211).

Essa arqueologia que vigia e pode penitenciar por meio de uma Lei é fruto de uma produção linguística de espaço amparado no direito moderno, sendo escrito o “lugar” do corpo do sujeito e ao mesmo tempo demarca uma fronteira entre o corpo do desviante e o discurso textual de verdade espacial

Para que a lei se escreva sobre os corpos, deve haver um aparelho que mediatize a relação de uma com os outros. Desde os instrumentos de escarificação, de tatuagem e da iniciação primitiva até os instrumentos de justiça, existem instrumentos para trabalhar o corpo. Ontem, o punhal de sílex ou a agulha. Hoje, a aparelhagem que vai desde o cassetete do policial até as algemas e ao box do acusado. Esses instrumentos compõem uma série de objetos destinados a gravar a força da lei sobre o seu súdito, tatuá-lo para fazer dele uma demonstração da regra, produzir uma “cópia” que torne a norma legível. Essa série forma um ponto intermediário: ela debrua o direito (ela o arma) e visa a carne (para marcá-la). Fronteira ofensiva, ela organiza o espaço social: separa o texto e o corpo, mas também os articula, permitindo os gestos que farão da “ficção” textual o modelo reproduzido e realizado pelo corpo (CERTEAU, 1990, p. 232-233).

A penalização é um fim, pois ela é aplicada para demonstrar a força que o Estado de direito possui sobre o “outro”. É um último estágio a ser apelado quando se pretende a demarcação espacial.

Um “lugar”, é isso que o discurso deseja demarcar, e para que assim consiga é preciso se apoderar do sujeito, a “simples” penalização é apenas uma mínima maneira de prender e supliciar ao modo atual sem o castigo do carrasco ou de um inquisidor.

Uma vez constituída a territorialização do discurso, este paira em meio ao “lugar” códigos dotados de signos da pertença. Uma característica da modernidade é a formalização de práticas que visam demarcar claramente o espaço social. Sejam nas ruas, nas escolas, nos hospitais, nos espaços religiosos, o que se vê são formas discursivas de produção fronteirística.

O “lugar” social vem de uma instância superior ao sujeito, há uma forma de docilizar o que se deve e o que não deve fazer nos espaços sociais, códigos de fazer e ser, na verdade uma operação escriturística de espaço social. São invenções do cotidiano passíveis de uma penalização, pois a normatização, seja legal ou não, é para ser cumprida, entendendo que não se macula a “ordem discursiva”, ela é para ser seguida assim como os manuais Sagrados Medievais, ou a sua evolução que seria o Direito Moderno, trocou-se o manual, Bíblia, isto é, conjuntos de códigos regrados por uma divindade, para os códigos humanos que pairam na mesma maneira de um deus terreno, aquele que tratou de inverter o seu carrasco, ou seja, o que antes era a Igreja, agora passa a ser Lei do Direito Moderno.

Logo, não se pode ser um desviante em ambos os discursos, bíblico ou jurídico moderno, caso assim o seja corre-se o risco de ser associado ao delinquente, fato esse que ao longo dos séculos o homem soube muito bem constituir. Se judeu, a prisão; se mulher, a “feiticeira” ou a fogueira; se comunista, a carceragem; se homossexual, a exclusão, isto é, onde se tinha medo do incomum, ou do mal ensinado, a sociedade tende a excluir aquele que não se enquadra.

São códigos identitários que se alocam de acordo com os elementos culturais e, claro, são todos passíveis de uma resistência dos grupos considerados de uma “casta” superior, e nesse sentido a modernidade soube bem explorar, segundo Tomaz Tadeu Silva

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no

interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costura, inteiriça, sem diferenciação interna (SILVA, 2012, p. 109).

Nessa ocasião, a identidade constituída se preocupa na defesa de um “lugar”, uma territorialidade que busca a sua defesa, pois a ameaça é passível de uma repulsa imediata, não se permite que o “outro” se apodere de um espaço que outrora fora demarcado como pertença.

Não se baixa a “guarda”, esse é um dos princípios que a demarcação territorialista pretende ao perceber que o seu espaço foi violado. Os sistemas de controle e punição são no fim desse longo caminho o seu objetivo, um aparato para reger e demarcar o “lugar” social. A Lei é o discurso escriturístico, a sua formalização depende de uma produção de práticas e códigos culturais que uma vez formalizada busca produzir identidades com nomes de sociedade, uma ordem para um progresso.

O diferente incomoda porque ele representa o perigo social, uma lógica latente ao longo da história da humanidade. Ser de práticas desviantes é muito mais do que quebrar a regra, é representar perigo, e a ameaça nunca foi bem tratada ao longo dos anos, ela sempre foi execrada do meio que não se encaixava.

Essas produções discursivas ao corpo social possuem caminhos que demonstram a instrumentalização do saber. É uma arqueologia discursiva para se produzir efeitos. Para esse fim, o textual sai do mítico ou do jurídico, dependendo de qual instância se pretende gerir o saber, tornando-se uma maquinaria que visa atingir o “outro”. Assim foi produzido um saber entre aqueles tidos como “doutores da verdade”, entretanto a grande tarefa não é apenas produzir um saber, mas a distribuição do discurso textual para a prática social.

É preciso produzir efeitos de verdade. O objetivo é chegar ao objeto humano, ao sujeito da ordem, em outras palavras, é preciso efetivar o discurso da ordem, uma materialização de um discurso em elementos de controle, pois o que se pretende com a produção de saberes é formalizar um poder capaz de ditar regras sociais.



É a aparelhagem discursiva que vai (con)formando os sujeitos ao modo de naturalizar um cultura, seja ela identitária ou jurídica, que passa a ser instituída. Logo esse “saber” vai tecendo uma rede de micropoderes e construindo um “cercamento” disciplinar onde em cada “tijolo” de uma “muralha” territorialista, uma pertença que pretende delimitar os lugares sociais de cada sujeito.

Nesse ponto há uma dupla ação social: o “contrato de verdade instituído” e uma “aceitação decodificada como cultura”. Nesse ponto opera-se a dinâmica da institucionalização de um saber ao passo que grupos introjetam ou compactuam e sentem-se aptos a fazê-lo, isto é, se emolduram no esquadramento de uma verdade instituída. Nesse ponto temos o momento em que o discurso passa da oralidade e atinge o escriturístico à materialização nos corpos sociais, o aparelhamento discursivo chega, portanto, no seu objetivo, isto é, fomentou e institucionalizou o seu saber como códigos de condutas a serem seguidos.

Essa grande paixão mítica e reformadora funciona a partir de três termos que a caracterizam: de uma parte, um modelo ou “ficção”, isto é, um *texto*; de outra parte, os instrumentos de sua aplicação ou de sua escritura, isto é. *Instrumentos*; enfim, o material que é ao mesmo tempo suporte e encarnação do modelo, isto é, uma natureza, essencialmente uma *carne* que a escritura transforma em *corpo*. Por meio de instrumentos, conformar um corpo àquilo que lhe define um discurso social, tal é o movimento. Parte de uma ideia normativa veiculada por um código de intercâmbios econômicos ou pelas variantes dela, apresentadas nos relatos do legendário comum nas criações do saber. No começo, há uma ficção determinada por um sistema “simbólico” que tem a força da lei, portanto uma representação (um teatro) ou uma fábula (ou um “dito”) do corpo. Isto é, um corpo colocado como o significante (o termo) de um *contrato*. Essa imagem discursiva deve informar um “real” *desconhecido*, outrora designado como “carne”. Da ficção ao desconhecido que lhe dará corpo, a passagem se efetua por instrumentos que se multiplicam e diversificam pelas resistências imprevisíveis do corpo a (con)formar. Torna-se necessária uma fragmentação indefinida da aparelhagem para ajustar aplicar cada um desses ditos e/ou saberes do corpo, modelo unificadores, à opaca realidade carnal cuja complexa organização se revela no decorrer das intervenções resistindo-lhe. Entre o instrumento e a carne, existe, portanto, um jogo que se traduz de um lado por uma mudança na ficção (uma correção do saber) e, do outro, pelo grito, dor inarticulável, impensado da diferença corporal (CERTEAU, 1990, p. 237).

Essa dinâmica circula de um circuito bem instrumentalizado, é mérito de uma (co)ligação dos sujeitos compactuantes socialmente. Produz-se um saber, os pares simplesmente aceitam por valores pessoais múltiplos e fecham um circuito

discursivo que ao longo da história tomou várias faces de um saber, sejam eles nas instituições políticas, religiosas, comunitárias e entre outras. O que se segue é que o *modus operandi* pode variar, mas para que o discurso se materialize há a necessidade de uma produção ideológica, por sua vez, uma aceitação dos pares, para por fim, a objetivação do saber.

Uma questão é fundamental sabermos: qual a sociedade é isenta dos códigos sociais? As sociedades são produtos culturais de membros que delas trabalham na assimilação ou na (re)produção de saberes. Os corpos são submetidos às normas que cortam, recortam, produzem, colam, bricolam e produzem os seus arquétipos. Para cada modelo social há um código discursivo de conduta, seja ela um desviante ou um pertencente de conjuntos discursivos.

O discurso se torna eficaz quando faz com que os sujeitos se movam, numa capacidade de produzir praticantes, mas o que torna ainda mais o discurso eficaz é sua capacidade de fazer o “outro” aceitar a sua funcionalidade. Assim o discurso ganha aplicabilidade uma vez que ele está “encarnado” no sujeito.

Ao saber se faz real, ele vai ganhando uma materialização na forma de ser, atribui-se ao discurso o fator legitimidade onde sobre o corpo lhe cai o peso de uma lei, seja no sentido simbólico cultural ou jurídico. Assim o discurso se torna real quando há uma aceitação dos pares, pois por mais que o discurso possua intencionalidades é necessário a via dupla da produção discursiva; primeiro a construção de um saber para em seguida aceitação do discurso numa característica do conformismo, essa é produção dos corpos sociais.

Nesse campo de forças se faz com que o “outro” se mova para a crença de que é necessário fazer, e mais ainda, com uma grande astúcia é a capacidade de fazer mover para ir em prol de um saber. Faz-se acreditar no discurso real que surge como uma lei sobre os corpos. É a encarnação de uma verdade que avança sobre o corpo.

## 1.2 O discurso religioso medieval e sua transformação com o advento da ciência moderna

Com o advento do cientificismo o discurso religioso foi cada vez mais sendo reconfigurado. Uma mudança que modificou não só a dominação central, no sentido da linguagem teológica medieval, mas também a forma de ver e ler o universo cultural. O advento do cientificismo carregado dos conceitos de progresso inaugurou um novo homem, isto é, a perspectiva teocêntrica dá “lugar” à antropocêntrica.

Esse “novo” discurso foi experimentado com o nome de “ciência”, mas o mesmo projeto “salvacionista” do progresso esteve materializado numa verdade invertida teológica medieval. Após o projeto do Iluminismo e, sobretudo, do positivismo, a ciência criou seus próprios signos de atuação social. A produção do “lugar central” do homem social forneceu uma coerência de sistema de “mentalidades” ao passo que cada sociedade foi construindo o seu projeto de progresso salvacionista

O lugar “central” dado a uma categoria de signos fundamenta a possibilidade de classificar os outros “atrasos” ou “resistências” e fornecer a base – parcial – de uma “coerência”, de uma mentalidade ou de sistemas ao qual todo o conjunto está referido (CERTEAU, 2011, p. 120)

Com o advento do “lugar” científico, a credibilidade da Igreja Católica foi sendo cada vez mais questionada em decorrência de uma nova sociedade que se firmava. Entretanto como o discurso de poder foi modificado ao longo da história, assim também foi com a Igreja Católica Medieval ao perceber que o discurso do cientificismo agregado a outros valores culturais a estava enfraquecendo.

A penalização do sujeito já não perpassava ao projeto divino, mas sim ao Jurídico. A Igreja começava a perceber que sua produção de discurso teológico estava cada vez mais sendo ultrapassada em relação ao conceito moderno.

Entretanto a própria Igreja Católica Medieval também reconfigurou o seu discurso, ajustando aos seus interesses da época, ainda haviam as heresias, mas desta vez não a tradicional “heresia medieval”, mas sim a heresia de um progresso científico nacional. Os valores foram cada vez mais modificados, uma Igreja

Moderna, mas que inspirada no perfeito ideal científico de nação, o Deus bíblico, passa a ser o Deus de uma nação moderna que protege a todos os seus pertencentes, uma religião cívica que se encaixou nos interesses do Estado Moderno e da “nova” Igreja Romana.

Para tal feito seria preciso se armar para a correlação desses valores simbólicos, o discurso deveria ser científico, mas o caráter não poderia jamais perder o princípio teológico. Logo, o discurso religioso formaliza o semióforo, palavra que deriva do grego *Semeiophoros*, isto é, *semeion* “sinal”, e *phoros* “trazer à frente”, (CHAUÍ, 2000, p. 11) e que na ocasião

Com esse sentido, um *semióforo* é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação (CHAUÍ, 2000, p. 12).

Em outras palavras, a produção de signos que relacionem a Igreja e o Estado Moderno após o advento do cientificismo pós-Iluminismo tratou de relacionar o conceito de política científica ao projeto de um novo corpo clerical.

Contudo não se deve imaginar uma nova forma de ver o poder, muito pelo contrário, apenas mudaram-se os discursos, mas a sua genealogia seria a mesma. Ou melhor, o novo ideal de nação também tratou de projetar o seu extraviado. Ao mesmo tempo surgem práticas de valores religiosos que produziram e ainda produzem as antinomias agregadas ao discurso moderno científico.

Nessa ocasião, a tipologia está um tanto invertida, mas ainda bem forte na produção de seus “excluídos”. A Igreja deve-se amparar no discurso científico, porém ainda há uma essência religiosa na modernidade e isso é o que lhe dará, e ainda dá, sustentáculo para a formalização do discurso religioso.

#### Segundo Marilena Chauí

A hierarquia religiosa, a hierarquia política e a hierarquia da riqueza passam a disputar a posse dos semióforos, bem como a capacidade para produzi-los: a religião estimula os milagres (que geram novas pessoas e lugares santos), o poder político estimula a propaganda

(que produz novas pessoas e objetos para o culto cívico) e o poder econômico estimula tanto a aquisição de objetos raros (dando origem às coleções privadas) como a descoberta de novos semióforos pelo conhecimento científico (financiando pesquisas arqueológicas, etnográficas e de história da arte) (CHAUI, 2000, p. 13- 14).

Essa produção de semióforos está com a modernidade bem definida, onde o Estado e a Igreja Romana buscam se firmar com seus respectivos saberes, mas ao longo dos anos também lutaram lado a lado para conseguir o que passou a ser chamado por ambas como “bem comum de uma nação”.

Em dadas épocas e também no século XX, o papel da Igreja se confundiu com uma obrigação social com o Estado Civil de Direito, tão logo atribuiu-se a relação do religioso nacionalista que deveria possuir obrigação com um deus-estatal. É a mistura da geografia do poder estatal moderno com o discurso religioso que não é nada recente, tem sua origem ainda entre os cristãos primitivos no Império Romano.

Entretanto mesmo com o cientificismo moderno, a superação do discurso religioso como se pensou não foi extinto, muito pelo contrário, surgiu uma aproximação em setores do Estado moderno e o discurso religioso onde estavam amparados na preleção contratual de Direito Social dos homens “normativos”. A Igreja se apresenta como aquela que corrobora da afirmação social de um homem cristão, mas preenchido de um discurso científico moderno. A Igreja nesse caso esquece, pois é forçada a tal feito, a mensagem teológica para poder existir

Indício de capital, com efeito, pois, de agora em diante, o estatuto do conforme e do não-conforme, do ortodoxo e, como diz *Bousset*, do “extraviado” se torna *problemático*, neste sentido em que os critérios doutrinários se desacreditam pela sua própria oposição, e que se impõe como critério substituição, progressivamente, a adesão ao grupo religioso. A partir do momento em que os princípios se relativizam e se invertem, a *pertença* a uma Igreja (ou a um “corpo”) tende a fundamentar a certeza mais do que o conteúdo (que se tornou *discutível* porque parcial, ou comum mas oculto, “místico”) da verdade própria de cada um. A antinomia (talvez agressividade) entre grupos vence as disputas entre “verdades”; provoca um ceticismo constatável em toda parte; prepara também (e já esboça) um tipo *não-religioso* de certeza, a saber, a participação da *sociedade civil*. Os valores investidos na Igreja se encontram, pelo seu parcelamento em Igrejas coexistentes e mutuamente contestadoras, entregues à responsabilidade da unidade política e nacional. Uma Igreja que abandonou o hábito privilegia mais a estrutura que a mensagem, e a

unidade geográfica mais que qualquer forma de “catolicidade”. Então surge a nação (CERTEAU, 2011, p. 127).

O papel da Igreja Medieval seria controle independente de uma sociedade que ela dominava por meio de uma projeção teológica, entretanto com o advento do cientificismo o discurso teológico demarca o sujeito para produzir um homem para os novos princípios culturais de sociedade moderna.

A produção do discurso religioso de verdade vai produzindo entre os pares a significação de uma vivência teológica educativa para a “nova” sociedade que vai se formando, uma disciplina que o “outro” vai se adequando, ou pelo menos espera-se que ele se adéque, para a afirmação de uma doutrina teológica social. Essa educação religiosa a ser seguida é do discurso intolerável. É preciso ser um pertencente a “ordem discursiva” para se encaixar na nova proposta teológica moderna.

São embates que buscaram suas afirmações quando se estipula um dogma ou um saber, logo se cria o princípio do “certo” e do “errado”.

Uma vez que o discurso teológico está associado ao projeto científico de nação, o dogma religioso passa a operar de um simples projeto teológico para o pedagógico social, partindo em direção à uma doutrina de ‘superestrutura’ ideológica ou instrumentos de coerência *próprios e relativos* às sociedades que os *produziram* (CERTEAU, 2011, p. 128)

A heresia teológica passa a ser a “heresia social”, não se afeta mais à Igreja ou a Deus, mas ao Estado de Direito. Nessas condições o poder vai além de um castigo divino ou civil, busca-se um disciplinarização do homem, pois se antes do século XVII o panoptismo era apenas de Deus, agora também é do Estado, por meio de conjuntos de regras que delimitam a sua atuação social e, sobretudo, nos interstícios do sujeito, pois o divino tudo vê.

Essa tomada na participação da Igreja em Relação ao Estado ou ao discurso científico se fortaleceu com o Concílio de Trento, valores que se preocupavam em aliar definitivamente o dever social da Igreja com a proposta do Estado. Desde então, a Igreja esteve amparada numa real parceria política com o Estado, logo o discurso religioso se politiza ao modo dos interesses estatais,

deixando um pouco de lado a proposta meramente teológica e angariando “pontos” participativos nas decisões estatais.

São articulações bem tramadas para poder estar na vanguarda religiosa, não importando a que preço isso custe, mas que deverá marginalizar o místico em prol de uma prática social que lhe garanta uma sobrevivência. É a estratégia da trampolinagem que a Igreja se adaptou para garantir a sua influência na sociedade.

A recuperação do *visível*, que o Concílio de Trento tinha assumido como tarefa assegurar, pastoral e doutrinariamente, parece chegar, na verdade, a dois efeitos contrários. Por um lado, as instituições religiosas se “politizam” progressivamente e terminam, à sua revelia, por obedecerem às normas de sociedade ou nações que se confrontam. Por outro lado, a experiência se aprofunda num “avesso” oculto ou se marginaliza, localizada num “corpo místico” ou em “círculos devotos” (CERTEAU, 2011, p.129).

É fato que a Igreja não se fecharia a grupos religiosos, pois o concílio assim foi convocado para resolver questões de influência na sociedade. Logo, o meramente teológico, após o Concílio de Trento, se torna uma instituição cristã de acordo com cada Estado ou nação moderna.

Na formação do Brasil foi aplicada uma doutrina religiosa de caráter católico, entendida, desde o século XVI, como uma “doutrina religiosa universal”. Essa prática tida como “perfeita”, obviamente, se preocupou em formalizar a sua doutrina religiosa. Nessa ótica foi sendo gestado no Brasil uma moral cristã embasada no viés católico.

Embora saibamos que esse jogo árduo de estabelecer o catolicismo no Brasil como “doutrina religiosa oficial” não foi aleatório, muito pelo contrário, de tempos em tempos o clero esteve voltado para a relação política histórica, cujo objetivo seria uma possível aliança com o governo português.

Aliar-se significaria dizer que são jogos de trocas, uma troca que inclusive gerariam grandes lucros para o Estado como para Igreja, seriam trocas de grande valor. Logo foi sendo formalizada uma cultura católica portuguesa no Brasil em que o jogo de parceria foi sendo fomentado e nesse ponto a cultura foi formalizando um princípio doutrinário, isto é, o “lugar discursivo”, espaço daqueles que estavam no Brasil ou que se diziam pertencentes à Portugal, constituído por uma vertente

católica e da nação “mãe” portuguesa, nesse caso, o discurso da fé católica preencheu o Estado e a Igreja Católica foi amparada pela Lei, ambas por um fim específico: formalizar os seus semióforos e cristalizar as suas influências.

A proposta inicial do catolicismo no Brasil foi a catequização, mas o que seria meramente dócil, viu no negro, no índio, no judeu etc., um estranho que não “caberia” na proposta evangelista. O discurso dócil do Deus católico criou o “dito perfeito”, uma postura cultural doutrinária. Uma vez institucionalizada como religião oficial, o catolicismo foi gestando o conceito do “ideal” e do “não ideal”, por meio de uma exteriorização do princípio da “pertença” e da “não pertença”.

Nessas condições temos aí um princípio, que até parece sutil, que é a padronização do “bom” católico justificada na figura de um Deus. É uma arqueologia bem montada e preparada na repulsa do seu estranho, aquele que representa perigo ao princípio doutrinário.

Essa tecnologia do discurso católico no Brasil desde o período colonial está formalizado com a premissa da “não visibilidade” do sentido, esta que seria a arte de falar, ou seja, não precisa dizer abertamente o que pretende, basta apenas astutamente idealizar uma fala. É um jogo que toda sociedade se expõe em fazer, produz enigmas, os seus signos, enfim, são as alegorias projetadas a fim de formalizar um saber.

Esse saber vai sendo gestado como uma “verdade oficial”, abaixo do que foi “legalmente” produzido no país. Porém, age talvez com mais força porque atua nos discursos de uma cultura, entre os microespaços, isto é, no jeito, na forma de falar, de comer, de ser, enfim, na arte de fazer os códigos culturais.

A proposta do discurso de poder é comandar de dentro para fora. O corpo do “outro” tem de ser passível de controle, tem de fazê-lo acreditar que o discurso de verdade é fundamental para a sua manutenção social. É necessário criar a “estrutura bipolar” para se fazer crê e ver. Estabelecer uma “unidade” e um “excluído”, como se fosse uma “lei”, uma geografia do poder que cria os arquétipos, isto é, o ateu, o herege, o judeu, ou de modo geral, o “mundo do pecado”. Segundo Certeau, esses elementos seriam



Uma outra lei (existe uma?) parece comandar a evolução da sociedade religiosa e tornar-se própria dela, enquanto vai deixando de caracterizar a sociedade civil: a estrutura bipolar que constituiu sempre como *unidade* exterior o que *não é* a Igreja. Está será, por exemplo, o Infiel, o Ateu, o Herético, ou o “mundo”. Essa lei regia a cristandade medieval; tinha sua expressão simbólica na Cruzada. Mas o nascimento da Europa fez de cada Estado uma unidade nacional entre *várias* outras. A catolicidade se esboroa numa organização *plural*. Talvez por ser de tipo ideológico, a sociedade religiosa continua a considerar como um todo *único* o conjunto daquilo a que ela se opõe ou daquilo de que ela se distingue, definindo-se. Constata-se, através da mobilidade das ideias e dos grupos durante o século XVII, a permanência dessa estrutura apesar da diversidade das doutrinas ou das situações em função das quais ela se exprime. As relações bipolares se mantêm, ainda que seus termos mudem (CERTEAU, 2011, p. 141).

É importante perceber que ao longo da história a “estrutura bipolar” foi sendo preenchida com várias formas ideológicas. Basta apenas defender um interesse e aí se projetam saberes capazes de formalizar um segundo saber e, ao mesmo tempo, com capacidade de deslocar uma “fronteira” ou um princípio discursivo de defesa pessoal, são os recursos utilizados por meio de um discurso para se projetar um princípio oficial ao qual a sociedade se organiza.

No caso do cristianismo católico, os deslocamentos foram vários ao longo da história, bastando apenas perceber que o seu “interior” estava sob “perigo”, sua “defesa” sempre fora ativada.

Se o negro, o judeu, o herege, o protestante, o marxismo ou o comunismo representavam um perigo ideológico, logo a Igreja se esforçou em criar meios para a sua exclusão, formaliza fronteiras demarcatórias, é a arte de falar e de se fazer que vai construindo uma identidade de formação cultural e quando necessário a sua tática de defesa social é acionada, projeta-se o externo, aquele que está atrás da fronteira demarcatória, o princípio da pertença e da exclusão são criados como signos sociais de acordo com o tempo histórico.

A ética substituiu a fé após o advento da ciência moderna. Formou-se um postulado de valores moralizantes que se embasam em formalizar a moral social. Quando a fé se tornou uma convicção, surge a ética religiosa medieval. Essa prática tida como ética religiosa foi sendo aplicada a grupos religiosos numa finalidade de formalizar o seu “grupo”, uma produção de lugares sociais pré-estabelecido, um “lugar perfeito”.

É uma retirada da religião para a fabricação das “práticas religiosas” ou um alinhamento imposto pela sociedade a fim de firmar a nova “ética religiosa” ao código de leis ou as genealogias de poder social vigentes à sua época histórica.

Com a ética, a prática social se torna o lugar em função do qual se elabora uma teoria das condutas. Ao mesmo tempo, a doutrina de ontem se transforma num fato de “Crenças”; é uma “convicção” (quer dizer, uma opinião combinada com uma paixão), ou uma “superstição”, em suma, o objeto de uma análise articulada por critérios autônomos. Dito de outra maneira, a ética representa o papel antigamente outorgado à teologia. Uma “ciência dos costumes”, de agora em diante, julga a ideologia religiosa e seus efeitos, lá onde a “ciência da fé” classificou os comportamentos em uma subseção intitulada “teologia moral”, e hierarquiza as condutas segundo os códigos da doutrina. Dessa evolução existem vários sinais: o primado epistemológico da ética na reflexão sobre a sociedade; a apreciação da religião segundo “valores” que não são mais os seus (o bem comum, a exigência da consciência, o progresso etc.); a retirada da religião para as “práticas religiosas” ou o seu alinhamento com as categorias impostas por uma sociedade; a marginalização do culto com a relação à lei civil ou moral etc. (CERTEAU, 2011, p. 153).

Com o advento do Estado Civil de Direito formado a religião perdeu o seu poder de decisão. Mas essa relação não determinou o fim de uma importância da Igreja na sociedade. Na verdade, surge algo maquiavélico, os fins justificando os meios, à relação da aliança, o Estado dominou a religião com o advento do cientificismo, mas por sua vez, o Estado utilizou a religião em tempos históricos para o seu interesse.

Infiltrou a sua dominação e seus critérios, oferece a sua proteção e busca extrair seus objetivos. Nesse ponto, a prática religiosa se mantém a serviço de uma política dominante e o cristianismo vira o teatro sagrado do Estado. É a formalização discursiva de uma arte de fazer religiosa, o Estado introjetou na Igreja os seus objetivos e cobra da Igreja um resultado, para ambos, isto é, os fins justificados, pois como combater os seus diferentes? Esse fator se responde por meio de uma “prática que, de agora em diante, faz a religião funcionar a serviço de uma política da ordem. (...) Nesse nível, o ‘sistema’ cristão, enfraquecido, se transforma em teatro sagrado do sistema que lhe sucede” (CERTEAU, 2001, p. 164). Em suma, uma manobra bem articulada que se estende à ambos setores.

Para que tal feito seja possível, a mérito de funcionalidade, se fortalece o interesse incomum do Estado e da Igreja do ponto de vista da dominação social, são ajustados os discursos e os critérios, como uma manobra muito bem projetada. É uma arte de criar elementos teatralizados, o discurso se afina, porém, se politiza determinando na sociedade o que se pretende, ou melhor, é a formalização de um saber social onde ambos produziram astutamente.

Nesse “jogo” são traçadas as regras sociais por meio de uma técnica discursiva. Aos poucos, o indesejável vai sendo excluído da sociedade, o biopoder vai sendo cada vez mais aplicado, de modo que mais tarde é confundido com um código de conduta moral que a sociedade gerou, sendo, pois, códigos discursivos de “verdades” que partiram de projeções bem articuladas como um oleiro que se preocupou em fazer a sua peça.

Ao catolicismo resta a homilia, mais um credo bem ajustado e na arte de fazer, se faz com uma intenção bem direta, faz prevalecer o que a ela lhe competiu que é a produção e implementação dos critérios do Estado. Feito assim, o Estado lhe retribui permitindo a legalização religiosa, não na lei, mas nas aparições e na defesa de um valor superior à esfera humana. É o “Estado do povo de Deus”.

Esses “acordos” formalizados e apropriados construídos entre Igreja e Estado, M. Certeau (2011) chama de “marcas”. “Por *marca* é preciso entender uma combinação objetiva entre uma *prática* e um signo, um ponto de inserção entre a linguagem da sociedade e a enunciação de uma fé – em suma, uma maneira efetiva de ultrapassar a ruptura entre uma e outra” (p. 172).

Seria o que o discurso traz e o signo ao que ela impera. É uma produção ou jogo de linguagens que produzem sentidos. Essa “marca” é aquela que efetiva uma prática e um signo na sociedade, ou seja, o tempo histórico exige um discurso, a Igreja, por sua vez, na busca de firmar-se com o Estado, criou a sua “marca” que foi uma alocação da linguagem teológica à social.

Deixemos bem claro que as “marcas” não são próprias do catolicismo, mas também de outras fontes doutrinárias, como o nazismo, fascismo etc., logo quanto ao catolicismo é possível perceber que o século XVII vislumbrou uma busca por estabelecer uma linguagem de “marca”, uma ordem discursiva, isto é, a ética

religiosa “verdadeira”, o cristianismo sendo deixado de lado pelos interesses de uma Igreja que se preocupou em se firmar na esfera do poder e da sociedade.

Para que assim o fosse, o esforço da Igreja foi em converter o discurso ético teológico numa perspectiva divina para um contexto social. Foi preciso transformar a linguagem religiosa em linguagem social, “marcas” reapropriadas. Seria um meio de estender o divino ao centro social, uma vez que o Estado é aquele que determina as regras sociais, assim o discurso religioso vai se ajustando ao permissivo que o Estado lhe entrega.

Afirmar que a religião se preocupou em se ajustar para uma linguagem social deixa parecer que somente a Igreja se interessou em procurar seu espaço à sociedade. Porém, o Estado também viu na religião uma forma de garantir um instrumento discursivo de garantir a ordem, um jogo duplo.

Faz-se aparecer um aparato de normatização investida em vários espaços da sociedade. Entrega ao discurso religioso o compromisso social, seria nada mais do que procurar uma “ordem” dita por aqueles que estão no poder. Essa produção de linguagem discursiva é a arte de produzir culturas sociais. Nessa cultura investida de obrigações sociais faz produzir uma prática religiosa como as cruzadas medievais produziram ao islamismo na Baixa Idade Média.

Seria a trama discursiva de criar uma cultura social, uma adaptação da linguagem religiosa para a social, e nesse cenário montado é que o Estado se interessa e vê, cada vez mais, na religião uma utilidade, mesmo que aos olhos do cientificismo sendo a religião uma alienação, porém aquela que produz cultura e como Certeau diz “A ‘cultura’ se elabora lá onde se constrói o poder de *fazer* a história e se opõe às regiões sociais que estabelece na inércia de uma espécie de ‘Natureza’ originária, passiva e insondável” (CERTEAU, 2011, p. 187).

Deste modo, logo que se geram as “culturas de ordem”, temos as formalizações de “lugares”, se tem o civilizado e o incivilizado, o pertencente e o estrangeiro. Se tornam valores discursivos que atingem o corpo social que na ocasião é constituído pela ciência moderna, isto é, uma sociedade livre para atuar racionalmente, porém pouco se percebeu que a mesma razão política utilizou o

discurso social e que viu na religião uma forma de produzir sentidos sociais que passaram a ser chamados de “valores”.

É obvio que esses “valores” estão para a produção de um saber que vai esquadrihando o espaço social, uma geografia discursiva que o Estado se apropriou, o que antes foi uma Igreja em desuso, agora lhe serviria. Logo, para cada discurso político há uma sustentação, nessa estrutura há a relação do que se faz crer e daqueles que produzem crenças de saberes que se sustentam na economia do discurso. Essa arte de fazer está na política do Estado moderno ou na Igreja do “cientificismo”, ambas buscaram a aliança da convicção, fazer crer e fazer convencer, pois “A crença funciona assim tendo como base o valor real que se supõe ‘assim mesmo’ no outro, mesmo quando ‘a gente bem sabe’ muito bem, até demais, até que ponto “existe sujeira” no lugar que se ocupa.” (CERTEAU, 1990, p. 290).

### **1.3 A década de 50: o Estado de Direito e a Igreja Católica, uma “marca” incomum.**

A década de 50 foram anos de grande turbulência mundial, pois anos de Guerra Fria garantiam climas políticos muito tensos, na ocasião os blocos do capitalismo e do socialismo tentavam discursivamente se afirmarem como proposta ideal.

Ao mesmo tempo, no campo religioso, o catolicismo se empenhou em fortalecer o seu espaço que estava passando por críticas do socialismo. A União das Repúblicas Socialistas Soviética tanto lutava contra o capitalismo norte-americano quanto às práticas religiosas. Seria, portanto, esse momento histórico uma aproximação entre Igreja Católica Apostólica Romana e os países capitalistas, pois havia nesse momento um inimigo incomum o Socialismo Soviético<sup>2</sup>.

Para tal combate foram criadas por meio do Clero Católico políticas a fim de conter o comunismo, seriam criadas as “marcas” do catolicismo da década de 50 no Brasil que visavam combater o inimigo iminente. Ao Estado ficou a contenção do comunismo ou socialismo, por meio da valorização do capitalismo norte-americano, e nesse caso, ambas as instituições produtoras de saber, trataram de projetar os

---

<sup>2</sup> A historicização desses fatores será abordada no capítulo 3.

seus discursos aliando-se, pois o momento seria de fortalecimento contra o socialismo.

Para tanto, o Catolicismo Romano criou as encíclicas papais contra o comunismo, designou um discurso muito prático acerca dos que estavam às margens do catolicismo “oficial”. As suas linguagens católicas à época produziram as suas formulações de saber, de modo que o catolicismo seria a idealização de sujeito às bases do capitalismo norte-americano.

Seria a economia do corpo católico, foram criadas as delimitações do catolicismo, como uma produção do lugar religioso. É fato que essa disciplina discursiva é fruto da Idade Média, o campo onde se criou os espaços de verdade pré-estabelecidos.

Entretanto passado os anos, desde a Idade Média, a prática disciplinar religiosa ainda estava para impor uma verdade pré-determinada ao “outro”, como foi na década de 50, a “caça” ao desviante se tornou natural. Na ocasião, o “desviante” seria o comunista, uma vez compactuante ao credo marxista, o sujeito estaria fora do consenso católico habitante do “não lugar”.

Esse esquadramento discursivo estava na busca de produzir espaços de poder. Ser um fiel católico seria pertencer às verdades emanadas do sumo pontífice, o Papa Pio XI, e mais adiante o Papa Pio XII e o Papa João XXIII, estes com muita eficácia, na década de 50 e 60, promoveram e ampliaram as encíclicas papais anticomunistas. Essa tecnologia discursiva foi uma busca de produzir o “espaço do católico fiel”, um “lugar” discursivo, de modo que o objetivo é pertencer ao projeto salvacionista que passaria muito longe do comunismo desviante.

É o discurso da territorialização, o campo de dominação que deveria expulsar qualquer desviante do catolicismo, é claro que, para tanto a encíclica papal anticomunista não se tratava de um documento jurídico legal civil, mas de um discurso de verdade que corroborou para a marginalização do comunismo em relação aos signos católicos vigentes no Brasil, como um código de conduta social do sujeito “verdadeiramente católico”.

De fato, o comunismo nega o cristianismo, uma vez que afirma ser a religião aquela que aliena o povo, mas partindo da análise do discurso católico do

comunismo, é possível identificar que o catolicismo se empenhou em desenvolver uma verdade ao perceber que a Igreja Romana sofrera críticas e poderia inclusive perder influências na sociedade em relação aos seus fiéis.

Para tanto, o catolicismo, com base na encíclica papal, se empenhou em criar uma verdade que se embasou no anticomunismo, isto é, produzir um efeito de verdade que pairou em dizer que ser brasileiro estaria na atmosfera de ser católico e amante da doutrina capitalista.

Esse saber não é de modo geral como uma lei universal que a todos se aplicou, mas um poder que pretendia atuar em microespaços, de modo que os que comungavam com o discurso da “verdade católica”, imposto pela encíclica papal, também sentissem o poder e naturalmente soubessem a que espaço discursivo lutar ou defender.

Essa técnica seria a de treinar o “olho” do bom católico, como uma sentinela que espera pelo momento de defender o seu espaço, afinal, emergia na década de 50 uma essência do terror ao comunismo que já seria fruto de uma Guerra Fria. Naturalmente, não seria apenas dizer por meio de uma encíclica que o comunismo é um marginalismo ideológico, é se amparar em métodos discursivos que justifiquem a exclusão do comunismo.

São arqueologias de saberes que o catolicismo construiu, isto é, o desejo máximo católico na década de 50 seria a produção da repulsa ao comunismo, logo se gestou um método, técnica que passa a marginalizar o “outro” da ordem. É nessa arqueologia que vai enquadrar os “desviantes” e os “não desviantes”. Naturalmente, se os que comungavam do discurso católico na década de 50 não se enquadrassem aos dogmas religiosos vigentes, então se teria um desviante.

Essa arqueologia de saber anticomunista que se empenhou em produzir um efeito de poder, um micropoder que deveria atuar sobre cada sujeito, não ficando apenas um poder central na figura dos que falam, mas atinge inclusive o próprio fiel. A princípio, seria criar uma auto vigilância e em seguida ser o que vigia, um poder que dociliza os corpos e clama por docilizar ou vigiar o “desviante”.

Essa ótica cria os espaços de “lugar” e o “não lugar”, e pior ainda, cria a disciplina social que está além do campo jurídico. São formas discursivas de culturas

de uma época histórica em que se pretendia atingir o “bom cristão” que, aliás, ficaria incumbido de “vigiar” como uma sentinela incessante que não descansa. É um controle muito bem formulado, porque uma vez criado o princípio de um espaço do bom “católico”, o discurso anticomunista funcionará muito mais além de um código legal, pois não precisará dos que institucionalizaram a ordem do anticomunismo, está arraigado em cada católico, como uma “norma”, seria, portanto, a “normatização” do “bom católico”.

O poder é uma malha que cada indivíduo está apto a sofrer ou exercer, apto a funcionar e legitimar a sua aplicação como uma rede de mecanismos

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em oposição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p.183).

Logo o discurso de poder tem por efeito uma regra disciplinar, efetivando-se com mais eficácia a partir do momento que se passa de uma atmosfera oficial para o “natural”. Como uma malha bem articulada, é a produção de um “espaço” social, onde o poder será exercido em rede. Destarte o comunismo é interpretado como um saber dominado, que segundo Foucault

Por saber dominado, entendo duas coisas: por um lado, os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. Concretamente: não foi uma semiologia da vida asilar, nem uma sociologia da delinquência, mas simplesmente o aparecimento de conteúdos históricos que permitiu fazer a crítica efetiva tanto do manicômio quanto da prisão; e isto simplesmente porque só os conteúdos históricos podem permitir encontrar clivagens dos confrontos, das lutas que as organizações funcionais ou sistemáticas têm por objetivo mascarar. Portanto, os saberes dominados são estes blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição. Em segundo lugar, por saber dominado se deve entender outra coisa e, em certo sentido, uma coisa inteiramente diferente: uma série de saberes que tinham sido desqualificados com não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade. Foi o reaparecimento destes saberes que estão embaixo – saberes não



qualificados, e mesmo desqualificados, do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do médico paralelo e marginal em relação ao saber médico, do delinquente etc., que chamarei de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam – que realizou a crítica (FOUCAULT, 1979, p.170).

Deste modo surge também o comunismo na visão da Igreja Católica na década de 50, como um saber dominado, uma clivagem sem força de unanimidade social, surgindo sem um campo de verdade instaurado. Para se criar o “saber dominado” é preciso criar o “saber dominador”, como dois polos de uma “verdade social”, que ao longo da história da humanidade se forjou, o “bem” e o “mal”, o “certo” e o “errado”.

São posições de discursos de superioridade amparadas na ótica dos que tem o poder ou a posição de impor uma verdade prevalecida

Em um caso como no outro, no saber da erudição como naquele desqualificado, nestas duas formas de saber sepultado ou dominado, se tratava na realidade do saber histórico da luta. Nos domínios especializados da erudição como nos saberes desqualificados das pessoas jazia a memória do combate, exatamente aquela que até então tinha sido subordinada (FOUCAULT, 1979, p. 170-171).

Trata-se de grande modo da arte de ativar saberes locais ou regionais, como uma imposição social postulada, é antes de tudo submeter o “outro”, são erudições que se firmam a partir de sujeitos capazes de constituir uma verdade. Desse modo, segundo Foucault surgem as genealogias de saber ao longo da história, uma colocação de erudições na capacidade de dizer algo que

Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Esses saberes não se enquadram apenas na ótica de instituições políticas, são projeções que partem daqueles capazes de constituir uma verdade, como no caso da Igreja Católica em relação ao comunismo.

As genealogias não são meramente ativações de técnicas positivistas ou empiristas, mas de levantar fatos ou justificativas que mostrem a instauração de um saber. Pouco importa a quem está ligado esse saber, é assim que as genealogias devem atuar, criando a partir de discurso “verdadeiros” o funcionamento institucional da sociedade.

Trata-se de hierarquizar um saber e mostrar como se deve operar uma verdade dita por alguns. É a arte de projetar discursos como uma manobra social, partindo também na perspectiva de uma defesa de “saber” e “poder”, que como já dito, não se dissociam.

A arqueologia mostra os meios que se constroem verdades, ela é método propriamente dito. A genealogia do saber são táticas discursivas constituídas ao longo da história. Assim foi para a produção das genealogias e as arqueologias acerca do fascismo, da inquisição, do nazismo, do holocausto e do anticomunismo, ou seja, discursos justificando as razões pelos quais se submeteram grupos em detrimento de um saber “verdadeiro”.

Foram alocadas diversas formas discursivas ao longo da história, ou seja, uma arqueologia amparada no discurso genealógico de um saber formalizado pondo em xeque o discurso dominado, ou melhor, expondo os motivos pelos quais se deve impor ao “outro” uma submissão.

Essa trama arqueológica do saber gera a genealogia do poder, uma verdade justificando a submissão do “outro” ou justificando porque o “outro” é o submetido, são movimentos discursivos entre dominado e dominador, o “desviado” passa a receber uma carga de sujeição enorme ao ponto dele parecer uma anomalia social, são assim gestadas as genealogias históricas ao seu tempo “A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios” (FOUCAULT, 1979, p.172).

As genealogias aparecem com o propósito de impor um silêncio, são embates, acerca de “verdades”, onde um e outro procuram estabelecer as suas posições, mas bem sabemos que de acordo de onde se fala, a “priori”, é um jogo de imposições, uma “ordem” ao que não está em situação favorável de dizer algo. Seria como se perguntar como um inquirido pode refutar uma sentença pré-estabelecida

pelo seu inquisidor, seria algo absurdo, pois a resposta seria sempre um saber já estabelecido.

É assim que se travam as batalhas discursivas, uma imposição de saberes na ótica dos que falam, nesses casos não se explicam as razões, mas sim se faz prevalecer um saber, são, portanto, as genealogias primeiro e depois as arqueologias de saber que se fazem materializar no jogo da dominação.

E foi assim que a Igreja Católica atuou no Brasil nos anos 50, como saberes institucionalizados, aliando-se aos desígnios do Estado brasileiro. Logo foram criando as marcas, a Doutrina Social Católica intensifica um caça ao comunismo, atrela-se a luta ideológica da Guerra Fria travada entre os EUA e a União Soviética, porém a marca católica esteve associada ao governo norte-americano.

Quando as marcas se fizeram formadas, desde então na década de 50 a Doutrina Social Católica é aquela que prega uma fé, mas exclui o “estranho” comunista, uma fé seletiva, de modo que, o que mais vale seria a manutenção, ou melhor, o oportunismo em se firmar no Brasil do século XX que já não era mais oficialmente católico, se fazia católico por meio de práticas, e que na ocasião o discurso do católico “ideal” deveria se aliar ao Estado para que pudesse lutar contra o “estranho desviante ateu e provocador da paz e da ordem nacional”, o comunista.

## **CAPÍTULO 2: DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA: UM DISCURSO, UMA PRÁTICA E UM PODER**

O século XIX foi um período que promoveu mudanças socioeconômicas no mundo. A Revolução Industrial, que é fruto do século XVIII, viu o seu auge na segunda metade do século XIX cada vez mais significativo. Um mundo que desde o fim da Idade Média já não dialogava com práticas meramente feudais, mais sim com um processo economicista que foi estimulado, sobretudo, a partir do momento em que as grandes nações procuraram fortalecer os seus estados nacionais por meio do capitalismo.

Contudo, bem sabemos que a história não é apenas um debate com as superestruturas, mas também com os sujeitos que as atravessa. O homem se torna autor e ator do cenário da história da humanidade e obviamente não fora diferente com o que passou a ser chamado de Revolução Industrial. A procura pelo acúmulo primitivo de capital, por parte da classe burguesa, fez explodir conflitos entre setores que também lutavam por melhorias nas suas condições de vida, principalmente, no que se referem às questões trabalhistas diante dos modelos de produção que se seguiam.

Essa luta de classe faz despertar atritos dos mais diversos possíveis, inclusive entre a classe trabalhadora e a patronal. Um debate que é justamente fruto do discurso desenvolvimentista por meio do capital, uma dialética que através da história se produzem os cenários sociais, de modo que a partir desse embate

...é possível dizer que a formação de uma identidade coletiva consiste na construção de um discurso capaz de produzir uma “área de igualdade” substancial que nega as desigualdades em um espaço definido e, dentro dele, enfatiza um conjunto de valores e tradições solidários, podendo inclusive se materializar em formas institucionais diversas como leis, organizações etc. (GOMES, 1988, p. 21).

A “identidade coletiva”, como bem nos mostra Ângela de Castro Gomes, em *A Invenção do Trabalho*, fez emergir, a partir da luta de classe, uma identidade que não pode se dizer unânime no embate contra o capital explorador. Contudo foram por meio desses diálogos, de encontro e desencontros, que foram sendo gestados os primeiros núcleos organizacionais capazes de se afirmarem

como trabalhadores. De modo que foram sendo constituídos os grupos com uma consciência coletiva, e assim, “As práticas associativas são [ou se tornaram] a forma de implementar um comportamento operário que abarca o trabalhador dentro e fora de seu local de trabalho e que opera o sentimento de pertencimento que deve marcar este ator coletivo” (GOMES, 1988, p 17). Essa atitude de consciência de classe futuramente se tornaria uma evolução, porque a classe trabalhadora se projetaria capaz de compreender os seus papéis na sociedade que se seguia.

Esses embates, ao longo da história, projetaram entre patrões e trabalhadores conflitos dos mais diversos possíveis, constituindo valores, grupos, objetivos, etc. Formando um discurso identitário entre a classe trabalhadora, como também patronal, assim a luta das classes perpassou a questão capital, mas, além disso, o discurso de afirmação de ambas as partes por meio da defesa de seus projetos de sociedade.

É nesse embate social que a Igreja Católica no final do século XIX e início do XX tenta se firmar como uma terceira via de alternativa, uma Igreja que estaria pronta por meio do discurso de fé a apascentar ambos os setores da sociedade econômica após a Revolução Industrial.

Formam-se alternativas capazes de criar um projeto de fé, cujos objetivos seriam capazes de reduzir a ambição do capitalismo, como também daria ao operário melhores condições socioeconômicas, essa alternativa passaria a ser chamada de Doutrina Social Católica.

## **2.1 Doutrina Social da Igreja Católica**

Um grande destaque que se deve ter ao ler a Doutrina Social da Igreja é a sua preocupação com as questões econômicas e a relação entre patrão e operário. Esse fato fez emergir no bojo da Igreja um debate que se seguiu até os dias atuais, que é o de como lidar com o pobre dentro de uma sociedade cada vez mais exploradora sem interferir no desenvolvimentismo econômico pregado pelo liberalismo, mas tentando ao máximo evitar a exploração do homem pelo homem. Ao mesmo tempo, não poderia infringir as questões da classe burguesa, como também os interesses do Estado, sabendo que desde o advento do cientificismo a Igreja já não mais teria esse poder decisivo do ponto de vista político.

É assim que a Igreja decide constituir as suas Encíclicas Papais a fim de conduzir a humanidade no fruto do espírito divino e, ao mesmo tempo, tratar de questões trabalhistas. Várias foram as cartas papais que trataram de tais temas, entretanto, uma se torna destaque, no final do século XIX, pelo seu teor direcional e focal nas questões economicistas da época: a *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891.

Torna-se destaque porque a *Rerum Novarum* vai de encontro às questões do materialismo dialético tão valorosas para as classes trabalhadoras que se anunciavam na Europa, e assim, a política da Igreja passa a ser uma caça ao comunismo ou a qualquer tipo de ideologia marxista

Assim, pelo que se convencionou ser o modo magisterial de se pronunciar sobre a problemática social, tem-se como marco a *Rerum Novarum* de Leão XIII. Nela o Papa, depois de alguns países da Europa, propõe-se a refutar as *doutrinas e atividades perniciosas que contradizem a razão e a experiência humana* universal e privam o homem de sua grandeza inata... (SCUDELER, 2014, p. 19).

Desde então a Igreja vê no comunismo uma prática nociva às questões de fé. A razão se dá por afirmações das políticas de esquerda. A Igreja defendia que a religião seria o ópio do povo, uma análise que vai afirmar que desde a Idade Média a Igreja Católica Romana explorou o homem com cobrança de impostos e naturalmente não seria diferente na modernidade com o advento da Revolução Industrial, logo

...os comunistas e sua tradição anticlerical apontavam a religião como ópio do povo, por construir um discurso voltado para a manutenção da exploração e submissão dos trabalhadores rurais [no contexto da criação da *Rerum Novarum* predominantemente industrial] como algo natural (MONTENEGRO, 2010, p.96)

Esses embates gestaram produções discursivas diversas, uma luta pela predominância de um campo de atuação capaz de gerar um discurso de poder e verdades absolutas, de modo que cada qual iria montar os seus aparatos de veracidade.

Nesses conflitos discursivos o que se torna grande destaque é a condução do teor anticomunista que se segue no seio da Doutrina Social Católica, apesar da Igreja afirmar que lutava pelos projetos trabalhistas, contudo o que mais

se deixa claro na constituição das encíclicas voltadas para o economicismo é a valoração da necessidade de uma sociedade industrial pensada no capitalismo por meio da utilização da mão de obra operária.

Uma prática que deveria se tornar naturalizada pela Igreja, o ser cristão, significaria atuar na conformidade de um sistema de produção capitalista entendendo que essa seria uma alternativa de projeção de uma sociedade melhor no futuro. Obviamente, um conceito que pretenderia refutar as ordens marxistas das classes operárias a fim de fortalecer o sistema de produção capitalista.

Como meta de apaziguar as relações em relação à classe operária, a Doutrina Social Católica vai defender uma necessidade de um reconhecimento do patrão em relação ao seu funcionário. Esse “reconhecimento” deveria ser por meio de salários e divisão de renda justas. Entretanto essa afirmação da Doutrina Social Católica soou como um conformismo econômico, entendendo que jamais a classe operária teria um reconhecimento de seu trabalho, porque a maior parte do capital gerado pela mão de obra trabalhadora ficaria à mercê do patrão.

De acordo com a Igreja Católica, as encíclicas seriam meios de corroborar com uma sociedade produtiva e justa, contudo, o discurso proposto pelos baluartes do catolicismo no final do século XIX, atuariam na valoração da conformidade e do homem, com um projeto harmônico entre Deus, a família e o trabalho.

Ao explicitar o sentido da atividade humana no mundo, lembra que “ganhar o sustento para si e para a família, homens e mulheres exercem de tal modo a própria atividade que prestam conveniente serviço à sociedade”, e completa: “com razão, podem considerar que prolongam com seu trabalho a obra do criador, ajudam seus irmãos e dão uma contribuição pessoal para a realização dos desígnios de Deus na história (PT, 149, onde é lembrado que no desempenho de suas atividades temporais as pessoas obedeçam às leis imanentes a essas atividades, seguindo métodos correspondentes à sua natureza. E acrescenta que tal desempenho no âmbito da ordem moral é exercício de um direito e cumprimento de um dever, “bem como resposta positiva a um mandamento de Deus, colaboração à sua ação salvífica e contribuição pessoal à realização de seus desígnios providenciais na história”. Em outras palavras, “requer-se que as pessoas vivam, no próprio íntimo, o seu agir de cunho temporal como uma síntese dos elementos científicos-técnicos-profissionais e dos valores espirituais”) (SCUDELER, 2014, p. 22)

Em suma, o que se tem de acordo com a Doutrina Social Católica é o discurso de uma missão divina em que o trabalho humano passa a ser uma extensão das tarefas do “criador”. Esse discurso de trabalho como elemento divino atinge, ou pretende atingir, as perspectivas de uma sociedade inspirada pelos desígnios de Deus para com o homem.

Um discurso de que o trabalho é fruto da natureza humana e que deve ser ajustado com as leis imanentes de sua natureza, isto é, uma vez dado o trabalho ele deve ser apenas elaborado como uma questão de naturalidade do serviço, independentemente da relação entre trabalho, exploração e capital.

Naturalmente, qualquer tipo de fundamentação que vai de encontro ao que a Igreja Católica defende é tido como ideias maléficas a prática humana, pois assim o homem estaria sendo conduzido à falsa liberdade humana, logo seriam prejudicadas as questões referentes à produção humana dotada do teor divino.

Por isso, devem ser arguidos de erro não só as teorias que, sob a forma de falsa liberdade, dificultam as reformas necessárias, mas também as que sacrificam os direitos fundamentais das pessoas particulares e dos grupos à organização coletiva da produção (SCUDELER, 2014, p. 24).

A Doutrina social da Igreja busca associar elementos da fé cristã e, ao mesmo tempo, o social como pontos indissociáveis, uma vez que para a Igreja, esses pontos são os que compõem o homem em seus vários aspectos da vida.

Para a Igreja, a necessidade do homem é justamente alcançar feitos ou seus anseios, desse modo a Doutrina Social da Igreja quer oferecer ou ajudar nessa oferta com prerrogativas da fé que levaria além do material, mas o espírito.

Nesse ponto, a Igreja Católica no final do século XIX, defende que o homem deve passar, segundo Pio V, pela experiência do conhecer, amar e servir a Deus. Ao mesmo tempo, a experiência com o Sagrado elevaria o homem a viver como o “verbo que se fez carne”, isto é, amar o outro e, é claro, que para tamanho feito isso só seria possível graças ao consenso de fé de cada um.

Logo, a Doutrina Social Católica surge com o discurso de balizar a possibilidade de fé e a perspectiva do trabalho humano, porém ambas inspiradas no divino. Partindo da *Rerum Novarum*, o princípio teológico acerca do trabalho e da



propriedade privada está de acordo com a definição do que Deus concedeu ao homem. A terra e todo o gênero humano são frutos de uma legitimidade da produção do trabalho humano, assim a perspectiva da propriedade particular seria uma ordenança divina.

Tal afirmação estaria embasada no conceito de que o trabalho seria uma continuidade da graça de Deus aos homens e não passível de críticas pessoais, pois o criador a todos delegou função social, isto é, uns para a produção e outros para a administração.

Essa teoria destaca explicitamente que os conceitos socialistas não se enquadram no que propõe a Igreja, tendo em vista que esse princípio “repartidor” dos bens materiais entre vários homens poderia levar a humanidade ao caos.

Exemplificando, a primeira referência que a *Rerum Novarum* faz a Deus é para relativizar a providência do Estado e para dizer que “não se deve opor à legitimidade da propriedade particular o fato de que Deus concedeu a terra a todo gênero humano para gozar, porque Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos (SCUDELER, 2014, p.43).

A política da Doutrina Social Católica sem dúvida está amparada no teor social, contudo, a sua visão de projeto se faz amparada na perspectiva de que os povos não podem atuar além do que a Igreja propõe a dizer. A relação entre propriedade privada e trabalho seria como uma seleção divina pré-estabelecida, que Deus não entregou a todos os homens a habilidade de conduzir a propriedade, isso porque levaria a humanidade ao caos.

O discurso da propriedade privada a partir da Doutrina Social Católica se torna elitista, uma vez que ela propõe a levantar os “escolhidos de Deus”, um mundo onde a predisposição do capital não é medida para exploração, mas a partir de que Deus entregou a cada homem para que assim se faça.

A visão de “apto” e “não apto” à propriedade privada se torna uma relação de exclusão e inclusão, naturalmente é a formalização do discurso de verdade absolutizada, a fim de que as forças de tensão para criticar tal sistema de exploração fossem anuladas para se constituir o que se deseja. De fato, isso não significa dizer que a política da Igreja Católica por meio de sua Doutrina social conseguisse promover uma reprodução fiel do seu discurso entre os pares, contudo,

o que se tem é uma Igreja que deseja disciplinar o corpo do fiel por intermédio da premissa divina e, ao mesmo tempo, produzir um sentimento de repulsa das propostas de esquerda dentro dos espaços católicos.

Para tanto, o discurso da Igreja atuou em afirmar que a “Boa Nova do Evangelho” anunciado, que é a “Palavra de Deus”, liberta e que o âmbito sobrenatural é o que liga Deus ao homem. De mesmo modo, é a partir de Deus e somente dele que o homem se faz “divino”. Essa relação com o Sagrado estipula que todas as instituições humanas, desde o familiar ao Estado, devem agir dentro do caráter Cristão para que a sociedade evolua na fé anunciada por meio do Evangelho.

Quanto a ação humana, Cristo será o referencial de toda humanidade no que diz respeito à compaixão humana, e sobre o plano produtivista, assim como Deus trabalhou para o surgimento da Terra e tudo que há nela, logo o homem tem de ver esse exemplo no seu Criador em relação à capacidade produtivista e imediato. Seria, portanto, o meio ao qual o homem seria elevado à condição de redenção inspirada na criação.

Essa seria, portanto, uma alternativa da Igreja Católica ao propor a sua Doutrina Social, isto é, em decorrência dos entraves econômicos que surgem no terceiro milênio, deixa claro que somente por intermédio da fé é que o homem seria elevado à Deus Criador, apesar do mundo está passando por mudanças cada vez mais críticas e que caberia aos homens inspirados na “perfeita fé” a boa administração do mundo moderno e sem, é claro, esquecer que a dimensão social dependeria diretamente do Deus Criador do mundo, fundamento esse que pretenderia conter qualquer tipo de formulação de rebeldia contra Deus, pois se assim conseguisse, os desígnios da Igreja talvez fosse formulados, isto é, ter influências total, ou pretender, na sociedade pós-industrial, força essa que há muito tempo a Igreja Católica perdera desde o advento do Iluminismo.

O discurso da Igreja, com o seu ensinamento social, busca estabelecer no mundo a dimensão do Reino de Deus na Terra, contudo, essa proposta não estaria apenas numa vida por vir, mas no “agora”. Uma visão embasada na lógica de continuar o que Jesus começou em vida, oferecendo a cada homem e mulher a liberdade não só humana, mas também espiritual.

Para tanto, a visão salvífica da Igreja deveria atuar num mundo em que as desigualdades seriam, a grandes passos, cada vez mais gritantes, tentando estabelecer uma universalização do discurso de salvação humana por meio da fé para o homem.

Contudo essa aplicação de conceitos “salvíficos” tinha de estar embasados na produção do discurso da meritocracia de fé. O cristão só poderia estar nas bases da perfeita cristandade se estiver de acordo com as propostas da Doutrina Social Católica, caso contrário, jamais poderia se enquadrar no que a Igreja defende como o “perfeito cristão”.

Mas a aplicação dessa relação, entre conformismo, trabalho, aceitação e salvação deveriam estar embasados num discurso capaz de atingir os microespaços sociais, para tanto o medo social se torna um aliado que até então não era nada de estranho para a Igreja. Nessa perspectiva, criou-se na Doutrina Social da Igreja os parâmetros dos “fiéis” e dos “não fiéis”, numa lógica de reproduzir automatismo sociais, de modo que, a partir do momento em que o Sumo Pontífice escrever a *Rerum Novarum*, deveria o “verdadeiro fiel” seguir a doutrina católica pré-estabelecida, então aí se tem o “bom cristão”, mas caso contrário, há um “desviado” da Igreja de Deus na Terra.

Assim, a Igreja Católica produz o medo social no final do século XIX para o XX, isto é, o medo da condenação entre os fiéis. Não é apenas pecar, é ser condenado, porque para a Igreja naquele momento, o bom católico é aquele que atua para dignificar a sociedade com o seu trabalho, aceitando o projeto de Deus para sua vida, uma “missão” que já estaria condicionada ainda em fase embrionária de cada sujeito na Terra.

Ao mesmo tempo, se projeto no “outro” um medo diferente, ou melhor, o “diferente”, aquele que representa insegurança para a sociedade, um homem incapaz de corroborar para o benefício da sociedade, isto é, o comunista, o socialista, enfim, os que seguiam a perspectiva do materialismo dialético

É fato que

O medo é uma ferramenta eficaz para consolidar o poder de um Estado cada vez mais totalitário. Quando bem-implantado, esse sentimento pode sempre ser invocado, em nome de uma guerra do

bem contra o mal, contra alvos que representem uma ameaça econômica ou política (GREEN, 2011, p. 102-103).

Assim, a política do medo ao comunismo se torna uma arma de uso da Igreja, mas há uma diferença nessa utilidade “bélica” no discurso da Doutrina Social Católica. Ela tenta atuar não só na premissa da fé católica, mas também na vida material, no espaço econômico, político e familiar, pois uma vez que o sujeito não seja um fiel praticante, ele não deixa de ser também um homem material que precisa de subsistência, assim sendo, não é apenas o medo da condenação, mas também da manutenção da vida e de seus filhos.

Uma estratégia genealógicamente amparada numa defesa da doutrina de fé da Igreja, mas também focada nos interesses dos Estados que tentava firmar suas economias em épocas de modernização e avanço na indústria, em palavras acessíveis, a Igreja tentando aliar-se ao Estado, para poder reaver os seus interesses, mesmo que mínimos, perdidos com o advento do cientificismo Iluminista.

Seria, portanto, uma tentativa de promover uma prática do medo às questões sociais, porque o sentimento de insegurança precisaria ser materializado para se ter a eficácia, e nesse conjunto de fatores é que a Igreja Católica associa ao comunismo elementos do perigo e do caos, e mais precisamente o fim da humanidade.

Apenas formaram-se os atores sociais para a projeção de um “bode expiatório”, que na ocasião seria o comunismo. Se a Doutrina Social Da Igreja defende a propriedade particular, naturalmente tudo que provém do comunismo seria algo absurdo para a Igreja, porque não estaria nos planos de Deus para o homem. São apenas formas de se tentar coibir o “outro”, não o aprisionando, mas marcando no seu corpo os traços da condenação social e, no caso, espiritual.

Um estratagema de imposição de uma ordem, a fabricação do policiamento social. Essa foi a proposta da Doutrina Social da Igreja: criar o pânico anticomunista entendendo que

... não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações [nesse contexto a Igreja Católica soube muito bem articular ao longo de sua história] estão comprometidas num diálogo permanente com o medo (DELUMEAU, 2009, p.12).

Elemento esse que fez surgir uma produção da “ordem social da Igreja Católica” no que se refere às questões econômicas e sociais, cujo discurso seria o de garantir ao homem o caminho da “Salvação” que passaria desde o caminho do espiritual ao material.

Essa visão teológica se justificaria a fim de esclarecer que o “dom da Salvação” está numa dimensão que envolva a vida inteira. Logo, no mundo do trabalho, em que há a relação do capital como elemento que atua entre o empresariado e o trabalhador, o Evangelho embasado na Doutrina Social da Igreja deveria existir como um princípio de Deus entregando a um a capacidade de administrar e ao outro para ser administrado, sendo esse o fator organizacional que provém do plano espiritual, o “cabeça” da “ordem das coisas” e os demais, “corpo” de um sistema que totalizaria o mundo moderno econômico.

A busca do social é um elemento que provém do cristianismo nascente, inclusive pode-se dizer que a *Rerum Novarum* não foi pioneira nesse aspecto, mas foi uma que se voltou para a discussão de um mundo que se moldava nas bases do capitalismo pós-revolução industrial e se destaca no debate entre a classe operária e empresarial. Nesse espaço de atuação de ambas as partes, o cristão fiel deve atuar na fidelidade divina, ou melhor, cada qual agir segundo os preceitos doutrinários da Igreja inspirada nos Evangelhos.

Desse modo, o cristão deverá garantir a boa condição de vida a todos os homens, o que significaria dizer que, ao burguês, fornecer uma vida digna, e ao operário, um trabalho fiel. Em outras palavras, jamais promover conflitos nesse sistema de ordem divina, porque Deus já tratou de organizar os homens para que não haja o caos social, porque se assim for o país jamais poderá vivenciar o progresso humanitário.

Portanto, para o fiel, faz parte da fidelidade no seguimento de Jesus: cultivar uma maior consciência de que é devedor daquelas condições que tornam a existência humana possível e vivível; afirmar que todos têm direitos de participar da vida econômica e têm o dever de contribuir, segundo as próprias capacidades, com o progresso do próprio país e de toda família humana (SCUDELER, 2014, p. 54).

Claramente é a promoção da passividade do operário e da dominação do empresariado por intermédio do discurso da conformidade, fazendo crer que Deus

premeditou a miséria de um em prol da riqueza do outro. Para além de tais questões, é possível percebermos que há nessa relação a condição de sujeito não crítico, porque se assim for, o homem estaria se sobrepondo às questões divinas, fato esse condenável para Doutrina Social Católica.

No bojo da Doutrina Social Católica há o que já foi apresentado, a *Rerum Novarum*, um documento assinado pelo Papa Leão XIII no dia 15 de maio de 1891, uma discussão da situação do operário em face do desenvolvimento técnico-científico industrial. Sendo ao mesmo tempo o período de consolidação do liberalismo na atividade econômica.

Nesse contexto, as pretensas do socialismo para a *Rerum Novarum* são condenáveis, pois o Sumo Pontífice, ao escrevê-la, a ordem, ou as políticas, de esquerda seria a razão da desordem mundial, pois prega uma sociedade liderada por intermédio das decisões do povo, fato esse condenável pela Doutrina Social Católica, como já abordado.

Na visão do Papa Leão XIII, o Estado Liberal é que teria a função organizacional da sociedade e, a Igreja, o espiritual. Quanto ao capitalismo liberal nascente associado ao avanço tecnológico, a *Rerum Novarum* é pontual em afirmar que não há outro sistema econômico melhor, mas seria preciso um bom diálogo entre patrões e operários para que o capitalismo pudesse ser ideal a ambos os lados.

Após quarenta anos de escrita a *Rerum Novarum*, a Igreja Católica escreve a *Quadragesimo Anno*, texto que vai comemorar o sucesso da encíclica papal escrita por Leão XIII, entretanto, na ocasião a Igreja passa por transformações significativas, tanto do ponto de vista social quanto no campo teológico. Vale lembrar que após quatro décadas da *Rerum Novarum*, isto é, em 1931, o mundo já viveu a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917, crise econômica de 1929 e estava à largos passos para a Segunda Grande Guerra Mundial.

Nesse contexto, a Igreja compreende que todo mal social, e obviamente se refere ao contexto histórico da questão, seria a irreligião e da ausência dos valores morais ao qual o mundo caminhava.

Logo, a Igreja afirma ser a única capaz de corroborar com os anseios sociais, pois ela assume o papel de “Grande Mãe” de todos os povos, auto intitula-se como a única depositária dos valores sociais que o mundo precisa. Assim, as cartas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* se tornam as encíclicas que, na visão da Doutrina Social Católica, deveriam reger o mundo.

É por meio dessas duas cartas que a Igreja pretende governar a humanidade, contudo, nada de tão moderno, apesar de saber que o mundo já havia passado por expressivas mudanças num curto espaço de tempo de quarenta anos, isto é, o anticomunismo por parte da Igreja Católica se torna mais latente, e a construção de uma verdade católica a ser seguida é uma questão que a Igreja vai defender “a ferro e fogo”.

Portanto serão analisadas a seguir as duas cartas que se destacaram nas críticas ao comunismo no século XX, como discurso de verdades e que influenciaram significativamente o mundo, sobretudo, a América Latina. Especificamente será ponderada a relação de tais encíclicas com o Nordeste do Brasil e, no terceiro capítulo desta obra, a relação com o município de Caruaru por meio do jornal católico chamado *A Defesa*.

## **2.2 *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*: uma análise crítica do discurso papal acerca das questões econômicas e políticas**

*Rerum Novarum*, isto é, “Das coisas novas”. O que seriam, portanto, “as coisas novas” que a Igreja Católica anuncia? Para analisar tal questão, nesta obra, foi feito um estudo acerca da elaboração do texto escrito por Leão XIII a fim de se entender o que se propôs a Igreja ao elaborar um documento cujo nome em português equivaleria à “Das coisas novas”.

A *Rerum Novarum* é um debate acerca das novas formatações sociais em que o mundo nos idos de 1890 começa a sofrer. O final do século XIX mostrou que existiam questões que poderiam provocar modificações nas bases da humanidade. Valores como a religião, a cultura, a política e a economia poderiam, e em alguns aspectos já estavam passando por mudanças, que tais estruturas deveriam encarar a realidade social de maneira diferente.

O discurso capitalista e as disputas imperialistas estariam cada vez mais fortes, esse fato também representou uma mudança nos paradigmas da Igreja Católica, inclusive argumenta-se na *Rerum Novarum* que há, nesse contexto histórico, uma alteração dos costumes cristãos, e inclusive uma mudança que a própria Igreja se indaga.

A “mudança nos costumes católicos” seria o abandono do prelado católico em decorrência das questões economicistas que se seguem nos fins do século XIX. Tão logo, a *Rerum Novarum*, inicia o seu discurso citando o novo projeto de sociedade e sua relação com os “costumes do catolicismo”

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito (*RERUM NOVARUM*, 2015, p.1).

O fim temível ao qual a Igreja cita por meio da encíclica papal é justamente a relação da perda de influência da Igreja na sociedade. Um “medo” que a Igreja possui naquele contexto, mas que busca superar por meio de combates aos que a ela representa perigo.

Para tanto, a Igreja Católica se coloca no patamar de poder interferir nas decisões socioeconômicas dos povos, pois o que estaria em jogo seria “a soberania política, a liberdade humana, a constituição cristã dos Estados (1) e outros assuntos análogos, refutando, segundo nos pareceu oportuno, as opiniões errôneas e falazes...” (*RERUM NOVARUM*, p. 1-2).

Segundo a própria *Rerum Novarum*, essas turbulências seriam conflitos que se seguiam entre a classe operária, patronal e a própria Igreja. Nessas condições, a Igreja formata um cenário que as práticas de resistências à exploração capitalista se tornam heréticas, por alegar que se chocam com a vontade de Deus, uma vez que para cada homem há uma função na sociedade, como um legado de Deus aos homens ainda na criação do mundo.



Ao operário a função de utilizar a sua mão de obra ou a sua força de trabalho para a condução de uma sociedade mais justa. Para a classe burguesa, fica a condição de apoiadora dos operários, entendendo que Deus instituiu homens, e não todos, para a organização das riquezas e outros para a produção dos bens, a fim de formar um mundo sem desigualdades. Contudo há um elemento que não pode deixar de ser destacado na *Rerum Novarum*, isto é, a sua “preocupação” com a classe operária e burguesa no fim do século XIX.

Essa “preocupação” seriam as propostas socialistas de caráter marxista que emergiam junto à efervescência das sociedades industriais e que não foram entendidas como favoráveis à classe operária por parte da Igreja Católica.

Esse critério teórico que a *Rerum Novarum* aponta está numa proposta de demarcar um discurso de estranhamento do socialismo com as crises humanitárias, tais como a pobreza. A Igreja entende nesse contexto que, quando o projeto social fica à mercê do Estado ou do município, podem ocorrer problemas, pois os bens de um poderiam ser repartidos entre os demais, isto é, os pobres.

Segundo a Doutrina Social Católica, o socialismo instigaria a inveja entre os pobres em relação aos que possuem suas riquezas próprias, formaria nos sujeitos um sentimento de ódio e inveja, gerando futuramente conflitos que quebrariam com o “edifício social da paz”, tão valorosos as premissas cristãs.

Logo a *Rerum Novarum* é bem clara:

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (*RERUM NOVARUM*, 2015, p.2).

Partindo de tais questões apontadas pela Igreja, nos parece um tanto estranhas, porque a condição social de um homem, na visão da *Rerum Novarum*,

deixa transparecer que há uma pré-disposição divina no que se refere as questões econômicas dos pobres diante dos fatos. Teoria essa extremamente refutada pelo materialismo dialético histórico que segundo Marx

... o conceito de dialética como movimento interno de produção da realidade cujo motor, é a contradição. Porém, Marx demonstra que a contradição não é a do Espírito consigo mesmo, entra sua face subjetiva e sua face objetiva, entra a sua exteriorização em obras e sua interiorização em ideias: a contradição se estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais e chama-se de *luta de classe* (CHAUI, 2008, p. 52).

Mas o termo “Luta de Classe” seria um conceito caro para a manutenção do que propunha a Igreja em relação às práticas da Doutrina Social Católica, e inclusive custosa para a Igreja, porque a dialética histórica vai fazer um embate direto ao que a Igreja tanto defendia, isto é, um conformismo e um naturalismo nas questões econômicas e da exploração do homem pelo homem.

A crítica à estrutura do trabalho seria subversão religiosa, elemento esse que levaria o homem a condenação da alma. É fato que essa foi uma estratégia de poder visando delimitar os sujeitos nas ordens dos discursos amparados no direito de dizer o que o outro deve ser e fazer.

Entretanto para tentar se justificar cientificamente e não teologicamente do princípio da propriedade particular, a *Rerum Novarum* debate com o conceito da produção e proliferação básica do acúmulo primitivo do capital, que é a premissa do capitalismo liberal. Em outras palavras, seria a relação da economia e o lucro adquirido pelo homem por meio de sua força de trabalho, e jamais, poderá ser chamado de injusto, porque quem trabalha produz algo e, portanto, deve ser respeitado o direito da posse.

De fato, como é fácil compreender, a razão intrínseca do trabalho empreendido por quem exerce uma arte lucrativa, o fim imediato visado pelo trabalhador, é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque, se põe à disposição de outrem as suas forças e a sua indústria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa prover à sua sustentação e às necessidades da vida, e espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dele como entender. Portanto, se, reduzindo as suas despesas, chegou a fazer algumas economias, e se, para assegurar a sua conservação, as emprega, por exemplo, num campo, torna-se evidente que esse campo não é outra coisa senão o salário

transformado: o terreno assim adquirido será propriedade do artista com o mesmo título que a remuneração do seu trabalho. Mas, quem não vê que é precisamente nisso que consiste o direito da propriedade mobiliária e imobiliária? Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu patrimônio e melhorarem a sua situação (*RERUM NOVARUM*, 2015, p. 3).

Deste modo, a Igreja condena qualquer ato contra a riqueza promovida pelo projeto do liberalismo, portanto, é contra o discurso que provém do socialismo. Nesse aspecto, a *Rerum Novarum* combate diretamente o socialismo no espaço trabalhista das sociedades capitalistas, pois é como se o socialismo tivesse expropriando do homem a sua força de trabalho e entregando a outrem, gerando assim um objeto de exploração e injustiça.

Para fortalecer a relação da propriedade privada, a encíclica escrita por Leão XIII, analisa a questão da posse dos bens. Na ocasião, o Sumo Pontífice é bem claro ao destacar que há elementos que distinguem o homem de seres irracionais.

Para os seres incapazes de pensar, a encíclica os colocam como animais sensitivos, isto é, a natureza os conduzem, preservando-os apenas para a própria vida e em um segundo momento se apega a procriação, atributos esses que estariam “anos luz” do que seria o homem enquanto criação divina.

Essa afirmação é sem dúvida uma crítica a teoria evolucionista proposta pelo discurso cientificista do materialismo dialético. Acerca do homem, a *Rerum Novarum* também reserva o discurso do princípio sensitivo da natureza, assim como os animais irracionais, obviamente para demonstrar que ambos são criações divinas, contudo, argumenta que no que diz respeito a capacidade de raciocinar a humanidade possui uma distância enorme.

Esse argumento também defende a ideia de que se o homem é “imagem e criação divina”, então naturalmente a humanidade desenvolveria aptidões evoluídas, assim como Deus é.

Logicamente essa teoria argumentada pela Igreja Católica se funda para defender que a consciência ou a razão humana o colocaria no patamar acima de outros seres irracionais e, como tal, dando ao homem o direito de dominar as outras espécies, como também as de possuir tudo que o rodeia, inclusive o capital que é elemento do trabalho humano uma vez que faz uso da natureza para a produção do por vir.

Esse discurso de automatismo de sociedade é nada mais do que uma forma de produzir ideologias predominantes na escala do social, entretanto, o discurso da Doutrina Social Católica não é nada mais do que

... a ideologia burguesa, [que] era um pensamento e um discurso de caráter legislador, ético e pedagógico, que definia para toda a sociedade o verdadeiro e o falso, o bom e o mau, o lícito e o ilícito, o justo e o injusto, o normal e o patológico, o belo e o feio, a civilização e a barbárie. Punha ordem no mundo, afirmando o valor positivo e universal de algumas instituições como a família, a pátria, a empresa, a escola e o Estado, e com isso, designava os detentores legítimos do poder e da autoridade: o pai, o patrão, o professor, o cientista, o governante (CAHUÍ, 2008, p.107).

É fato que o discurso promovido pelo catolicismo, a partir da *Rerum Novarum*, é de caráter conservador e burguês, mas mesmo assim a Igreja ousava em defender essa premissa como uma relação de terceira via para as questões econômicas e, ao mesmo tempo, condenava a prática do socialismo.

E para reforçar ou justificar o discurso de verdade é que a Igreja vai até as raízes históricas para demonstrar um cientificismo na defesa da Doutrina Social Católica. Para tanto, a Igreja argumenta “cientificamente” que a posse da terra é um meio ao qual o homem faz uso para poder comer do seu fruto, mas o homem ao longo da história foi muito mais além, não ficando apenas em tais condições, utilizou a terra para uma produção de futuro, deste modo o homem estaria saciando uma possibilidade de fome caso a humanidade viesse sofrer.

Isto é, para a *Rerum Novarum*, é preciso acumular para não faltar e esse processo se deu bem mais forte a partir do momento em que se desenvolveu a Revolução Industrial e seus aparatos do liberalismo econômico.

Nesse contexto a encíclica é bem clara. A posse da terra e do que ela provém é anterior ao Estado, sendo injusto entregar ao Estado o que o homem,

antes de sua invenção, já dominava. Nessa condição, a *Rerum Novarum*, numa perspectiva teológica, afirma que Deus não concedeu especificamente a um homem o governo da propriedade, entretanto, defende que foi entregue a um grupo seletivo, isto é, uma predisposição do capital na mão do que divinamente foi escolhido.

Logo, se assim Deus o fizera, para que não houvesse confusão coletiva de sua administração, seria preciso a passividade e a boa relação entre os homens na aceitação de tais condições para que a humanidade pudesse viver em paz.

Obviamente essa colocação da Igreja em relação ao sistema de produção se tornaria um epicentro de debate muito forte ao princípio do socialismo, entendendo que desde a Revolução Industrial e o fortalecimento do liberalismo econômico, o que mais gerou fome e desigualdade foi a concentração de renda nas mãos de uma elite que se afirmava no poder, inclusive, esse fato foi o que gerou as desigualdades socioeconômicas na Rússia nos idos da Primeira Guerra Mundial de tal modo que o lema de revolução passou a ser “pão, paz e terra”.

Segundo Luciano Gruppi, quanto ao debate acerca das especificidades da Rússia ainda antes da Primeira grande Guerra

Não são as famílias mais numerosas, porém as mais ricas aquelas que possuem mais lotes de terra em propriedade privada (*nadial*) no interior da propriedade do senhor feudal; são elas que adquirem mais terra ou que arrendam lotes maiores. Toda uma parte dos camponeses sofre um processo de pauperização, enquanto do lado oposto, no interior da *obstchina*, a propriedade e a riqueza se acumula em poucas mãos. Os camponeses, que sofrem um processo de pauperização, trabalham como assalariados junto aos camponeses ricos (GRUPPI, 1979, p.1).

Para os socialistas, independente da ordem dos surgimentos das coisas, terra ou Estado, ao final de tudo o capitalismo e a má distribuição de renda promovem a exploração do homem e geram as desigualdades sociais, desse modo à medida que grupos se apoderam dos bens, seja por meio da providência divina ou científica, o que suscita nessas tensões é o aumento de miseráveis a uma proporção desigual em relação à burguesia.

Logicamente os conflitos entre os ideários socialistas e da Doutrina Social Católica no início do século XX seriam os mais tensos possíveis entendendo que se

tornou a lutas dos contrários, cada qual pretendendo impor os seus discursos de verdades, quer sejam no campo do cientificismo ou teológico.

### **2.3 Uma atividade nos microespaços da sociedade: do público ao privado**

Sobre o Estado e a família, a *Rerum Novarum* atua numa perspectiva do Evangelho. Na ocasião, cita textos para defender o patriarcalismo, uma vez que Cristo orientou ao homem como cabeça da casa, assim o homem e sua família devem agir. Nesse aspecto, o homem deve manter ou prover a família.

Quanto ao Estado, este deve participar da colaboração para que os lares não quebrem a “ordem” do discurso do Evangelho, mas entendendo que não se pode haver um domínio do Estado sobre as famílias, porque essa função Deus delegou ao homem, o “chefe” da casa. Ao mesmo tempo, os filhos deverão assim herdar a “ordem” social dos lares e serem reflexos futuramente na sociedade onde estão inseridos.

Uma construção de padrões éticos, sociais e morais que a Igreja estava promovendo a fim de poder intervir nos microespaços da sociedade, desenvolvendo práticas e formas de ser e fazer do “outro”, para que futuramente pudesse ela, a Igreja, “colher” os frutos. Essa seria mais uma forma pedagógica que a Igreja, por meio da *Rerum Novarum*, encontrou para que pudesse produzir os seus arquétipos sociais.

Sem dúvida, a grande aposta da Igreja seria pedagogicamente atrair pessoas para as Igrejas, entendendo que a secularização no pós-industrial estava cada vez mais latente. Uma pedagogia do interesse, mas na ocasião, e não só de seus objetivos, mas também do Estado, porque o discurso da Igreja também estaria amparado na perspectiva do reconhecimento dos chefes de Estados.

Seria uma hierarquia social, a primeira instância de poder e atuação da família, seria o patriarca, segundo o Estado e ambos detendo o poder de dizer o que o “outro” deve fazer. Práticas de esquadramento social, uma a máquina da disciplinarização sendo posta em prática. Um discurso, uma prática e uma vivência, esse seria o objetivo da Igreja perante a sociedade.

Sem dúvida essa construção dos espaços e dos sujeitos sociais fora de uma grande pretensão da Igreja Católica, pois a relação não se limitaria apenas em construir um arquétipo social, os seus “avatares” católicos deveriam introjetar o discurso do anticomunismo como algo naturalizado, pois a “ordem” do Estado seria garantir a segurança do “perigo vermelho” aos quais os espaços industriais estariam à mercê.

A visão de família e Estado se torna uma grande crítica aos princípios do socialismo, e a *Rerum Novarum* é bem pontual ao dizer que:

A autoridade paterna não pode ser abolida, nem absorvida pelo Estado, porque ela tem uma origem comum com a vida humana. «Os filhos são alguma coisa de seu pai»; são de certa forma uma extensão da sua pessoa, e, para falar com justiça, não é imediatamente por si que eles se agregam e se incorporam na sociedade civil, mas por intermédio da sociedade doméstica em que nasceram. Porque os «filhos são naturalmente alguma coisa de seu pai... devem ficar sob a tutela dos pais até que tenham adquirido o livre arbítrio» (4). Assim, substituindo a providência paterna pela providência do Estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família (*RERUM NOVARUM*, 2015, p.6).

O discurso de família e Estado, segundo a *Rerum Novarum*, tem como objetivo estabelecer uma naturalização em que os seus reflexos seriam no progresso humanitário. Ataca o socialismo como uma sociedade sem ordem e princípio de anarquia e essa seria a razão pela qual os países socialistas iriam entrar na pobreza, porque para a Igreja é fundamental um líder que conduza o povo a “salvação”, fato desconhecido pelos princípios socialistas, porque defende uma sociedade igualitária a fim de que todos possam intervir nas questões do Estado.

Nesse estágio de discussão, a *Rerum Novarum* ataca diretamente o comunismo, que seria um estágio de evolução do socialismo, de modo que esse seria o princípio do empobrecimento. Logo, a encíclica papal estabelece pontos para refutar a lógica igualitária do comunismo entre os operários.

Para a *Rerum Novarum* a luta dos trabalhadores em relação à exploração do capitalismo significaria a quebra da “ordem natural das coisas”, na ocasião o princípio pré-estabelecido da hierarquia social, em que o Estado seria o condutor da “ordem social”, conceito esse defendido pelas bases da obediência que havia se iniciado ainda na família.

O que há de interessante no discurso de família e Estado que a *Rerum Novarum* possui é fazer estender para as demais instâncias da sociedade a premissa de conceitos teológicos para estimular nos seus fiéis a “paciência social”, um ponto muito refutado pelo socialismo, uma vez que a luta de classe é justamente o embate entre os contrários no que se refere ao materialismo dialético da história.

Para o Sumo Pontífice, ao escrever a *Rerum Novarum*, o trabalho seria um elemento do homem, mesmo quando ainda estava no estado de inocência de sua vida, pois a ociosidade não é típica do ser humano. Entretanto, após o pecado, a dor será um fato que acompanhará o homem por meio do seu trabalho, porque isso lhe caiu como um castigo e que não haverá meio de tirar-lhe a exploração do trabalho.

Se há quem, atribuindo-se o poder fazê-lo, prometa ao pobre uma vida isenta de sofrimentos e de trabalhos, toda de repouso e de perpétuos gozos, certamente engana o povo e lhe prepara laços, onde se ocultam, para o futuro, calamidades mais terríveis que as do presente. O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar os nossos males (*RERUN NOVARUM*. 2015, p.7-8).

Portanto, segundo a encíclica papal, são enganosos aqueles que prometem que a vida poderá ser melhor quando o socialismo surgir de forma consciente entre os homens. Para a *Rerum Novarum*, as duas classes, operária e patronal, não são inimigas, mas devem atuar como parceiras no projeto social do trabalho e, sobretudo, longe das falácias do socialismo.

Essa visão teológica busca condicionar o homem à passividade diante de um assunto muito claro à época, que seria o conflito entre os trabalhadores e o patronato. A busca é de uma tentativa apaziguadora, mas que na tensão de forças, ao operário resta apenas o conformismo entendendo que, segundo o discurso da “ordem natural das coisas”, o embate seria um engano capital afrontando diretamente ao que a Igreja já havia entendido como a consequência do “pecado original”.

Um discurso muito bem talhado como um escultor ao definir a sua arte, e de fato a Igreja está no jogo dos fazeres, a *Arte de Fazer*, como nos diz Certeau in *A Invenção do Cotidiano: uma arte de fazer*. A Igreja se ocupou artisticamente em



produzir o discurso da forma e o cenário de atuação dos pares, conduz o discurso da produção do ideal de classe.

Para a Igreja, o trabalho é fundamental, a exploração é uma consequência do “pecado original” e a resistência uma relutância inválida, sabendo que ao homem já lhe foi dado o castigo terreno lhe cabendo apenas aceitar com “paciência social”.

Logo, nessa luta de conflitos constantes, a Igreja surge como a “terceira via”, segundo a *Rerum Novarum*

... toda economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça (*RERUM NOVARUM*. 2015, p. 8).

Uma produção discursiva que se antepõe à luta de classe, pois coloca o operário numa posição de inércia diante da “ordem natural das coisas”, uma alienação numa perspectiva do discurso teológico. É a docilização do homem por intermédio de uma arqueologia do poder, uma produção de saberes.

Na ocasião, se há uma “ordem natural das coisas” é porque assim Deus quer, contudo, apesar da sutilidade do discurso da docilização, a Igreja assume o papel de mediadora entre ambos os lados, seria mais uma política do que meramente uma vida pregada na fé, a Igreja que abandona o divino para se vender aos interesses de um grupo.

#### **2.4 Quando Deus não julga, a Igreja quer ser Deus**

Vigiar e Punir, uma obra do filósofo francês Michel Foucault. Nesse trabalho Foucault vai discutir como os sistemas de punição foram sendo aperfeiçoados ao longo da história da humanidade. Começa apresentando o julgamento de Damians no dia 2 de março de 1757, por ser considerado um delinquente social na França do século XVIII e vai num estudo minucioso para nos demonstrar a mitigação da pena até os dias atuais, isto é, uma punição que marca o corpo social do criminoso (FOUCAULT, 2009).

O que é de grande interesse na obra não é apenas a riqueza de detalhes que se seguem nas páginas do livro, mas como esses mesmos sistemas de punição estão espalhados nas sociedades contemporâneas. O espetáculo da pena talvez não seja algo comum para algumas sociedades, contudo, o castigo no corpo social é muito forte em instituições estabelecidas, tais como Igreja, escola, exército e tantas outras formas de poder.

No presente trabalho analisa-se a *Rerum Novarum*, como já dito uma encíclica papal do então Sumo Pontífice da Igreja Católica Leão XIII, no dia 15 de maio de 1891. Até então foi debatido o discurso de conformismo que a Igreja promoveu por meio da encíclica papal à classe operária, defendendo a exploração do trabalho como a “ordem natural das coisas”, uma consequência do “pecado original”.

Entretanto a *Rerum Novarum* também vai discutir a necessidade de punição para os desviados da “ordem natural das coisas”, a carta alega que qualquer ato de caráter contra a “ordem” deve ser tratado com força e a autoridade da lei. Essa afirmação é encontrada em trechos da encíclica papal escrita por Leão XIII, onde destaca que Deus é o baluarte da pátria e inclusive dos lares familiar, logo o Estado de Direito deveria e poderia reprimir qualquer movimento de quebra da “perfeita e harmônica” sociedade constituída por Deus.

Logo, qualquer ato contra Deus é contra o Estado também. É considerado um absurdo ao que foi promovido ao protetor da pátria e aos lares familiares, deverá ser, portanto, banido, deverá ser vigiado e punido.

A *Rerum Novarum* se torna contraditória, pois em parágrafos anteriores, como já foi demonstrado, se faz observações à postura dos ricos em relação aos pobres como lados opostos, mas que podem por intermédio da Igreja andar lado a lado. A Igreja seria a que estimularia a paz e o amor entre os homens, contudo, a “Mãe de Todos”, como a própria Igreja se assume, em muitos momentos parece ser “Mãe” de uns e o “carrasco” de outros, assim como na França no século XVIII.

Logo, as greves e contestações são duramente condenáveis a fim de se justificar a força. De imediato surgem as primeiras dúvidas acerca das punições: se há embates e “abusos” de ambos os lados, isto é, os que fazem greve e os que

exploram com salários injustos, por que a lei que julga apenas condena os operários grevistas? Como se dão as condenações a grupos que se põem a oprimir os trabalhadores?

A *Rerum Novarum* faz apenas observações à classe rica alegando que as suas obrigações são a de ter cuidado para com os pobres, mas não vemos comentários alegando a necessidade do uso da força com os patrões caso transgridam os direitos dos pobres no tópico que se refere às “*Obrigações e limites da intervenção do Estado*”.

Ora, importa à salvação comum e particular que a ordem e a paz reinem por toda a parte; que toda a economia da vida doméstica seja regulada segundo os mandamentos de Deus e os princípios da lei natural; que a religião seja honrada e observada; que se vejam florescer os costumes públicos e particulares; que a justiça seja religiosamente graduada, e que nunca uma classe possa oprimir impunemente a outra; que cresçam robustas gerações, capazes de ser o sustentáculo, e, se necessário for, o baluarte da Pátria. É por isso que os operários, abandonando o trabalho ou suspendendo-o por greves, ameaçam a tranquilidade pública; que os laços naturais da família afrouxam entre os trabalhadores; que se calca aos pés a religião dos operários, não lhes facilitando o cumprimento dos seus deveres para com Deus; que a promiscuidade dos sexos e outras excitações ao vício constituem nas oficinas um perigo para a moralidade; que os patrões esmagam os trabalhadores sob o peso de exigências iníquas, ou desonram neles a pessoa humana por condições indignas e degradantes; que atentam contra a sua saúde por um trabalho excessivo e desproporcionado com a sua idade e sexo: em todos estes casos é absolutamente necessário aplicar em certos limites a força e autoridade das leis. Esses limites serão determinados pelo mesmo fim que reclama o socorro das leis, isto é, que eles não devem avançar nem empreender nada além do que for necessário para reprimir os abusos e afastar os perigos. Os direitos, em que eles se encontram, devem ser religiosamente respeitados e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a sua violação (*RERUN NOVARUM*. 2015, p. 16).

Não diferentes são as colocações da encíclica papal acerca da propriedade privada em “*O Estado deve proteger a propriedade particular*”. No trecho a encíclica destaca que os operários que procuram a luta de classe para conseguir seus direitos são agitadores que pretendem acabar com a “ordem natural das coisas”, inclusive devendo ser reprimidos, pois também são perigosos iminentes à propriedade particular como mostra a seguir:

É um dever principalíssimo dos governos o assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias. (...). Por certo que a maior parte

dos operários quereriam melhorar de condição por meios honestos sem prejudicar a ninguém; todavia, não poucos há que, embebedos de máximas falsas e desejosos de novidade, procuram a todo o custo excitar e impelir os outros a violências. Intervenha, portanto, a autoridade do Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu (*RERUN NOVARUM*. 2015, p.17).

E completa a seguir:

O trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha dão, não poucas vezes, aos operários ocasião de greves. E preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e frequente, porque estas greves causam danos não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns; e em razão das violências e tumultos, a que de ordinário dão ocasião, põem muitas vezes em risco a tranquilidade pública. O remédio, portanto, nesta parte, mais eficaz e salutar é prevenir o mal com a autoridade das leis, e impedir a explosão, removendo a tempo as causas de que se prevê que hão--de nascer os conflitos entre os operários e os patrões (*RERUN NOVARUM*. 2015, p. 17).

Na ocasião, o perfeito e bem-intencionado trabalhador seria aquele que sabe julgar as associações e a prática no trabalho a fim de evitar a desordem. Obviamente a finalidade seria de corroborar com o capital explorador, mantendo o desordeiro à margem social, inclusive promovendo ostracismo, fato esse que estaria bem longe do cristianismo nascente, ou seja, trabalhar pelo e para os excluídos, mas que não é tão perceptível na *Rerum Novarum* na maioria de suas declarações, mas sim um discurso que pretende “ordenar” o outro, e se preciso for, punir a fim de se manter como uma instituição capaz de ter influência na sociedade, um elemento que foi perdido pela Igreja nos idos do século XVIII, e que lhe custou demais nas sociedades pós-industriais.

## **2.5 *Quadragesimo Anno*: quarenta anos depois, o trabalhismo e a luta de classe**

*Quadragesimo Anno*, uma carta escrita na comemoração dos quarenta anos da *Rerum Novarum*, na ocasião o ano era 15 de maio de 1931. Festividades, pois a Igreja entendia que a encíclica papal escrita por Leão XIII havia corroborado para uma melhoria das condições trabalhistas, mesmo que de forma quase insignificante. E, deste modo, o medo do socialismo se tornou maior, porque o intuito

com a *Rerum Novarum* foi de amenizar as desigualdades sociais por meio de uma terceira via entre os operários e os patrões.

A *Quadragesimo Anno* é iniciada a partir de uma crítica ao sistema capitalista que assolou a humanidade na virada do século XIX para o XX. A disparidade de renda foi enorme, a quantidade de pobres havia aumentado significativamente.

Naturalmente, a encíclica comemorativa faz críticas as questões sociais, até então nada diferente da *Rerum Novarum*, uma censura ao liberalismo que falhou em sanar os problemas sociais e, sobretudo, no que se refere à melhoria do pobre.

Quanto ao socialismo, a condenação ainda era muito forte, ainda defendendo piamente que a “utópica” relação harmônica entre patrões e operários poderia dar certo numa busca de um mundo melhor.

Conheceis, veneráveis Irmãos e amados Filhos, e sabeis perfeitamente a admirável doutrina, que tornou a encíclica « *Rerum Novarum* » digna de eterna memória. Nela o bom Pastor, condoído ao ver « a miserável e desgraçada condição, em que injustamente viviam » tão grande parte dos homens, tomou animoso a defesa dos operários, que « as condições do tempo tinham entregado e abandonado indefesos à crueldade de patrões desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada ». (9) Não pediu auxílio nem ao liberalismo nem ao socialismo, pois que o primeiro se tinha mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o segundo propunha um remédio muito pior que o mal, que lançaria a sociedade em perigos mais funestos (*QUADRAGÉSIMO ANNO*. 2015, p.3).

O discurso anti (liberalismo/socialismo) sem dúvida é uma crítica que *Quadragesimo Anno* fomenta a fim de colocar ambas em patamar de igualdade, contudo ao ler a citação acima é possível percebermos que as palavras “ditas” dizem muito além do que se pretendem ser.

As palavras vão além do que as coisas são, como bem destaca Foucault (2007), pois no texto de introdução da *Quadragesimo Anno* o liberalismo se mostrou incapaz, mas o socialismo ainda é um “perigo”.

Esse poder de dizer o que é “um” e o “outro” e, sobretudo, de constituir saberes é fruto de discursos e ideias que pretendem definir um poder de impor e produzir verdades a quem se fala.

Além disso, se uma é ineficaz e outra perigosa, o que propõe a Doutrina Social Católica? Ora, uma terceira via de atuação que poderia se tornar eficaz como o liberalismo não foi, e segura em um caminho sem perigo como o socialismo poderia vir a ser? Mas admitir tal feito, para a Igreja Católica, lhe custaria anos de relações com os países capitalistas que permitiam inclusive a sua atuação em suas respectivas nações, porque a política de “fé” da Igreja era a de abrir “espaços de evangelização” e não de fechá-los. E para que isso fosse possível a Igreja Católica, ao produzir a *Quadragesimo Anno* ignora a realidade dos anos que ela foi escrita, como alguém que não quer enxergar a realidade em sua frente.

A Igreja chega a negligenciar a própria realidade econômica da época, ao afirmar que o liberalismo fora fundamental para as nações uma vez que a vida do operariado havia evoluído no que se refere à salário, moradia etc. Desde a formulação da *Quadragesimo Anno*, contudo, essa afirmação chega a ser desastrosa, porque o ano de 1931 era o período de uma recuperação econômica sofrida em 1929 com a quebra da bolsa de valores de *New York*.

E para poder convencer a sua atuação no início do século XX, a Igreja Católica afirma que a condição do trabalhador digno e frutuoso só evoluiu graças a atuação do clero e leigos a partir da *Rerum Novarum* e nessas condições é que a Doutrina Social Católica deveria atuar cada vez mais forte entre os católicos da “boa e verdadeira fé”.

Essa condição seria para a Igreja o caminho mais próximo de uma sociedade forte e patriótica e caminhante no progresso, logo assim explica

Pertence aos Bispos, se reconhecerem que tais associações são impostas pelas circunstâncias e não oferecem perigo para a religião, permitir que os operários católicos se inscrevam nelas, observando, contudo, a este respeito as normas e precauções recomendadas por Nosso Predecessor Pio X, de santa memória. Primeira e a mais importante é, que ao lado dos sindicatos existam sempre outros grupos com o fim de dar a seus membros uma séria formação religiosa e moral, para que eles depois infiltrem nas organizações sindicais o bom espírito que deve animar toda a sua atividade. Sucederá assim que estes grupos exercerão benéfica influencia mesmo fora do próprio âmbito (*QUADRAGESIMO ANNO*, 2015, p. 8).

Sem dúvida, ao analisar ainda o preâmbulo da *Quadragesimo Anno*, sua crítica não se firmou exatamente ao liberalismo como na sua apresentação, mas ao uso que se fez dele em relação à classe operária.

Deste modo é perceptível que há um interesse católico na defesa do operariado, mas a partir da tutela do catolicismo na sociedade juntamente com os desígnios da classe patronal como fundamental para o crescimento econômico e da moral religiosa nas nações.

Aliar-se ao capitalismo ou à classe patronal foi uma medida adotada pela Igreja Católica cujo objetivo foi o de poder atuar na sociedade como foi bem explicado nos comentários sobre a *Rerum Novarum*, como também no primeiro capítulo deste trabalho onde discutiu-se que a Igreja Católica com o advento do pensamento Iluminista procurou se aliar as diversas leituras sociais desde o século XVIII até o momento da escrita da *Quadragesimo Anno*.

Para justificar e fortalecer a apoio ao liberalismo econômico, a encíclica escrita pelo Papa Pio XI, defende que até então muitas pessoas foram favorecidas pelo trabalho por intermédio da intervenção sindical amparadas na orientação religiosa, e deste modo não havendo a exploração do trabalhador.

Contudo essa defesa se torna um tanto falaciosa, porque o capitalismo se sobressai na exploração do homem, uma vez que recolhe a sua mão de obra a fim de expropriar e acumular o máximo possível de capital promovendo uma disputa no intuito de estimular a concentração de renda para aqueles que exploram.

Obviamente é assim que se vai gestando pobres e ricos, uns com poucos e outros com muitos. Mas para a Igreja Católica, naquele contexto, como bem traz a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*, essa política seria a “Ordem Natural das Coisas”, como se a exploração do homem fosse algo comum e que deveria assim se perpetuar.

Para tanto, a relação patrão e operário é fomentada na genealogia do discurso da exploração, para não ficarmos apenas no contexto reducionista do que explora e do que é explorado. Para melhor entender, vimos que o discurso católico é de valorização do liberalismo econômico e uma condenação do materialismo dialético.

Sem dúvida percebe-se que para a Igreja o que interessa é uma sociedade que explora, mesmo afirmando a igualdade entre as classes econômicas.

É fato que a “igualdade econômica” pregada na *Rerum Novarum* e na *Quadragesimo Anno* são estratégias discursivas para criar o conceito de “certo” e “errado”. Essa visão vai delimitando os agentes sociais com o intuito de se garantir o que se deseja.

Outro ponto que se deve analisar é que uma vez criado o campo de atuação do “certo” e do “errado”, aí temos o “lugar” e o “não lugar” como nos fala Certeau. O “lugar” é daqueles que recebem da Igreja o discurso da naturalização do capitalismo, que pode ser também avaliado como uma extensão da “ordem natural das coisas” defendidas na *Rerum Novarum*, como também na própria *Quadragesimo Anno*.

É fato que o “lugar” é dos que se municiam do discurso católico e dele compactuam, e mais além, fazem uma defesa do discurso conformista que explora o homem. Porque o contexto não é apenas expor a concordância à “ordem natural das coisas”, mas é fazer dela um instrumento vivo, aliás, a partir da atitude de cada “verdadeiro católico”, sem dúvida, os discursos cristãos estão recheados da defesa à práxis e não seria diferente com a Doutrina Social Católica.

Além de tais colocações, não se pode deixar de falar dos que são do “não lugar”, ora esses são os que a Igreja Católica os considera na Doutrina Social da Igreja, como “perigosos”, trazem consigo os signos do perigo e da insegurança.

Nessa relação o ser “perigoso” são os que estão fora do “círculo católico”, são os diferentes marginais que até poderiam ser católicos, mas a instituição não os aceita, pois não comungam de suas “ordens sociais”, possuindo assim as práticas “desviantes”.

É bem sabido que o “desviante” ao longo da história jamais foi aceito, sempre esteve numa perspectiva de “estranho”, gerando o pânico e até produzindo os mitos que se apoderavam nos homens de modo que “Por trás, advinham-se o medo do outro, isto é, de tudo que pertence ao universo diferente” (DELUMEAU, 2009, p. 73) e aí eis uns dos motivos de se gerar entre as pessoas a hostilidade ao “forasteiro”, ou seja, na ocasião o “verdadeiro cristão católico” reproduziria a repulsa



ao estranho, que seriam os socialistas ou comunistas, ou de modo mais amplo, à tudo que não pertence a “ordem natural das coisas”.

Esses diferentes estariam sendo associados a símbolos imagéticos discursivos capazes de reproduzir pânico, anarquia, caos, desordem e até mesmo levando a humanidade ao fim apocalíptico que o próprio Evangelho explica.

Tais elementos são estratégias da docilização dos corpos, primeiro se impõe e naturaliza o discurso, depois o faz seguir, para enfim formar os arquétipos sociais por meios de saberes discursivos, porque o que se deseja é o poder de atuar e, aliás, docilizar, pois as instituições doutrinárias não apenas produzem medo, elas também sentem medo, o medo de perder o controle, porque se assim for, perdem o poder de atuar.

Esses estratégias são típicos dos discursos autoritários, produzir o “certo” e o “errado” e criar os seus “demônios sociais” onde se pode controlá-los por meios de pilares básicos de uma ditadura (FERREIRA; NEVES, 2010), assim como aconteceu no Brasil nos idos da década de 60 a meados de 80.

É nesse sentido que a *Quadragesimo Anno* condena as práticas dos que estão fora do que se propõe o discurso do “não lugar”, fomentando uma “ditadura religiosa”, espiona, censura e ainda faz uma política negativa a tudo que ela condena, porque assim a Igreja construiria a partir dela o único caminho a seguir, deixando nas sublinhas de seus discursos que desse modo afastaria o perigo socialista.

Logo, a partir de construção dos “lugares” e dos “não lugares”, a *Quadragesimo Anno* constrói o seu inimigo declarado, o socialismo, e a própria encíclica chega a afirmar que são irreconciliáveis a relação do cristianismo e o socialismo, ou seja, a própria Igreja defende a separação entre os homens.

A construção do “inimigo de Deus” se torna um poder discursivo que vai reverberar nos espaços católicos como foi no Nordeste do Brasil, como será analisado no capítulo seguinte. Uma cruzada católica, como podemos chamar, contra o seu inimigo atual, o comunismo.

Mas ao vermos na história do catolicismo medieval esse princípio de guerra não é nada novo, muito pelo contrário

De 1478 a meados do século XVIII, a Inquisição foi a mais poderosa instituição da Espanha e de suas colônias nas ilhas Canárias, na América Latina e nas Filipinas. A partir de 1536, no vizinho Portugal e nas colônias portuguesas na África, na Ásia e no Brasil, a Inquisição foi preeminente durante 250 anos. Isso quer dizer que foi uma força significativa em quatro continentes por mais de três séculos; estamos tratando de um período que se estende da unificação da Espanha sob Fernando e Isabel, no século XV, às guerras napoleônicas. Essa enorme abrangência de tempo e espaço é condizente com o tamanho da classe criminosa observada. Foram instaurados processos contra feiticeiros no México, bigamos no Brasil, francos-maçons sediciosos, hindus, judeus, muçulmanos e protestantes, padres fornicadores e marinheiros sodomitas (GREEN, 2011, p. 30).

Apenas mudaram-se os “inimigos de Deus” ou os “infiéis”, nesse momento, o perigo pairava na perspectiva do socialismo ou do comunismo, construiu-se uma tecnologia do discurso. Segundo Durval Muniz de Albuquerque, “Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem” (DURVAL, 2009, p.59) para que se produzam maneiras de se dizer e fazer do “outro”, um perigo que pode desestabilizar uma “ordem”, seria justamente esse o medo do catolicismo, a perda do controle do que ele desejava exercer poder, isto é, o socialismo.

Para a Doutrina Social Católica, o inimigo do século XIX e do século XX, seria o comunismo como um pensamento político difundido entre as classes trabalhadoras. Ao analisar a *Quadragesimo Anno* é possível vermos claramente tal afirmação quando assim ela nos apresenta:

*O partido da violência ou comunismo*

Uma das facções seguiu uma evolução paralela à da economia capitalista, que antes descrevemos, e precipitou no comunismo, que ensina duas coisas e as procura realizar, não oculta ou solapadamente, mas à luz do dia, francamente e por todos os meios ainda os mais violentos: guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular. Na prossecução destes objetivos a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantoso quão bárbaro e desumano se mostra. Aí estão a atestá-lo as mortandades e ruínas de que alastrou vastíssimas regiões da Europa oriental e da Ásia; e então o ódio declarado contra a santa Igreja e contra o mesmo Deus demasiado o provam essas monstruosidades sacrílegas bem conhecidas de todo o mundo. Por isso, se bem julgamos supérfluo chamar a atenção dos filhos obedientes da Igreja para a impiedade e iniquidade do comunismo,

contudo não é sem uma dor profunda, que vemos a apatia dos que parecem desprezar perigos tão iminentes, e com desleixo pasmoso deixam propagar por toda a parte doutrinas, que porão a sociedade a ferro e fogo. Sobretudo digna de censura é a inércia daqueles, que não tratam de suprimir ou mudar um estado de coisas, que, exasperando os ânimos, abre caminho à subversão e ruína completa da sociedade (*QUADRAGESIMO ANNO*, 2015, p.25-26).

É a declaração do inimigo de Deus. A construção do monstro social, aquele que atua na “calada da noite” espalhando o mal entre os homens. E o que é mais interessante nessa colocação da encíclica papal é sobre os signos que, segundo a carta, o socialismo carrega, como por exemplo, violência, destruição, desrespeito, propagador do ódio etc. E, é claro, são esses os meios de demonizar o comunismo, são jogos de poder que se colocam numa atuação de dominação.

A Igreja Católica procurava criar o seu inimigo por intermédio do discurso do medo. O “monstro do socialismo” estaria atacando a Europa Oriental e a Ásia. É fato que o socialismo criticou duramente o cristianismo como uma ideologia de alienação em tais regiões citadas pela encíclica papal, obviamente numa luta ou num jogo de poder que pretendem se firmar nos seus espaços de atuação como uma geografia do poder, de modo que aquele que difundir melhor as suas propostas “vence”<sup>3</sup>.

Nessa lógica a premissa, de ambos os lados, seria a de construir um “Território [onde] é sem dúvida uma noção geográfica, mas antes de tudo uma noção jurídica-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 157).

E nessa luta de produzir espaços de atuação católica, como uma geografia de poder, a Igreja também produziu o seu “exército” de defesa do “espaço católico”, institucionalizou o cristão, esquadrinhando o seu ser, na ocasião, o livre pensador se torna um homem controlável, ou ele atua como “Deus assim o falou”, ou se torna um desviado cristão.

---

<sup>3</sup> Certamente não está sendo abordado sobre as críticas feitas ao cristianismo por grupos comunistas como uma luta dos contrário, porém que fique claro que, do mesmo modo como o cristianismo lutou no discurso do anticomunismo, os partidos de esquerda também combateram o pensamento católico, contudo a proposta do trabalho é analisar apenas o discurso da Doutrina Social Católica a partir da *Rerum Novarum* e da *Quadragesimo Anno* em relação as concepções de esquerda que seguiam no final do século XIX até meados do XX.

Essa prática é o que Foucault chama de “tecnologia do corpo” que apenas

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-lo, hierarquizá-lo, ordená-lo em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 1979, p. 171)

Essa “ciência” ou discurso de poder passaria a se chamar “Doutrina Social Católica. E assim, a *Quadragesimo Anno* vai definir que:

Católicos e socialistas termos contraditórios

E se este erro, como todos os mais, encerra algo de verdade, o que os Sumos Pontífices nunca negaram, funda-se, contudo numa própria concepção da sociedade humana, diametralmente oposta à verdadeira doutrina católica. Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista (*QUADRAGESIMO ANNO*, 2015, p. 28).

Mais adiante a própria encíclica papal vai defender que, para a conversão ao socialismo, a Igreja Católica estará “considerando e indagando como foi possível que chegassem a tal aberração” (*QUADRAGESIMO ANNO*, 2015, p. 28).

Certamente, o “desviando” se torna um diferente e que apesar de ser um “bom cristão” já não mais pode ser tido como um fiel a Deus. Segundo a própria encíclica papal, ou é um cristão católico fiel e defensor do credo católico nos espaços de atuação da “Santa Igreja”, ou passa a compor os espaços do “não lugar”, aqueles reservados aos “perigos de Deus e da nação”. É a projeção do arquétipo, do “lugar” e do “não lugar”, espaços sociais bem gestados e que não podem ser violados.

Logo, é partindo de tais considerações acerca da Doutrina Social Católica que será analisado como o discurso do anticomunismo foi influenciador de grupos no Brasil, especificamente na cidade de Caruaru por meio do jornal *A Defesa*, promovendo o anticomunismo e separatismos entre os pares que compunham a cidade.

Será esse, portanto, o debate dos capítulos seguintes, como a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno* chegou à cidade de Caruaru e como o jornal

católico *A Defesa* defende a “verdade cristã” a partir da encíclica papal escrita por Leão XIII e Pio XI, onde se tentou promover uma reação anticomunista entre os cidadãos caruaruenses, entendendo que tais matérias jornalísticas estão embasadas no que as bulas anticomunistas pregaram inclusive citando-as como será mostrado no decorrer do capítulo.

Por isso é que o segundo capítulo desta obra foi dedicado a analisar a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*, para que ficasse claro que a genealogia do discurso anticomunista que se seguiu no jornal *A Defesa*, entre os anos de 1958 e 1959, tiveram sustentáculos a partir da Santa Sé e que tais “verdades” não foram exclusivas de Caruaru ou dos redatores dos jornais, mas sim de um sentimento da Igreja Romana Católica na década de 50, cuja finalidade seria a de conter o avanço do comunismo não só no Brasil, mas na América Latina que vislumbrava uma reação a favor da Revolução Cubana de 1959.

## **CAPÍTULO 3: BREVES ANÁLISES ACERCA DA IGREJA CATÓLICA E O COMUNISMO NA REPÚBLICA BRASILEIRA**

### **3.1 Igreja Católica e comunismo na década de 50 no Brasil**

Foi com o papado de Leão XIII que a Igreja Católica se volta para as questões trabalhistas na Europa, sobretudo na relação entre patrão e operário no seio das sociedades tidas como industriosas. Um fenômeno que não dependia da Igreja, pois o século XIX já vivenciava um desenvolvimento industrial muito latente, fenômeno esse advindo de séculos anteriores, mas que a Igreja Católica decidiu se envolver devido à novas concepções de mundo que se seguiam com o sindicalismo e por sua vez a mesma desejou também interferir para que não perdesse o seu respaldo na sociedade.

Essa necessidade de envolver-se com os novos debates sociais do final do século XIX se deu justamente em decorrência do antecessor de Leão XIII, o papa Pio IX, ter sido visto como um tradicionalista que tentou se fechar para o mundo que se seguia rumo século XX, logo muitos percebiam que era o momento de a Igreja encarar a realidade economicista da época.

Deste modo a *Rerum Novarum* quando escrita por Leão XIII promove um discurso de base entre operários e patrões, de modo que a encíclica se tornaria uma tentativa de aproximar o projeto de sociedade formada por princípios do liberalismo econômico e a doutrina católica abarcaria todos como irmão em Cristo, um conceito muito valioso para a Igreja Católica no momento de importante transição e debate que o corpo clerical vivenciava.

Aquela carta pontifícia demonstrava o desejo da Igreja em ter uma presença mais positiva no mundo, expressando a orientação para que os católicos atuassem de maneira cooperativa na construção de um mundo justo, desenvolvendo relações de trabalho que garantisse uma vida digna, em um mundo em que todos devem ser vistos como irmãos. Esse era um desejo expresso pelo líder católico (SILVA, 2008, p. 77).

Desse modo é que a Igreja Católica decide se focar nesse espaço de debate tão intenso, de um lado as forças do liberalismo defendidas pelos patrões e

de outro lado, grupos que se esforçavam na luta por melhores condições de trabalho. É assim que a *Rerum Novarum* de Leão XIII entra em cena, numa política de mediar tais espaços de conflitos que se anunciavam, mas essa relação não seria tão simplória, afinal, como a Igreja Católica mediará um embate tão tenso que se anunciava, sobretudo no final do século XIX? Pois, o período em que a Doutrina Social Católica foi redigida, foi ao mesmo tempo, épocas em que as políticas imperialistas de nações como a Inglaterra defendiam arduamente o liberalismo e o protecionismo econômico cada vez mais forte.

Mesmo com a Igreja Católica tão influente na Europa por meio de sua política social, no Brasil não foi tão clara a posição da Igreja acerca do debate que se seguia por meio da *Rerum Novarum*, sobretudo em relação às classes menos favorecidas, a Igreja se focou demais em um grupo mais elitizado brasileiro e para os menos favorecidos a sua ação pastoral se voltou apenas na educação e vale destacar que, uma educação bem escassa deixando muito a desejar, sobretudo no que se refere aos camponeses e operários, debate esse muito forte na Europa.

#### Segundo Scott

Durante o papado de Leão XIII, especialmente com a encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja começou a desenvolver uma doutrina social que dava ênfase aos direitos dos trabalhadores. No Brasil, entretanto, essa doutrina social não alterou de forma significativa as práticas pastorais, entre as classes populares até muito mais tarde. Durante o século XIX, a Igreja trabalhou principalmente junto às elites, fornecendo uma escassa educação religiosa aos camponeses e operários. Nem mesmo nas práticas religiosas e que levou a tentativa de controle da religiosidade popular, conseguiu fortalecer a presença da Igreja entre as massas (SCOTT, 2004, p. 50).

Naturalmente esse distanciamento entre a Igreja e a população menos favorecida do Brasil, levou a grandes distanciamentos do “real” objetivo das questões sociais que se sobressaíam no mundo entre os anos iniciais do século XX. Sem dúvida no Brasil, as questões iam até mais além dos debates acerca da Doutrina Social Católica, a Igreja Católica sofria com a ruptura do Estado brasileiro, e em decorrência de tal fato o clero abria mão do seu povo para apenas favorecer as elites numa tentativa desesperada de poder ter vanguarda na sociedade pós-imperial. Essa atitude só mostra o quão interessada a Igreja Católica no Brasil estava em voltar à dianteira do cenário político brasileiro a partir dos anos de 1900.

Somente a partir da década de 20 a Igreja Católica brasileira decide ampliar os seus olhares para o povo, sobretudo quando se sentiu ameaçada, uma ameaça que até então se confundiria com a perda de espaços na sociedade, pois na década de 20 e 30 grupos de protestantes e espíritas começavam a trabalhar nos meios sociais do Brasil, bem como o partido Comunista que declarava severas críticas a instituição católica.

Mas essa relação apenas provocaria uma nova missão na Igreja, ou melhor, projetaria nela uma nova maneira de pensar e lidar, não somente com as novas denominações religiosas que se pronunciavam, mas também com a sua pouca disponibilidade de clérigos a fim de ajudar na causa social e política da Igreja.

Contudo essa nova busca de mudança e de aproximação com o povo, no Brasil não foi tão harmoniosa, mas pelo contrário, foi um tanto tenso e complicado, pois muitos dos padres que estava em terras brasileiras possuíam um sentimento de superioridade e de privilégios sociais encarando a população brasileira como ingênua e, sobretudo ignorante, fazendo com que muitos religiosos negassem uma maior relação com o povo.

Segundo Scott,

Provavelmente mais do que as declarações da hierarquia, essas atitudes paternalistas reforçavam uma visão de mundo que apoiava as formas tradicionais de dominação política. As práticas religiosas reforçavam o autoritarismo em outras instituições sociais. Além do mais, a Igreja ajudava a sustentar a percepção de que as pessoas comuns eram incapazes (SCOTT, 2004, p, 52).

Foi natural a Igreja ter percebido ao longo dos anos que sua relação autoritária fosse aos poucos se desgastando, mas mesmo assim, a Igreja se manteve muito mais ligada as elites do que propriamente ao povo. Com essa postura o catolicismo no Brasil se viu em muitos momentos no desespero, pois grupos de outras denominações religiosas e até partidos políticos começavam a se difundir na sociedade brasileira entre os anos de 1945 a meados de 1964.

A Igreja Católica começou a perceber que somente se fechando para o mundo, de nada lhe adiantaria, pois grupos diversos de ligações religiosas e políticas cada vez mais se aglomeravam em meios as camadas mais pobres e de lá conseguiam arregimentar números significativos para seus espaços. Padres e as



altas autoridades do clero brasileiro não tardaram em procurar uma nova estratégia de sobrevivência na sociedade, e uma delas foi novamente a aproximação com o Estado brasileiro.

Para tanto

A Igreja da neocrisandade também dependia de uma aliança com o Estado que era cada vez mais incerta. Através de seu acordo com Vargas, a Igreja havia conservado o domínio do sistema educacional e seu status de instituição religiosa privilegiada dentro da sociedade. Os governos democráticos do período de 1945-1964 tentaram conquistar o apoio da Igreja e em troca concederam alguns favores, mas a negociação não era tão favorável como fora sob o governo de Vargas (SCOTT, 2004, p, 54-55)

Ao lermos a colocação de Scott, é possível fazermos algumas pontes com outros autores já citados nesse trabalho, como por exemplo, Certeau, ao nos apresentar que a Igreja Católica teve de se ajustar com os Estados europeus num árduo período de transição das políticas medievais para o pensamento iluminista que fez severas críticas ao pensamento teocêntrico que a Europa passou.

Naquelas condições a lapidação da Igreja Católica não foi tão simplória, mas muito pelo contrário, a Igreja sofreu e, aliás, teve de se adaptar para que a sua sorte não fosse drasticamente encerrada, foi doloroso, sobretudo para aqueles que detinham no discurso da Igreja Medieval uma verdade absolutizada e assim poderia manipular e desdobrar a população com a pregação do medo da condenação ao inferno. Com o Iluminismo nascente, a Igreja se molda, o discurso da condenação não desaparece, mas se esfacela, não ao fim, mas a meios de sobrevivência de uma instituição que por anos se empenhou na manutenção do *status quo* e que desde então foi se ajustando com o tempo.

Nessa relação temporal, entre o medievalismo e o contemporâneo, é perceptível mudanças na política da Igreja Católica em procurar alianças que a favoreçam, e que isso não seja condenável e nem tampouco desmereça a Igreja, mas a grande crítica que se faz é a relação muito mais próxima das elites do que propriamente do povo, sobretudo no Brasil.

Logo, essa “boa” relação que se tentou realizar com o Estado brasileiro, a Igreja Católica dos anos pós-guerra vai se fortalecer não apenas no que se refere às

disputas de fé e de atração de fiéis para dentro dos espaços católicos, mas também no que se refere ao ponto de convergência que naquele contexto existia entre o Estado brasileiro e a própria Igreja, isto é, a contenção do comunismo, este que no pós Segunda Guerra Mundial se tornou um inimigo incomum, e nesse caso a relação que se buscava de ambos os lados se tornaram ainda mais próximas, pois era como se o Estado brasileiro na década de 50 em diante, legalmente falando fosse um pouco mais “católico”, até porque o comunismo representaria perigo à política capitalista imposta pelo governo americano na América Latina, como também à Igreja Católica no Brasil.

Para os tradicionalistas, os movimentos populares constituíram uma ameaça. Na medida em que adquiriam um enfoque progressista e anticatólico e questionavam o caráter hierárquico da sociedade, desafiava a visão de mundo dos católicos tradicionais. O movimento camponês dos anos 50, por exemplo, apoiava a reforma agrária que os católicos tradicionais viam como uma forma de solapar o direito cristão à propriedade privada (SCOTT, 2004, p. 55)

A tudo que se dizia como questionador ao discurso da Igreja Católica na década de 50 começou a representar perigo as suas estruturas, os movimentos sociais no geral, não necessariamente o comunismo, passaram a representar perigo iminente ao catolicismo. Uma luta que se desenvolveu muito rápido no Brasil, até porque os movimentos sociais eram bem mais energéticos do que propriamente outras denominações religiosas, não que elas não fossem tidas como perniciosas ao catolicismo, mas os movimentos sociais atingiam uma questão bem mais sublime, isto é, estava com o povo, viviam para o povo e ao mesmo tempo era o povo.

Naturalmente a Igreja Católica começa a se empenhar no que viria a ser no Brasil uma “caça às bruxas”, deliberaria uma força que já havia na Europa por anos, um discurso da defesa da propriedade privada tão valorizada pela *Rerum Novarum* e reforçada pela *Quadragesimo Anno*, logo tudo que fosse na contramão a uma percepção de propriedade da Igreja seria condenável.

Mesmo que a própria encíclica papal de Leão XIII defendesse uma atenção cuidadosa aos trabalhadores, os movimentos sociais não entenderam dessa forma tão “benéfica”, muito pelo contrário, os movimentos sociais desafiavam um poder institucional tradicionalista que a Igreja Católica deteve por anos, mas que a partir dos anos 50 se tornaram cada vez mais frágeis.

Desse modo é que a Igreja Católica no Brasil decide atuar mais focada contra o comunismo, é bem certo que anos anteriores o catolicismo brasileiro, sobretudo na era Vargas já havia lutado contra o comunismo, mas na década de 50 o clima internacional era bem mais tenso, principalmente devido a bipolarização mundial, e se a Igreja desejasse manter-se numa vanguarda e, principalmente falando o mesmo “idioma” do Estado brasileiro, então o melhor a se fazer seria lutar contra aquele que fere a sua estrutura e a do seu maior aliado, isto é, a elite política brasileira.

Contudo, mesmo sabendo que aliar-se com a elite brasileira seria fundamental, a Igreja também conviveu com o “real”, isto é, ela também observou que o povo pobre também poderia se politizar, no nordeste do Brasil e isso foi um elemento decisivo para que não só a Igreja, mas também o próprio Estado brasileiro, começasse a se preocupar com a região.

Os camponeses ao serem influenciados por grupos sociais começavam a reivindicar mais condições trabalhistas, as ligas camponesas foi um exemplo disso, o próprio Partido Comunista começava a se aproximar dos problemas do nordeste do Brasil, bem como, vale lembrar, que desde a década de 30, Luis Carlos Preste já empunhava uma luta em prol dos trabalhadores operários, tão logo, o próprio partido não tardou em lutar no nordeste brasileiro nos anos seguintes.

E quando falamos em nordeste brasileiro na década de 50, várias questões são destacadas, como por exemplo, a preocupação com a “região da miséria”, espaço onde supostamente os comunistas poderiam se infiltrar e ao mesmo tempo o local em que a pregação anticatólica poderia se proliferar, ou seja, vários problemas, além dos já existentes começavam a incomodar as duas maiores instituições do Brasil naquela época, a Igreja Católica e o próprio Estado brasileiro.

Logo

Nem é sem motivo que a Igreja do Nordeste, marcado por uma pobreza gritante, tenha sido a primeira a tratar com seriedade os problemas sociais. Os camponeses viviam em condições funestas há décadas, e a Igreja permanecia em silêncio, mas quando os camponeses se organizaram, isso mudou. Não foi a existência da pobreza, mas sim, a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político (SCOTT, 2004, p. 56).

É fato que surge de dentro da própria Igreja Católica, grupos que se preocupassem com a pobreza do Nordeste do Brasil, todavia o que se destacou não foi somente a pobreza, mas antes disso o medo da Igreja em se esfacelar paulatinamente do Nordeste, ao ponto de não mais haver sustentações, pois há décadas o nordestino, sobretudo os homens ligados ao campo sofriam por desinteresse das elites brasileiras, mas somente na década de 50 a Igreja se volta para esses espaços.

O que fica em destaque é que os olhares e os acordos que se firmaram entre a Igreja e o Estado brasileiro na década de 50 foi o de conter discursos de confronto, como ocorria no seio dos movimentos sociais ligados ao campo, sobretudo o comunismo em relação a Igreja e as políticas brasileiras em relação ao Nordeste.

Segundo Riolando Azzi, para a Igreja Católica naquele contexto

A meta mais específica era fazer com que os membros da sociedade brasileira passassem a atuar sob a orientação decisiva dos princípios católicos. A obtenção desse propósito, porém, para os bispos, só era possível por via autoritária, ou seja, através do estabelecimento de um Estado declaradamente religioso, capaz de impor a fé e a moral a toda a população (AZZI, 2008, p. 195).

Nessas condições o que viria a ser essa nova abertura da Igreja? Onde estaria a proposta da “Doutrina Social Católica”? Sem dúvida uma Igreja que se pronunciava para o povo, mas com uma política assustada com o que poderia vir a ser o “povo”, isto é, poderia o povo seguir definitivamente para as doutrinas sociais de esquerda.

Sem dúvida em meio a tantas pressões, os anos 50 acabaram por forçar a Igreja a se abrir para o povo, contudo a “abertura” não significou dizer que o catolicismo cedeu completamente, como se tivesse abrindo os seus princípios católicos para uma “total abertura”, nem tampouco no que se refere ao comunismo. A exemplo disso, temos a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 14 de outubro de 1952 que declarava para a população do Brasil uma mudança e uma preocupação da Igreja com as questões mais orgânicas, uma procura na ação pastoral, mas não uma radicalização total de sua doutrina.

Isso significa dizer que na década de 50 a Igreja Católica não esteve focada num diálogo com o comunismo, mas muito pelo contrário, ela esteve fechada para as políticas de esquerda. A sua abertura era em termos de ir de encontro com o povo e sem abertura para expressões advindas do comunismo, portanto significa dizer que, “Se anteriormente a Igreja se apresentava normalmente apenas como suporte da ordem social estabelecida, numa função tipicamente conservadora, assumia agora uma posição mais dinâmica e moderna” (AZZI, 2008, p. 237).

É bem óbvio que uma questão era ascendente para a Igreja na década de 50, isto é, lidar com uma mobilização da Igreja Católica no Brasil a fim de manter os seus fiéis, mas antes de tudo seria o de não perder a essência do catolicismo do Brasil, as lideranças católicas temiam que a população brasileira se tornasse atéia. Esse medo provocou tensões que já se anunciavam, mas nesse momento deveria lidar com as questões ligadas as políticas sociais, o próprio governo brasileiro sofria, e não conseguia administrar as questões de pobreza e miséria que assolava o nordeste brasileiro, por exemplo, logo a Igreja assume então o papel, ou seja, procurou articular fé e política de maneira mais contundente.

“Somente a partir dos anos 1950 a Igreja começa a admitir que algumas mudanças sociais eram oportunas e até necessárias, dispondo-se a dar-lhes o apoio a fim de que não fossem realizadas dentro de um projeto socialista” (AZZI, 2008, p. 242). Esse medo e ao mesmo tempo uma necessidade de ir de encontro aos novos desafios sociais atuava em ambas as escalas, o medo de novas doutrinas religiosas que se anunciavam, mas, sobretudo o comunismo que a Igreja Católica tinha como a mais desafiadora, pois os materialistas pregavam a negação da fé espiritualista, como também aos discursos de esquerda que na visão do marxismo a religião seria o equivalente a alienação.

Nesse projeto de assumir uma luta mais política e religiosa contra o comunismo, grupos católicos lançaram um partido que focaria nos interesses da Igreja Católica.

Como resultado do processo de democratização implantado no país após a Era Vargas, fundou-se o Partido Democrata Cristão. Inspirava-se em formas de participação política análogas, surgidas nesse período na Europa e na América Latina (AZZI, 2008, p. 256-257).

Contudo o PDC não chegou a se tornar um grande expoente na política brasileira, na verdade a sua aceitação fora bem pequena, apesar da preocupação com as causas ligadas ao povo, ainda assim não conseguiu angariar tantos eleitores. Além de não conter uma grande aceitação dos eleitores o PDC no Brasil, ou pelo menos a sua organização, não conseguiu agradar significativamente o clero brasileiro.

Contudo a pouca representatividade que o PDC não obteve entre o povo brasileiro, não se pode dizer o mesmo da Juventude Universitária Católica, uma instituição eclesial muito valorizada, tanto por membros da Igreja Católica como também por bispos.

A influência da JUC se torna significativa na sociedade brasileira quando

De 1947 a 1949 a vice-presidência da UNE foi ocupada por membros da JUC, sendo um deles Célio Borja. A linha mestra de ação continuava sendo a recristianização da sociedade brasileira, projeto lançado anteriormente por Dom Leme (AZZI, 2008, p. 258).

Seria esse, portanto um dos caminhos que a Igreja Católica viria a seguir, uma aproximação com a juventude estudantil, fato esse que iria desencadear na década de 50 com muita força, pois do mesmo modo que grupos universitários estariam ligados aos movimentos de esquerda, também estaria firmada a oposição católica em relação ao comunismo por meio da JUC.

Sem dúvida a JUC estaria dando a Igreja uma grande força na fomentação de uma Igreja com bases na política brasileira, apesar de que a JUC não era um partido político, mas sim como uma organização sem qualquer ligação partidária. É nessa boa visibilidade que a JUC consegue na década de 50 ganha força em diversos Estados brasileiros e em Minas Gerais se tornaria uma força muito alicerçada, e é claro isso se dá porque historicamente essa seria a região brasileira com maior tendência católica desde a exploração do ouro em decorrência do barroco.

A década de 50 para a JUC e obviamente para a Igreja Católica havia sido bem expressiva, significando dizer que a Igreja estaria caminhando nos seus objetivos, isto é, por meio de mobilizações para além de seus templos religiosos, ou melhor, fora dos espaços católicos, de modo que grupos se anunciavam na defesa

de uma fé e de um ideal, ou seja, o de ser católico e por uma “recristianização” do Brasil.

Nesse intenso debate e caloroso clima que a JUC vinha desenvolvendo no Brasil, uma questão não poderia deixar de ser pregada, o anticomunismo. É certo que a JUC ao levantar a bandeira de uma fé, automaticamente defendia o catolicismo, mas ela deveria se impor de maneira mais politizada no que se refere aos interesses do catolicismo brasileiro e do Estado que na ocasião, ambos desejavam o anticomunismo, contudo

No congresso comemorativo dos dez anos de existência, realizado no Rio de Janeiro em 1960, a JUC aprova o documento *Diretrizes mínimas para um ideal histórico do povo brasileiro*, fazendo opção por um socialismo democrático e pela chamada “revolução brasileira”. Essa tomada de posição, evidentemente, criava uma situação de alarme no âmbito das fileiras católicas, marcadas por toda uma tradição fortemente anticomunista (AZZI, 2008, p. 259).

A JUC em suas atuações esteve ligada aos interesses da Igreja Católica na década de 50, inclusive muito próxima da Doutrina Social Católica quando se refere em um “socialismo democrático”. Mas sua postura por meio do seu documento não agradou setores ligados a Igreja Católica que não concordaram com a política da JUC e a consideraram muito distante do que realmente pretendia o catolicismo no Brasil.

Além do mais, a JUC foi acusada de defender um ideal muito “revolucionário” e até independente para os mais conservadores da Igreja Católica e que assim não conceberam a sua posição no congresso de janeiro de 1960, pois para muitos acabou se afastando de sua real função, a política de evangelização católica desde então foi tida como desnordeada para tal função.

Tão logo, o Cardeal Câmara, impõe a JUC uma condição de afastamento dos assuntos políticos, alegando que não caberia a ela questões de tais assuntos, mas apenas à Igreja. Logo, a partir dos anos 1960, a JUC foi perdendo membros que procuraram criar grupos que não estivessem ligados as suas bases e assim “Foram essas as razões que levaram diversos membros da JUC a criar uma organização sem vinculação alguma com a hierarquia eclesiástica: a Ação Popular” (AZZI, 2008, p. 260).

Para chocar cada vez mais com os desígnios da JUC como também da Ação Popular, ambos os grupos que mesmo sendo de teor católico foram perseguidos pela própria Igreja Católica e, sobretudo pelo Regime Civil-militar que se instaurou após 1964.

Nesse âmbito de debates calorosos acerca da “real defesa” das bases católicas, grupos mais conservadores decidem assumir a tarefa política, seria “... um grupo mais conservador a assumir publicamente uma postura de reação, mediante a fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, conhecida como TFP” (AZZI, 2008, p. 260).

Para a TFP o comunismo seria o inimigo na nação brasileira, defendia ferrenhamente a necessidade de expulsar do Brasil qualquer vínculo de caráter de esquerda. Os seus termos “Tradição” evocavam símbolos como a própria monarquia quando possuía uma real aproximação com a Igreja Católica no Brasil, “Propriedade” uma menção as oligarquias que existiam no Brasil colonial, como também na República Velha, mas, sobretudo as questões da condenação da divisão da propriedade privada, assunto esse tão valoroso para Doutrina social Católica, e por fim “Família” por um lar mais católico.

A TFP, portanto apresenta-se declaradamente anticomunista e com grande apoio de membros da Igreja Católica no Brasil, logo se tornaria a “voz” do catolicismo, uma luta da Igreja que já se arrastava desde a década de 50 período em que se empenhou na política social e que nos anos 60 conseguiu unir várias pessoas que se declaravam a favor dos ideários católicos, logo fica fácil de entender porque a TFP no ano de 1964, como política de oposição ao então presidente João Goulart, organizou em diversas capitais do Brasil a marcha da Família com Deus pela Liberdade, se opondo declaradamente ao comunismo e defensor dos valores católicos.

Entretanto, ainda na década de 50 já se haviam debates muitos fortes acerca do comunismo e como lidar com tal questão no Brasil, e muito além, de forma macro, a América Latina, já vivenciava um forte debate em relação ao capital norte americano e os discursos de esquerdas que se anunciavam, porém, pensar que foi unânime a aceitação de toda a Igreja Católica no combate ao comunismo seria um



erro, porque membros católicos foram na contracorrente, como Dom Helder Câmara na década de 50.

Mas ainda assim as políticas que o catolicismo desenvolveu foram além do desejo de alguns membros do corpo clerical, na verdade a ordem advinda de Roma que na década de 50 esteve associada aos interesses norte-americanos no que se refere à contenção do comunismo na América Latina, logo uma ordem superior e, sobretudo a nível internacional não poderia ser anulada por alguns grupos, mas isso também não implicou na luta contra o discurso capitalista, nem tampouco em isolar totalmente membros da Igreja Católica em se aproximar do comunismo.

Os anos 50 não foram períodos de fáceis debates no campo da política, e não foi diferente na Igreja Católica, o Papa Pio XII, por exemplo, iniciou uma cruzada anticomunista na década de 50

A problemática do avanço do comunismo no continente latino-americano, de uma perspectiva internacional, não era apenas preocupação dos governos dos EUA. A Igreja Católica, mais propriamente o Vaticano, por intermédio do papa Pio XII, publicou na década de 1950 a encíclica *Fidei Donum*, que tinha como um de seus objetivos o trabalho missionário de evangelização e combate ao comunismo, ao espiritismo e ao protestantismo, inicialmente em terras africanas e, posteriormente, também na América Latina. Com a morte de Pio XII, João XXIII reafirmou essa política. As dioceses de diversos países da Europa foram convidadas a colaborar nessa cruzada, enviando padres para os continentes em que haviam escassez de vocações sacerdotais (MOTENEGRO, 2010, p. 95).

A *Fidei Donum* escrita em 1957 pelo papa Pio XII é uma exortação à necessidade de ajuda à África. Destaca logo de início que os povos devem e necessitam de ajuda mútua e quando tais situações assim seguem há uma grande probabilidade de crescimento humanístico.

Nessa discussão, a encíclica valoriza, por meio do conhecimento histórico, a ajuda econômica e política ao povo africano como uma região que deve ser visitada por grupos cristãos, como os seus missionários a fim de pregarem o evangelho de Cristo, pois o catolicismo, a “verdadeira fé” se faz nas bases do cristianismo, assim como Jesus assim o fez.

Nesse ponto nada de curioso, até porque a Igreja se sustenta no discurso do Jesus que se fez Cristo e atuou no meio dos pobres e para os pobres, porém a carta muda de panorama de uma crise socioeconômica para o debate do anticomunismo.

A carta que é direcionada para o continente africano, no seu conteúdo vai além, abre um debate para o mundo, alerta a comunidade internacional católica a necessidade de conter o materialismo ateu que estava muito latente na década de 50.

Não ignoramos, por certo, que, em várias regiões da África, os sequazes do "materialismo" ateu estão espalhando turbulentos germes que abalam a opinião pública, provocam à mútua inveja os diversos povos e desnaturam certas condições penosas, seduzindo os espíritos com a aparência de vantagens ilusórias, ou provocam os ânimos à revolta. Na nossa solicitude para que os povos da África alcancem a maior e igual prosperidade, tanto civil quanto cristã, desejamos dirigir-lhes graves advertências que, sobre o mesmo assunto, já noutra ocasião solenemente dirigimos a todos os católicos do mundo; e sentimos prazer em demonstrar nossa paterna aprovação aos sagrados antístites que, firmemente e por várias vezes, precaveram suas ovelhas contra os perigos dos falsos profetas (*FIDEI DONUM*, 2015, p. 4).

Para o papa, a pregação materialista seria um germe que se apropriaria de maneira sutil da população e com uma grande capacidade de difusão e distorção do "verdadeiro cristianismo católico".

A preocupação da Igreja Católica não estava apenas focada na pobreza africana, mas acerca do comunismo que poderia se aproveitar daquela miséria. O grande medo da Igreja naquele contexto, segundo a *Fidei Donum*, seria o de que o continente africano estava passando por significativas mudanças que poderiam atrair o discurso materialista com bastante intensidade.

Essa realidade seria algo terrivelmente perigoso para os interesses particulares da Igreja Católica, a África vivia uma tentativa de novas projeções econômicas, logo o debate do materialismo e, sobretudo a presença de grupos comunistas poderiam comprometer a atuação do catolicismo no continente africano.

Com o mesmo espírito de caridade fraterna, esquecida dos interesses próprios, velai por que os jovens africanos ou asiáticos que, por motivo de estudos, residem temporariamente em vossas dioceses, recebam assistência religiosa. Afastados das relações

sociais de sua pátria, frequentemente por várias causas não tem bastante contato com os centros católicos do povo que os hospeda. Com isso, sua vida cristã pode correr perigo, porque, não percebendo ainda o valor da verdadeira cultura a que aspiram, as seduções do "materialismo" os arrastam e as associações ateias tentam captar-lhes a confiança (*FIDEI DONUM*, 2015, p.12).

Contudo, como o historiador Montenegro nos relatou, a *Fidei Donum* focou também em um projeto missionário na América Latina, isso implica dizer que a carta não se resumiu apenas à África, mas também a realidades de países subdesenvolvidos.

É factual a preocupação da Igreja Católica na década de 50 em relação ao comunismo numa escala mundial e isso é possível ao lermos pequenos trechos da carta *Fidei Donum*, pois se acreditava no seio da igreja, que o marxismo poderia tomar o mundo, sobretudo em regiões pobres, desse modo fica claro entendermos que a mentalidade clerical seria de que os povos carentes poderiam ser “facilmente enganados” pelo discurso do materialismo ateu.

Não obstante, essa visão se deu em relação ao nordeste do Brasil, um povo que por viver numa miséria o comunismo atuaria de forma mais ferrenha e com grande facilidade de se infiltrar, ademais grupos como as Ligas Camponesas já atuavam de forma bem incisiva implicando dizer que o comunismo poderia ter grandes possibilidades de atuação.

Foram grupos como esses que incomodaram setores da Igreja até por que

Por um lado, os comunistas e sua tradição anticlerical apontavam a religião como o ópio do povo, por construir um discurso voltado para a manutenção da exploração e submissão dos trabalhadores rurais como algo natural. Por outro lado, as Ligas Camponesas se transformaram na grande força de organização e mobilização no meio rural (MONENEGRO, 2009, p. 96).

E assim por meio de tais práticas anticlericais a esquerda se projeta no Nordeste como um grande incômodo à Igreja Católica estimulando clérigos a desenvolver, de modo mais atencioso, a sua política anticomunista.

“Os anos cinquenta do século XX foram desafiantes para a Igreja no Nordeste, especialmente no que tange a questão agrária e ao confronto com a

difusão das ideias do bolchevique” (SILVA, 2008, p. 82) Sem dúvida a década de 50 e 60 foram anos intensos e debates conflituosos, lutas ideológicas que criaram formas de ser e pensar das pessoas ou de grupos, e o catolicismo não ficou inerte nesse debate, trabalhou muito para corroborar nesse jogo de discursos que se anunciavam com o clima de Guerra Fria que o mundo vivenciava e que ao mesmo tempo não deixava de interferir nos seus interesses cristãos.

É interessante notar que na década de 50 além do interesse católico em contra-atacar o comunismo no Brasil, havia também o mesmo desígnio norte-americano. Eram medos semelhantes, se de um lado os movimentos de esquerda na América Latina cresciam, tanto os EUA como a Igreja Católica observaram essa difusão do comunismo como ameaças a seus respectivos interesses.

O marxismo, pregava a insubmissão ao capitalismo, como também declarava a religião como o ópio do povo, assim não foi à toa que

No final da década de 1950, mais propriamente em 1957, o papa Pio XII já convocava os padres europeus, por intermédio da encíclica *Fidei Donum*, a ajudar os países africanos. Havia, por parte do papa, um grande receio de que, em face do reduzido número de padres naquele continente, ele fosse subsumido pelo comunismo. Esse movimento em relação a África estendeu-se a outros continentes. O papa João XXIII, que sucedeu a Pio XII em 1958, reforçou a colaboração do clero de alguns países em que ele existia em número significativo, tendo em vista a necessidade de socorrer a Igreja da América Latina, numa cruzada contra o comunismo, o protestantismo e o espiritismo (MOTENENGRO, 2009, p. 139).

Essa política acabou por afetar diretamente os interesses das elites brasileiras no final da década de 50, foram sendo construídas visões de mundo sobre o que poderia vir a ser o comunismo, afinal de contas, mesmo para um leigo em relação ao que o mundo vivenciava, naquele momento dois grandes representantes mundiais discursavam de maneira semelhante sobre o comunismo.

### Segundo Montenegro

Os valores, os princípios, as visões de mundo de uma parte da elite brasileira foram inteiramente subsumidas pelo modelo projetado pelos EUA e pela Igreja. Cuba foi a única nação a romper com esse alinhamento; talvez porque já houvesse aderido ao bloco comunista tinha força para manter essa posição (MONTENEGRO, 2009, p. 143).

Logo a produção do anticomunismo possuía no Brasil, e especificamente no nordeste brasileiro, dois grandes setores em prol de uma mesma causa, de um lado os EUA com a sua força econômica e de outro a Igreja com o seu discurso de fé. Portanto a produção do medo ao comunismo diante da população passou a ser representado de modo cada vez mais forte.

Promoviam-se temas como a valorização da família e da propriedade, temas de movimento anticomunistas que se basearam na TFP, Tradição, Família e Propriedade e que agora, depois da tentativa da JUC e ao mesmo tempo de sua “condenação” pelo próprio setor católico, seria o grande responsável em conter o comunismo no Brasil.

Esses laços de encontro e de interesses particulares fizeram uma união de força muito forte contra o comunismo, projetando símbolos como o medo, a insegurança, a necessidade de uma caça popular aos movimentos de esquerda e etc., foram anos fortes que antecederam e até mesmo deram respaldo político, social e religioso para que futuramente o golpe civil-militar se instaurasse no Brasil na década de 60.

### **3.2 A imprensa e o anticomunismo no Brasil**

Quando nos referimos ao comunismo no Brasil é interessante percebermos que por anos as políticas de esquerda foram associadas à ameaça social. Partindo-se do pressuposto que a garantia da ordem na sociedade poderia ser abalada caso o comunismo tomasse definitivamente as instâncias da política brasileira, ou se pelo menos, obtivesse uma grande aceitação no meio popular. Ainda que o comunismo pregasse um discurso de “ordem” mesmo assim seria atribuída a qualquer política de esquerda a ideia de uma “praga” que poderia a vir se propagar na sociedade brasileira.

Nesta instância de produção discursiva foram sendo projetados por meio da mídia, o anticomunismo, a imprensa, tida como não partidária, produziria o comunismo de forma negativa, inclusive associando-o como o “grande inimigo da nação brasileira”.

A imagem do comunismo na sociedade, no que diz respeito à recepção e objetivação do sujeito comunista, foi gradativamente sendo concebida como um perigo iminente, a presença do comunista poderia provocar um mal-estar para as pessoas as quais ele se aproximasse, o símbolo de perigo fora transformado e materializado na representação corporal do comunista.

Para Rosângela Pereira de Abreu

No Brasil, durante décadas o comunismo foi representado como a grande ameaça aos valores estabelecidos. A propaganda anticomunista sempre esteve presente em vários órgãos e entidades sociais e governamentais, que continuamente veicularam um imaginário político sobre o PCB como inimigo da sociedade brasileira. A imprensa não partidária teve um papel destacado neste processo de constituição de imagens negativas sobre o comunismo. A ela, podemos imputar grande parcela de responsabilidade no processo de recepção, repetição, transformação e circulação de imagens sobre o comunismo e comunistas que, em última instância, pode ter contribuído para a consolidação na sociedade de uma posição política de consenso contrária ao comunismo (ASSUNÇÃO, 2006, p, 71).

É fato que ao se projetar a imagem do comunismo por meio da imprensa, o grande objetivo seria a produção de sentidos; sentidos esses que deveriam alcançar a população no geral, sentidos da insegurança, de uma relação de combate ao estranho, afinal, a mídia pode até não atingir nem convencer a todos, mas pode difundir uma ideia e naquele momento, mesmo a imprensa não partidária, como a historiadora Assunção chama atenção, acabou por conduzir estereótipos anticomunistas.

Desenvolve-se um sentimento de que o perigo poderia vir ao passo que o comunismo se propagasse na sociedade, uma ideia de que a paz só poderia existir mediante a inexistência do comunismo. O que se pretendia com a produção dos signos anticomunistas é a massificação do reconhecimento de que há um perigo na sociedade, que a qualquer momento pode estourar um grande caos.

Essa relação que a imprensa promoveu por anos acerca do comunismo naturalmente foram estratégias discursivas ligadas a grupos que se colocaram no poder de dizer o que o “outro” é na sociedade, uma relação de imposição e de saberes cuja meta é a institucionalização do discurso anticomunista na sociedade, corroborar com a produção do sentimento anticomunista entre as pessoas.

Contudo o papel da imprensa não foi de se colocar como anticomunista, mas sim de difundir uma “imparcialidade jornalística”, portanto

O discurso jornalístico, [operaria] fazendo crer na divulgação imparcial, isento de subjetividade da notícia ou evento, apresenta um aspecto pedagógico a partir do qual a ‘verdade’ referente a um ‘mundo objetivo’ é apresentada didaticamente ao leitor, de forma a apagar uma possível interpretação dos fatos por parte deste leitor, uma vez que sendo a notícia imparcial, os fatos falam por si (ASSUNÇÃO, 2006, p, 72).

Matérias que, segundo Assunção, se apresentariam como atitudes pedagógicas, seriam aquela que pretende impor um saber, uma relação de ensino e aprendizado, mas não na proposta problematizadora, em que os fatos se contradizem, e sim numa pedagogia do dar e não retribuir, uma fala que se anuncia como aquela que apenas informa ao leitor o que é o comunismo.

Para tanto a mídia se valeria da sua “ética” profissional, isto é, a imparcialidade da informação, contudo, ela não operou e não opera de forma tão neutra, pois todo discurso que se anuncia pretende reproduzir saberes na esfera social, e no caso da mídia a proposta seria a de contribuir por uma interpretação do que a imprensa tratou de formalizar acerca do comunismo.

Ao definir a imagem do comunismo, a mídia procurou articular a ideia de imparcialidade, defendendo a qualquer preço o discurso de neutralidade. Contudo, desde os anos 30 a mídia não se preocupou em articular no seu discurso, mesmo sabendo que não se pode haver uma imparcialidade discursiva, a neutralidade, mas pelo contrário, atribuía-se de uma moral cristã e liberdade de imprensa para produzir o saber anticomunista, foram meios de produzir sentidos opostos, de um lado estava o discurso “ideal”, o lugar do “certo”, e do outro lado o comunismo como o “errado”.

No processo discursivo do jornal vão sendo produzidas formas de identificação com o leitor, fazendo com que este reconheça e compartilhe os sentidos que vão sendo textualizados de acordo com o contexto histórico vivido. A produção de sentidos se realiza a partir da utilização de expressões, já empregadas em contextos históricos anteriores e a partir do conjunto da memória, mobilizada lexicalmente. Isso se explica a partir da observação da formação histórica da imprensa como instituição, inserida no mesmo campo social dos leitores, marcado pela memória de uma moral, da propriedade e da cristandade (ASSUNÇÃO, 2006, p.71-72).

Deste modo a relação entre o leitor e o jornal se torna um elemento muito pessoal, podendo ou não, garantir a cristalização de vários sentidos acerca de uma verdade instituída. Mas independente da relação do leitor com o jornal e o grau de sua credibilidade com a matéria produzida, signos acabam sendo projetados, mesmo sem uma grande credibilidade acerca de um fato, passando essa a coexistir com os leitores.

Logo o leitor articularia pressupostos de que o comunismo ao ser massificado poderia vir a ser um mal ao Brasil levando leitores a imaginaria, ou não, no comunismo um perigo iminente. “Pois Em meados da década de 1930, a imagem negativa do comunismo/comunista representado como doutrina ou ideologia perigosa para o Brasil, já se encontrava arraigado na imprensa” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 76).

O medo ao comunismo se deu de forma gradativa no Brasil, e sem dúvida foi ganhando cada vez mais força em decorrência de fatos históricos a nível nacional e internacional como a Revolução Russa de 1917 e no Brasil, nos anos 30, com a Intentona Comunista. Logo o posicionamento anticomunista começou gradativamente a se fortalecer na busca da contenção do comunismo no Brasil, logo a imprensa escrita se tornaria uma aliada na produção do signo anticomunista

Assim

A despeito da importância da imprensa como veículo propagador de um imaginário anticomunista, a ênfase no combate ao comunismo também foi motivo da existência de entidades e grupos anticomunistas que surgiram no Brasil a partir da década de 1930 (ASSUNÇÃO, 2006, p. 90).

Desde então, grupos anticomunistas em vários momentos foram rotulados como perigosos e provocadores da desordem, não só por uma imprensa exclusiva, como se fosse uma relação meramente de setores isolados da sociedade brasileira, mas por uma grande maioria da imprensa brasileira, no nordeste do Brasil as imagens que se difundiam por meio da imprensa escrita acerca do comunismo também assolaram de modo muito negativo.

A imprensa pernambucana, constantemente divulgava o comunismo como um mal e um perigo para o Estado, segundo Pablo Porfírio



Uma pessoa que lesse os jornais com frequência ou mesmo estivesse inteirada dos assuntos abordados pelo menos, talvez não se sentisse surpreendida com esse tipo de notícia. No entanto, poderia começar a ficar assustada com a intensidade na qual se repetiam (PORFÍRIO, 2009, p.41).

O jornal se tornaria um campo de atuação discursiva, as suas notícias passariam a se propagarem com um direcionamento muito específico, isto é, o ataque ao comunismo como uma mazela da sociedade brasileira. Em meio a tantos problemas políticos e sócios econômicos que se anunciavam no Brasil na década de 50 como a seca no nordeste brasileiro e a luta no campo por meio das Ligas Camponesas, por exemplo, o grande foco da mídia ainda assim não deixava de ser o comunismo.

“Esse pensamento muito difundido no Brasil, por meio de setores da imprensa, buscava estabelecer uma relação natural entre os países comunistas e a escravidão, a pobreza e o atraso cultural, político, social e econômico” (PORFÍRIO, 2009, p. 46).

A relação entre o problema e o caos estaria alocada na imagem do comunismo, um debate que não se bastaria na crítica ao governo, mas sim ao que a mídia “imparcial” determinou em rotular. Logo as editoras de jornais do Brasil buscaram associar o atraso em todos os setores sociais ao comunismo, setores como a cultura, a política, o econômico, a pobreza, enfim, a tudo quanto fosse possível a mídia chocaria com o que poderia vir a ser a Rússia comunista.

Mas, o que mais chama atenção seria o poder da mídia em cristalizar uma imagem acerca de um campo de atuação. Na ocasião o Nordeste seria repaginado não apenas como um espaço de miséria e pobreza, seria muito mais além, um ambiente de insegurança que a qualquer momento o comunismo poderia vigorosamente ganhar força, pois sendo o nordeste do Brasil um espaço de miséria, de lá poderia também surgir uma atuação comunista, assim como ocorrera em Cuba no ano de 1959.

Obviamente essas notícias não agradariam o governo norte-americano, seria uma perda significativa ver o nordeste tomado pelos comunistas e em seguida o Brasil. Essa seria, portanto, a forma da imprensa, produzir sentidos dos mais

diversos possíveis. Sem dúvida não precisaria criar uma tomada do Nordeste pelo comunismo, mas apenas transformar o comunismo como um perigo social iminente e que competiria com as políticas capitalistas norte-americanas.

Ao mesmo tempo em que a mídia produzia o nordeste do perigo

A opinião pública norte-americana a cada dia recebia um volume crescente de informações sobre essa região. Matérias jornalísticas e documentários eram exibidos na imprensa mostrando, geralmente, a pobreza das pessoas e indicando que aquela situação era muito favorável para a concorrência de um processo revolucionário, o qual findaria com a instalação de um regime comunista. Em uma sociedade atemorizada com os caminhos trilhados pela Revolução Cubana e que se via as voltas com um forte movimento anticomunista, a ideia de que se poderia deflagrar outra revolução na parte sul do continente americano despertava a atenção de várias pessoas (PORFÍRIO, 2009, p. 49).

Sem dúvida o campo de atuação do governo norte-americano não ficou apenas num debate da mídia, pois a própria imprensa já estava a fazer sua função, divulgar as informações e trabalhar na estereotipia do comunismo. Uma das formas de políticas na contenção do comunismo por parte dos EUA foi a criação do programa de governo Aliança para o Progresso, uma política que objetivou depositar o capital norte-americano nas contas nacionais visando a redução da miséria no nordeste, pois se o problema fôsse a miséria e a pobreza, o governo dos EUA acreditava que se erradicasse, ou pelo menos tentasse erradicar, por meio de seus investimentos, possivelmente seria mais fácil de cooptar as pessoas para o capitalismo norte-americano afastando as influências comunistas.

A América Latina passa a ser um espaço de discursos que se anunciavam em um lugar transformado em meio a sentidos acerca do comunismo, o EUA em meio ao contexto da Guerra Fria promove uma caça às bruxas, na ocasião, assim como na Idade Média, a “bruxaria” deveria ser combatida.

E para que se efetivasse o combate ao comunismo a vigilância deveria ser constituída, esse que seria inclusive um dos pilares da ditadura que se anunciara, segundo Carlos Fico, espionagem, polícia política, censura e propaganda seria o que se pode

chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Subsidiariamente, contaram também a

propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para suas ações (FICO, 2010, p. 175).

É claro que ainda não se poderia falar numa ditadura nos anos 50, mas a prática norte-americana já atuava desse modo, como uma ditadura ideológica sobre o comunismo. Um comunismo que deveria ser combatido por meio da sua estereotipia, a produção ideológica do comunismo, uma produção de verdade que caberia em transformar o comunista na “nova” bruxa que a partir de então as práticas de perseguição não poderiam ser diferentes, muito pelo contrário ela deveria até ser aperfeiçoada.

Uma vez identificado o comunismo deveria ser caçado como um animal, entretanto para se ter a colaboração dos pares não se produz uma ação sem antes justificá-la ou pelo menos difundi-la, afinal, o comunismo deveria ser anunciado como o inimigo da nação brasileira e, sobretudo da miséria que assolava o nordeste do Brasil.

Antes de qualquer coisa a “caça ao comunismo” ainda na década de 50 deveria existir, pelo menos amparado em alguns dos pilares da ditadura que seria a espionagem e uma perspectiva subsidiária da repressão, a propaganda política ficando à cabo da mídia tal papel.

No nordeste do Brasil, não fora diferente, a imprensa se tornaria a grande colaboradora dos setores anticomunistas, sobretudo entre os camponeses devido as Ligas Camponesas e assim

Alguns jornais do Brasil e de Pernambuco enfatizavam cotidianamente o perigo representado pelos camponeses, seja porque esses passaram a reivindicar mudanças sociais consideradas subversivas... (PORFÍRIO, 2009, p. 74).

É claro que não se pode negar que os setores de esquerda, como os movimentos do campo no Nordeste do Brasil, estavam cada vez mais crescentes entre as camadas sociais e a Revolução Cubana de 1959 se tornou um grande exemplo para os movimentos de esquerda no final da década de 50 em diante.

Isso contribuía para o fortalecimento da ideia do perigo representado pelo comunismo, o qual destruiria as famílias e os valores cristãos, e, desse modo, o discurso anticomunista procurava se fazer aceito por

um número crescente de adeptos ou pelo menos de simpatizantes ou ainda de pessoas, que se sentiam ameaçadas de serem consideradas comunistas (PORFÍRIO, 2009, p. 119).

O medo e a insegurança seriam arduamente explorados no final da década de 50 em diante, pois por meio do medo as pessoas poderiam ceder um pouco mais na aceitação dos signos que se anunciavam pela mídia como também pelos valores cristãos e de setores ligados a política.

Seria essa uma linguagem social que se produzia sobre o comunismo, pois quando se fala se produzem valores, fatos, ideias e até mesmo sentidos. A linguagem passa a ser um código identificador do que se diz, o espaço social se torna um elemento da linguagem e por sua vez um sentido, o campo de construção de uma prática social, o comunismo um perigo e um signo.

Por sua vez a mídia internacional promove um nordeste de perigo, dados esses estão presentes quando o jornalista do *The New York Times* viaja ao nordeste para desenvolver uma matéria sobre a questão do homem do campo e logo se produzem símbolos, ou linguagem que se anunciaram numa escala internacional

É nesse quadro de acirrado confronto político, social e econômico e cultural que o jornalista do *The New York Time*, Tad Szulc, viaja ao Nordeste. Embora não existam informações sobre a forma de envolvimento do Departamento de Estado dos EUA com esta viagem, é de certa maneira possível que a reportagem tivesse objetivos que iam além do informar a opinião pública daquele país acerca das lutas sociais no campo, no Nordeste do Brasil (MOTENEGRO, 2011, p. 261).

Como Montenegro bem nos apresenta, não se sabe se realmente existiam ligações acerca entre Szulc e os interesses norte-americanos em conter o comunismo, contudo, mais adiante o historiador nos explica que a matéria apresenta um caráter anticomunista, pois

Informa ainda Szulc, ao leitor, que a força do comunismo na região deve-se, sobretudo, ao nível de pobreza da mesma, o que a torna vulnerável à pregação revolucionária. O perigo de uma revolução propagar-se do Nordeste para o resto do Brasil terá outras implicações para os EUA, além da questão da disputa pela hegemonia do continente (MOTENEGRO, 2011, p.263).

A problemática do comunismo no Brasil se torna um tema de debate social muito forte nos fins da década de 50 e início de 60, o discurso do

anticomunismo pela mídia fora muito explorado na sociedade, atuando entre os setores da política, dentro de grupos militares, como também em setores ligados à Igreja Católica do Brasil, como será mostrado no próximo capítulo que a imprensa católica de Caruaru também atuou na produção do anticomunismo e na valorização dos símbolos cristão.

## **CAPÍTULO 4: A DOCTRINA SOCIAL IGREJA E A PRODUÇÃO DO ANTICOMUNISMO POR MEIO DA MÍDIA CARUARUENSE CATÓLICA**

Desde que a Igreja Católica ao longo de sua história se viu ameaçada por novos discursos que a ela eram ameaçadores, a sua política de se relacionar e atuar diante da sociedade foi modificada, naturalmente essa seria uma válvula de escape para lidar com os novos desafios que se anunciavam. Essa nova prática foi muito visível no período de transição da Idade Média para o Iluminismo, mais adiante após o fortalecimento da Revolução Industrial no século XIX, sua luta contra os movimentos sindicais de esquerda que surgiam na Europa, de modo que ambos períodos históricos a Igreja promoveu diversos discursos de medo e repulsa a seus possíveis inimigos.

No Brasil, o esforço da Igreja Católica a fim de predominar como a grande referência religiosa não foi diferente em relação ao ocorrido no século XVII e XIX na Europa, fortaleceu no seio do clero uma luta cujo grande desafio se deu a partir do momento em que o Estado brasileiro se tornou laico, e daí por diante novos panoramas foram sendo traçados a fim de ajustar novos discursos clericais no século XX que se anunciava no Brasil.

Depois de formada a República com os vieses democráticos e laicos, uma nova batalha se trava no Brasil, assim como ocorria no Velho Mundo, o comunismo se anunciava com o discurso do materialismo. Daí por diante na década de 30, como também na década de 50, o discurso no anticomunismo se fortalece na Igreja como uma contra resposta Católica, eram anos de imposição de ideologias que se anunciavam, na segunda metade do século XX a Guerra Fria não hesitou em demonstrar lados, o mundo vivia o forte debate de choque entre o capitalismo e o socialismo.

A Igreja Católica nos anos de Guerra Fria não tardou em assumir um lado, apoiou as políticas capitalistas a fim de combater o comunismo defendido pela União Soviética, no Brasil, várias foram as suas atuações contra as políticas de esquerda, A Igreja apostou que no século XX a defesa da moral e dos valores

cristãos em prol de um país mais forte e guerreiro seriam discursos que colaborariam na contenção do comunismo em terras brasileiras.

E para que assim fosse o laicato decidiu sair de uma situação de privilégio que se mantinham diante da sociedade para ir de encontro ao povo, a Igreja Católica no Brasil sem dúvida tardou nesse aspecto, mas quando assim fez, conseguiu por vários meios a sua influência na sociedade, sobretudo quando se colocou no combate ao comunismo, fortalecendo a Doutrina Social Católica cuja encíclica papal de base foi a *Rerum Novarum* do papa Leão XIII.

Desde então, a política da Igreja Católica no Brasil foi a busca de clérigos e de pessoas que pudessem dialogar com os novos desígnios da Igreja, bem como em cidades interioranas como em Caruaru, Pernambuco. O discurso do anticomunismo em Caruaru chega não só pelo clima da Guerra Fria, mas se fortalece também por meio de homens ligados a Igreja Católica, ou de grupos que se diziam “defensores da verdadeira moral católica”. Contudo, de modo muito mais intenso outros meios foram a chave da luta contra o comunismo articulado pela Igreja, e uma delas foi a imprensa, por meio do jornal católico denominado de *A Defesa*.

#### **4.1 A produção do anticomunismo por meio do jornal *A Defesa*.**

O jornal *A Defesa*, foi um jornal que circulou na cidade de Caruaru na década de 50 sendo de propriedade da Igreja Católica e sob direção de membros de mesma orientação religiosa. Nesse espaço de atuação, nos anos 50 várias matérias foram escritas a fim de valorizar os costumes católicos, mas ao mesmo tempo, o grande objetivo, foi a produção do anticomunismo.<sup>4</sup>

O jornal se torna um espaço de debate e atuação católica, se tornaria o seu grande aliado para a defesa da Doutrina Social Católica e, sobretudo numa batalha de produzir a demonização do comunismo entre os setores caruaruenses. “A voz que anunciava”, eram vozes que se diziam defensoras da “perfeição” social, em

---

<sup>4</sup> Nessa trajetória da nossa mídia impressa, dois nomes devem ser destacados: o primeiro seria o Jornal *A Defesa*, órgão do Círculo Católico de Caruaru, foi publicado entre 1932 e 1985. Teve direção inicial do pe. Júlio Cabral, sendo administrado posteriormente pela Diocese de Caruaru. O outro seria o nosso Jornal VANGUARDA, com funcionamento desde 1932. (Vanguarda: 03 de fevereiro de 2016)

grupos que atuavam no debate entre o “ideal” e o “desvio”, um caminho de perfeição e o da desgraça.

E para o grande referencial de católico a ser seguido, são constituídos signos discursivos na personificação do papa tido como o ideal, homem que deveria ser valorizado como alguém que é o herdeiro de Cristo na Terra, homem que não tem mácula, pois pertenceria a “perfeita ordem católica”.

Nesse debate de construção de “homem ideal”, no ano de 1958 (*A Defesa*, 01-03-1958), o jornal *A Defesa* produz uma matéria que defende a imagem de Pio XII, um homem que o catolicismo tinha como grande apreço social, pois o mesmo assume o pontificado com o mérito da “Infalibilidade Papal”,

A “Infalibilidade Papal” seria um dos dogmas da Igreja Católica, princípio que defende a ideia de que o papa não erra, um homem que está diretamente ligado a Deus e que por sua vez todas as suas palavras devem ser seguidas sem o questionamento de nenhuma pessoa. Seria essa, no ano de 1958, uma defesa do que o “bom católico” deveria seguir, um homem cuja moral deveria ser associada a “Infalibilidade Papal”. Ou melhor ao que a Igreja Católica acredita ser a correta.

A matéria redigida em março de 1958 não é um ataque ao comunismo, mas mesmo assim, produz sentidos imagéticos discursivos, um discurso de padronização do ideal católico a ser seguido. Mas, apenas falar do papa para muitos caruaruenses talvez fosse muito “imaginário”, ficaria então a cabo de homens que defendiam a moral católica a responsabilidade de promover o debate na cidade de Caruaru.

Esse seria Plínio Salgado, homem que foi defensor dos valores Integralistas durante a Revolução de 30, apoiava elementos de caráter fascista de inspiração italiana a partir da política de Benito Mussolini. Valorizava o discurso da família, da pátria e a religião, todos esses elementos muito presentes futuramente na marcha da Família com Deus, quando na luta da derrubada de João Goulart do poder no ano de 1964.

Na cidade de Caruaru, Plínio Salgado é associado a padrões de idealizações sociais, uma linguagem de arquétipos que a partir de então se tornariam materializadas, a palavra que se fez carne. Plínio Salgado é tido como o



verdadeiro cristão católico e defensor da verdadeira “moral cristã”. O jornal *A Defesa* no ano de 1958, dedica matérias que anunciam a presença de Plínio, uma no dia 11 de janeiro, duas no mesmo dia, 18 de janeiro, onde a primeira o anuncia e as outras duas relatam a sua presença na cidade onde o mesmo defendeu os valores católicos como necessários para o Brasil (*A Defesa*, 11 e 18-01-1958).

Na matéria do dia 11 de janeiro, o jornal o trata como “o grande escritor cristão” (*Idem*, 11-01-1958), uma matéria que nos relata o quanto o jornal supervalorizou a imagem de Plínio Salgado, um escrito e líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), perseguidor árduo de todos aqueles considerados comunistas. Mas o grande debate que se faz, não é acerca de Plínio Salgado apenas, mas o que ele representava naquele momento para o Brasil, e principalmente o que ele mais combateu.

Uma relação aparentemente despretensiosa, mas eram discursos produtores de verdades que se cruzavam naquele contexto, Plínio Salgado defendia o anticomunismo desde a Revolução de 30, e a Igreja ao mesmo tempo não se preocupava em negar, pelo menos explicitamente, a sua rejeição aos movimentos de esquerda. Logo a matéria que exalta Plínio como o “grande cristão escritor”, levanta signos que se anunciavam na sociedade, isto é, o que se fala sobre e o que ele representa.

Ao demonstrar o papa Pio XII e sua “Infallibilidade Papal” e ao mesmo tempo Plínio Salgado em matérias muito próximas, ficavam explícitos objetivos, meios pedagógicos cuja finalidade estava em produzir os signos da relação do “Primeiro” a ser seguido, o papa, e um próximo dos brasileiros caruaruenses, Plínio Salgado. Símbolos do “perfeito” cristianismo em vida, aquele que não falha e o outro que é o grande seguidor infalível, e que declaradamente defende a moral católica e o anticomunismo.

Códigos de condutas para que os caruaruenses pudessem ter como referência de vida social, além de bons católicos seguidores da cruz de Cristo, ambos trabalhavam para o bem social por meio de suas atividades para com o serviço ao povo, mas deixando declaradamente quais seriam as suas posturas diante do debate que se seguia na década de 50.

Contudo a pedagogia cristã no discurso da Igreja Católica não poderia apenas vir na imagem de homens, mesmo sendo o papa um que assume a infalibilidade papal, nem tampouco na pessoa de Plínio Salgado, pois como homens poderiam vir a falhar, contudo para que não ocorressem supostas falhas humanas nada melhor do que uma boa cartilha de caráter pedagógica, seriam os manuais de condução do “bom católico” que estaria inclusive presente no jornal *A Defesa*, como na matéria do dia 15 de março de 1958.



**Figura 1:** As lições do tempo Quaresmal  
**Fonte:** Jornal *A Defesa*, 15 de março 1958

A matéria seria um espaço de produção de duas “verdades” anunciadas, a primeira destaca o símbolo do Cristianismo que é o próprio Cristo, um ensinamento que deveria ser pregado pela Igreja em tempos considerados pela matéria como difíceis, uma referência simbólica que está em busca do sagrado que à todos salva, pois a ambição humana estava cada vez mais forte.

O homem rico tratando os pobres com mais desprezo, o homem passa a ser apenas um produto de exploração, e o que a matéria mais alerta são as “doutrinas do derrotismo” que o capitalismo tanto promoveu deixando transparecer que de fato a Igreja estava realmente preocupada com a exploração humana, pois na própria *Rerum Novarum* há essa declaração, isto é uma defesa do trabalhador, mesmo que de forma muito valorizadora do capitalismo burguês do que

propriamente defensora do operário, contudo a segunda análise que se pode fazer na mesma matéria do dia 15 de março de 1958 são as críticas aos movimentos de esquerda que lutavam contra a exploração dos trabalhadores e a disparidade entre rico e pobre.

O que soa como paradoxal é que no fundo das críticas contra o capitalismo, as políticas de esquerda e a própria Igreja Católica também compactuam de tais debates, é possível perceber um encontro entre ambos os discursos, assim como está presente na matéria, mas a grande separação ideológica e teórica está justamente na doutrina que ambos defendem. As duas doutrinas lutam, ou pelo menos afirmam lutar, pelos que menos possuem, isto é, o pobre, entretanto os discursos de ambos compactuam, são encontros e desencontros de práticas que se chocam.

Tal declaração afastou completamente a relação entre materialismo e religião na década de 50, a própria reportagem retrata o materialismo como “ateísmo” e que somente a “lição do Calvário onde Cristo morre numa cruz... humilhado, desprezado, vilipendiado” (*A Defesa*, 15-01-1958) é a verdadeira salvação aos que são da verdadeira fé católica. É um clamor que busca o fiel no seu mais íntimo ser, elo entre Deus e a sua necessidade, uma prática de negar o material em busca do espiritual.

A reportagem do dia 15 de janeiro está atrelada à Doutrina Social da Igreja, está ligada ao que foi escrito no ano de 1891 pelo papa Leão XIII, onde critica arduamente à exploração do homem pelo capitalismo, mas que também não aceitaria a expropriação dos bens privados, pois as posses eram bênçãos que Deus concedeu aos homens e uma vez dado jamais poderia ser retirado nem tampouco questionado por quem quer que seja, mesmo pregando a igualdade entre todos como era o caso das políticas de esquerda na década de 50, pois iria de encontro ao preceito teológico e doutrinário da Igreja Católica presente na *Rerum Novarum*.

Para além de produzir um discurso de repulsa ao comunismo, o jornal *A Defesa* além de defender o pensamento da Igreja Católica também coloca a *Rerum Novarum* como uma grande revolucionária, no dia 29 de março de 1958 lança uma matéria com o título de “Revolução... Uma necessidade!” (*A Defesa*, 29-03-1958). Na ocasião, o texto enaltece a *Rerum Novarum* como a maior revolução até então

existente, pois a encíclica papal fora escrita para colocar “ordem” na sociedade diante do que o materialismo marxista havia proposto até então.

Condena arduamente as políticas e os seguidores de Marx, a matéria ainda descreve que a encíclica escrita por Leão XIII, havia posto os materialistas nos seus devidos lugares. O “lugar” do “bom brasileiro”, segundo a reportagem, seria o espaço onde o comunismo não poderia atuar, pois os grupos de esquerda seriam os mesmos provocadores da desordem do país. Na mesma reportagem ainda é possível percebermos como Plínio Salgado é enaltecido, tido e representado como um ideal de brasileiro, chamado de “brasileiro ilustre”.

São essas as expressões que a Igreja naquele contexto tentava conseguir, uma nação amante da pátria e que de algum modo afastasse do povo os pensamentos de esquerda. Para que isso ocorresse de fato, na matéria “Revolução... Uma necessidade!” (*A Defesa*, 29-03-1958), ainda é possível identificar como seria real essa possibilidade de conduta social, a primeira seria no meio da juventude, destacando que por anos a Igreja sempre teve influência entre os jovens, mas que em decorrência das questões tidas como “modernas” há muito não se tinha mais uma juventude nos seios católicos.

Outro ponto que a matéria destaca é a classe trabalhadora, sobretudo camponesa e que inclusive alerta acerca da infiltração de pensamentos de esquerda no meio dessa categoria. Como já foi abordado no capítulo anterior, a Igreja Católica estava na década de 50 muito preocupada com tais atividades de esquerda no nordeste brasileiro, porque foi na região nordeste e especificamente entre os camponeses que muitos movimentos de esquerda atuavam com intensidade, por isso que a matéria do jornal *A Defesa* tenta provocar medo entre os leitores e, sobretudo incentivar os caruaruenses a não aceitarem pensamentos de esquerda, pois os mesmos poderiam levar o Brasil ao caos.

E numa terceira colocação da matéria, há ainda a questão da família brasileira. Debate-se que as mulheres brasileiras deverão caminhar para uma luta contra o materialismo e a favor de suas famílias cristãs. Todas essas questões segundo a matéria se darão sobre o emblema do “Sigma”, que para a reportagem seria o centro de referência dos brasileiros para um futuro prospero da nação.

Nesse contexto é possível perceber como as religiões produzem símbolos sagrados a fim de produzir sentidos de fé, uma relação entre o divino e o homem. A cruz, uma referência da morte e ressurreição de Cristo, o sigma uma identidade, simbologia que pretendia demonstrar dentro de seus significados o caminho que o católico chegaria a condição de salvo e que num futuro muito próximo Deus o esperaria.

Segundo Pritchard, “O sagrado na é mais (nem menos) do que a sociedade mesma, representada em símbolos para os seus membros.” (PRITCHARD, 1978, p. 86). Assim o que podemos entender é que as representações de sagrado e profano são projetos subjetivos de intencionalidades de sujeitos ou grupos sociais que pretendem conceber ou projetar as formas simbólicas religiosas.

Logo o “sigma” que a matéria defende como o “caminho do bom católico” se torna um elo sacralizado entre Deus e o homem, mas não se pode deixar de lado que também é projeção discursiva, uma materialização do que pretendia a Igreja Católica naquela ocasião.

Tais questionamentos são possíveis vermos na matéria a seguir, cujo título, por significativo, incorporamos no título de nossa dissertação:



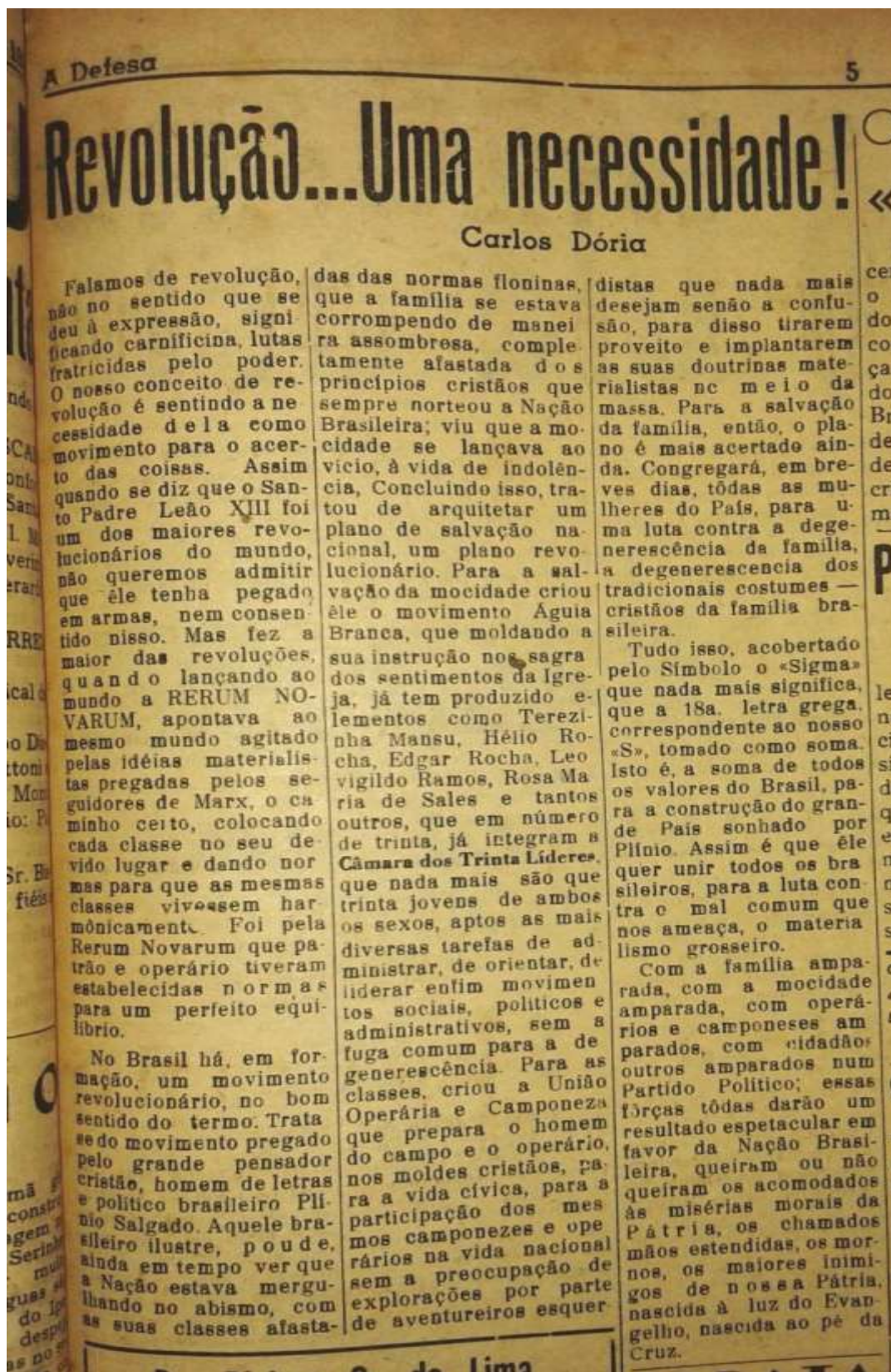


Figura 2: Revolução... Uma necessidade!

Fonte: Jornal A Defesa, 29/03/1958

O que é possível de perceber na matéria do dia 29 de março de 1958 foi um discurso de (con)formidade da Igreja Católica diante da sociedade brasileira, um projeto de sociedade que estava articulado com uma instância maior do que o próprio jornal, era preciso lançar a fé entre os homens, mas que ao final de contas não deixava de ser o que a Igreja Católica de forma universal almejava, isto é, uma Igreja capaz de conter o avanço de um dos seus maiores contraventores, o comunismo.

E para que assim fosse, o jornal não tardou de fortalecer os interesses da Igreja Católica, sobretudo em datas comemorativas destacando a relação do trabalho e da necessidade de articular com o discurso católico. Mais uma vez destacando a *Rerum Novarum*, porém indo mais além, na ocasião destacando a *Quadragesimo Anno*, a encíclica papal de comemoração dos quarenta anos da primeira carta escrita por Leão XIII.



**Figura 3:** 1º de Maio – Dia Universal do Trabalhador  
**Fonte:** Jornal A Defesa, 26/05/1958

A comemoração do 1º de maio seria muito mais do que apenas o dia do trabalhador, seria uma forma de pregar o evangelho, mas também de produzir no seio do discurso teológico uma valorização das doutrinas católicas que iriam muito mais além do próprio cristianismo. O destaque para as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, são reforços de afastar os pensamentos de esquerda que se propagava diante das circunstâncias da década de 50, lembrando que quando foi escrito a encíclica de Leão XIII uma de suas partes condena severamente os movimentos grevistas, colocando em destaque que seria preciso antes de tudo uma relação harmônica entre patrões e operários e, sobretudo a própria Doutrina Social

Católica naquele contexto não concordava com a divisão dos bens daqueles que eram ricos.

No segundo capítulo desse trabalho, foi destacado que a Igreja afirmou claramente que o próprio Deus havia entregado a uns o dom do trabalho e a outros a missão de administrar as riquezas, e que cada um assumisse a sua missão na Terra sem o questionamento, ficando apenas a função da Igreja em estabelecer uma paz em ambos os setores.

Esse seria uma arquitetura discursiva para pôr fim a qualquer movimento de esquerda nos espaços operários, primeiro levantasse a questão teológica, Deus assim deu aos homens uma função pré-determinada, e em seguida defende o fim da luta contra o capitalismo opressor. Uma real declaração de aliança com os padrões que se anunciavam na década de 50, o posicionamento ao lado capitalista norte americano, na prática o discurso do jornal *A Defesa* na matéria do dia 26 de maio de 1958 foi comemorativo, mas no fim, uma tentativa de aplicação de um saber controlador, a manutenção do parecer católico dentro do círculo trabalhista caruaruense e ao mesmo tempo expulsar os movimentos de esquerda.

Mas não podemos pensar que a Igreja Católica não tinha ciência de que o seu discurso de conformismo entre os trabalhadores por meio das *Rerum Novarum* não tenha sido criticado por muitos, sobretudo os pensamentos de esquerda em que a Igreja defende a passividade dos trabalhadores em prol de uma “paz” entre os patrões e operários.

É por isso que no dia 03 de maio de 1958 o jornal *A Defesa* emite uma matéria de caráter universal em que o papa Pio XII havia promulgado no ano de 1955 para os trabalhadores da seguinte maneira:



1.º de Maio — **Comemoração Universal do Trabalho**  
Festa de S. José Operário

Quantas vezes não afirmamos a existência e amor da Igreja pelos operários! Apesar disso, propaga-se largamente a terrível calúnia de que a Igreja seja aliada do Capitalismo contra os trabalhadores.

São, aqueles trabalhadores? O Papa e a Igreja não podem subtrair-se à divina missão de guiar, proteger e amar sobretudo os que sofrem e lhes são tanto mais queridos quanto mais necessitados de defesa e auxílio, sejam operários ou outros filhos do povo.

Como Vigário de Cristo, queremos resfriar aqui solenemente essa fever e sua resolução, neste dia 1.º de Maio, que os operários tomaram como solenidade própria, pretendendo assim que todos reconheçam a dignidade do trabalho, e que esta injeção a vida social e as leis fundadas na justa repartição de direitos e deveres.

Adaptado como tal pelos trabalhadores cristãos, e tendo por assim dizer recebido a consagração cristã, o 1.º de Maio, longe de ser hora de discórdias, ódio e vitandias, é e será uma repetida instância à sociedade moderna, além de levar a efeito o que ainda falta à paz social. Festa cristã, por conseguinte, ou seja dia de júbilo, tendente a obter o triunfo progressivo dos ideais cristãos da grande família do trabalho.

Para que haja significado nos dias presente, comparemos-nos em anunciar-vos a nossa determinação de instituir, como de fato instituímos, a *Festa litúrgica de São José Operário*, fazendo para ela exatamente o dia 1.º de Maio.

O humilde artífice de Nazaré não só personifica, diz-se de Deus e da Igreja, a dignidade do trabalhador honesto, mas e também o presidente guarda de vossas pessoas e famílias". (Pio XII, em discurso do dia 1/5.1955)

**Lutar pela justiça com Amor**

Reina a justiça em vossas fábricas! Falamos de uma justiça especial, da justiça social, cuja fonte e sede aturmentam mais do que nunca aos homens do mundo moderno. Seria supérfluo repetirnos aquilo que, em discursos anteriores, já dissemos com paternal

mandamentos, é que se poderá atribuir e dar a cada um o que lhe toca.

Lembrados aos países que a Igreja, embora cumprando toda injunção divina do direito de propriedade, adverte entretanto que esse direito não é nem limitado nem absoluto, pois comporta obrigações sociais, pretensas. Desembarçá-las seria ir contra a justiça, seria lutar contra o Reino de Jesus. Mas não será difícil cumprir estas deveres, se alháreis o operário como quem dá um irmão: a natureza dele é igual à vossa mesmo sendo ele chamado a exercer função diversa da vossa!

Dizemos aos trabalhadores: a vossa Igreja está convosco, quando vos defende contra contratos injustos ou quando exige a observância de justas compensações. Ela estará também convosco, quando por meios legítimos vos esforçardes para melhorar vossas condições de vida. Contudo, a Igreja não poderá estar convosco, se o que pedirdes for injusto, ou se o mais empregado para obter ilícitos. Ela não poderá estar convosco se vos colocardes ao lado dos inimigos de Deus, sacrificando alma, liberdade, pátria e família, se, por irritação das que fingem amar-vos, semeardes o ódio ou praticardes a violência!

Careis filhos, querdes que Jesus reine entre vós, em vossas famílias, em vossa cidade e em vossa diocese? Para que reine nelas o amor. O amor que atenda e compreenda, que suporia, que prove, que prove. O amor que dá. O amor que se dá. O amor que une. O amor unifica. Mas do que é justiça e do que é própria verdade, o amor tornará visível a vida divina que está em vós, porque seria uma multidão de crentes, possuindo um só coração e uma só alma, sendo numerosos, mas formando um só Corpo (1 Cor. 10. 17). Exemplo é que se tornará uma realidade estendida aguda que Jesus implorou em Sua oração sacerdotal "Que eles sejam um, assim como nós, meu Pai, e eu sempre um". (Jo. 17. 22). Então é que o Cristianismo se levantará irresistível, como um rio entre as nações como uma chama sobre a montanha". (Pio XII em allocução do dia 28/1º/1956).

Além disso, ao lado da justa solução do problema social, é preciso, porém, reafirmarmos que nos lugares de trabalho onde Jesus não reina, a justiça desaparece. Vão são a esperança e as tentativas nesse sentido por parte daqueles que vivem sem Jesus ou que O negam. Só em Seu nome, só aplicando Seus

Calhemos alguns tipos de comemoração de momento:



Figura 4: 1º de Maio – Comemoração Universal do Trabalho  
Fonte: Jornal A Defesa, 03/05/1958

Se lermos atentamente a matéria, será possível identificarmos uma defesa da Igreja Católica acerca do que até então o presente trabalho busca demonstrar, isto é, que a Igreja Católica por meio de discursos sacralizados e se utilizando de ritos e práticas tidas como religiosas, se alia ao capitalismo e nega as políticas de esquerda a fim de viabilizar o liberalismo econômico, sobretudo na década de 50.

Primeiro a matéria defende que “propaga-se largamente a terrível calúnia de que a Igreja seja aliada ao Capitalismo contra os trabalhadores” (A Defesa, 3-05-1958), como se de fato fosse um calúnia e não um fato, uma defesa ingênua até porque as encíclicas papais foram escritas numa tentativa de promover a paz entre patrões e trabalhadores e sem mexer diretamente na ordem de produção, um discurso de manutenção de ordem estabelecida pelo capitalismo que impôs ao operário uma jornada de produção que o fazia produzir a favor do acúmulo de capital para o patrão.

Então é possível logo de imediato ignorar tais pontos de defesa da fala do papa Pio XII, contudo a matéria não fica apenas na tentativa de defesa do anticapitalismo, vai muito mais além, destaca que o 1º de maio deve ser um momento de paz entre os trabalhadores cristãos e que não seria necessário um desordem social, e ainda fortalece que a Igreja Católica não aceita em nenhum momento a “violação do direito à propriedade” (*A Defesa*, 3-05-1958) e que compete ao patrão “direitos e obrigações” para com o seu operário.

Essa segunda colocação da matéria do dia 03 de maio de 1958 está atrelada à *Rerum Novarum* quando destaca que não se deve expropriar terra e nem propriedade de ninguém, essa defesa da não violação dos bens é uma condenação as políticas de esquerda e, sobretudo a Revolução Russa de 1917 que lutou pelos lemas “pão, paz e terra”, uma luta que inclusive vai de encontro a concentração de terra que a Rússia vivia no início do século XX e que foi combatido pelos ideários de esquerda.

Por tais motivos a Igreja Católica temendo uma expropriação de posses dos empresários a fim de favorecer os interesses de um capitalismo desenfreado alega que não é a favor de tirar do rico para entregar ao pobre e ainda apela afirmando que a paz de Jesus só poderia estar com os operários quando a relação patrão e operário não for quebrada, mas sim mantida dentro de uma ordem promovida pela Igreja.

Ao estabelecer a relação da paz de Jesus ao não conflito com patrões e operário, a Igreja busca estabelecer fios de dogmas religiosos, acrescenta elementos textuais bíblicos de modo que Deus ou o seu filho Jesus trabalham e são frutos da harmonia entre ambos os setores sociais.

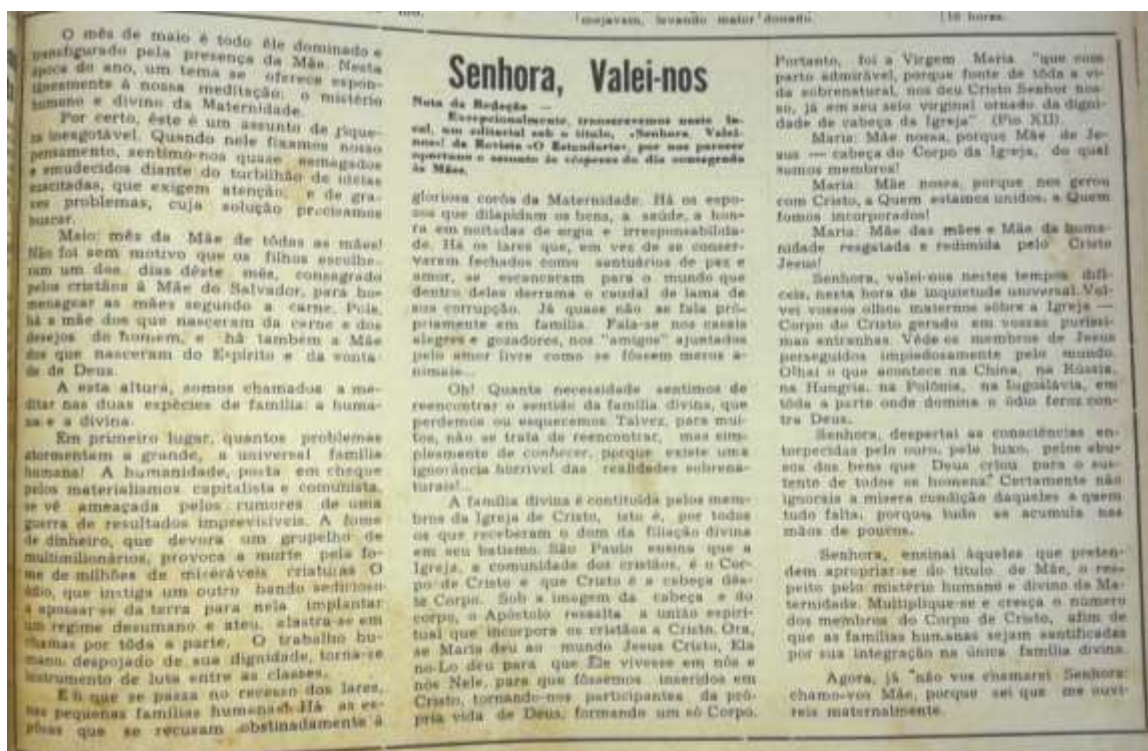
Logo a reportagem a firma que “Ela [a Igreja Católica] não poderia estar convosco se vos colocardes ao lado do inimigo de Deus. O “inimigo” de Deus torna-se os que não aceitam a fé católica. As potestades são os que se materializam como hostis ao que a Igreja Católica produz, o “outro” o demônio. Sacrificando alma, liberdade, pátria e família; se, por instigação dos que fingem amar-vos, semeardes o ódio ou praticardes a violência!” (*A Defesa*, 3-05-1958).

Esse “inimigo de Deus” é uma prenúncia do comunismo, e nessas condições a matéria define que Deus só pode estar com aqueles que negam o comunismo e defendem arduamente o discurso católico, pois o comunismo é um perigo para o cristianismo na Terra. Nessa relação o catolicismo amplia o inimigo da Igreja. Os “agentes de satã” é o comunismo, o texto bíblico que ordena combater as potestades desse mundo se torna cada vez mais materializadas, o espiritual busca não condizer com a prática bíblica, entretanto agora o “demônio” da nova era é o comunismo. Um jogo de palavras que prezam em desenhar estratégias de combate ao comunismo por meio de um jornal católico, e logo o que se pretende é sem dúvida a produção do medo ao comunismo, pois se defender o pensamento de esquerda, Deus não estará com os que assim fazem.

A Igreja chega ao ponto de se colocar como o próprio Deus, pois uma vez dizer onde Deus estará é o mesmo que provocar determinismos, definir o que Deus quer e o que não quer, e mais ainda estigmatiza e generaliza a todo aquele que defende o comunismo, mas não é um discurso inaugural para a Igreja Católica, ainda no primeiro capítulo foi argumentado que a Idade Média foram anos que a própria Igreja Católica abusou de discurso de associação entre Deus e o homem, uma relação de poder que precedia o material, indo até a escala do espiritual, e que assim foi possível a Ela se manter por anos no poder controlando não só as mentes, mas também a política.

E no século XX muitos aspectos da Igreja Medieval ainda existiam, se no período medieval o a produção do medo era em relação aos hereges, as mulheres, aos pagãos de forma geral, nos anos 50 mudou apenas o personagem, agora produzia-se medo ao comunismo e como tal deveria ser combatido. E para isso fosse possível apelava-se para a crença, mexer com o mais íntimo dos homens, isto é, a sua fé seria uma arma quase certa para que a Igreja conseguisse o que se deseja.

Enquanto se rezava e se matava na Idade Média para conter os perigos iminentes, na década de 50, não diferente do medievalismo, rogava-se a Maria, a mãe de Jesus contra a exploração dos séculos, tanto em relação a exploração dos padrões que só pensavam em si, mas sobretudo do pânico mundial, o comunismo.



**Figura 5:** Senhora, valei-nos  
**Fonte:** Jornal A Defesa, 10/05/1958

A matéria é referente ao mês de maio, o mês mariano, e logo seria interessante rogar a santa da Igreja Católica com o propósito de interceder pelos homens e que Maria possa brilhar a mente humana para que seja possível uma sociedade mais justa e com mais Deus. Ao ler a matéria a seguir, é possível identificar como é conduzido o discurso de condenação ao capitalismo e ao comunismo ao mesmo tempo, mas o capitalismo é criticado de maneira muito sutil, e citado inclusive apenas uma vez, até se apresentam os problemas sociais, mas ao contorno de toda matéria o comunismo e, principalmente os países que aderiram ao comunismo são vistos de modo muito negativo.

A relação feita pelo jornal quando destaca o comunismo se torna um tanto interessante, pois como um sinal de clemência aos países que aderiram ao comunismo, isto é, como a Rússia, Hungria, China, Iugoslávia e Polônia, intercede-se por tais nações, como se elas estivessem caminhando para um caminho de morte, para o discurso católico embasado na década de 50 o comunismo seria aquele que não só caminharia para o inferno, como também todos aqueles que deles comungassem.

A Igreja Católica estaria assim predeterminando os que seriam salvos e os condenados, uma prática que de nada havia evoluído quando falamos de práticas medievais, uma Igreja que clamava por modernização, mas que em prol de uma causa muito tradicionalista na sua prática.

E ser tradicionalista nessas condições implicaria em fortalecer a fé, os valores cristãos, ao mesmo tempo buscar afirmar que a Igreja Católica ainda estava muito forte apesar do clima que se vivia na década de 50, sobretudo em lugares onde o comunismo era predominante. A grande luta da Igreja seria a contenção do comunismo, uma cruzada que deveria pelear para que o catolicismo pudesse coexistir até mesmo em regiões onde consideradas “perdida”, pois ainda enquanto houvesse condições o catolicismo lutaria até o último momento.

É assim que a matéria do dia 24 de outubro de 1959 relata acerca da força do catolicismo contra o comunismo



**Figura 6:** Catolicismo ainda é baluarte contra Comunismo  
**Fonte:** Jornal A Defesa, 24 de outubro de 1959

Uma matéria que busca enaltecer o catolicismo contra o comunismo, sobretudo uma forma de demonstrar para a população que mesmo com a Revolução Cubana em janeiro de 1959, existia em Cuba um povo católico capaz de não se



curvar em relação ao comunismo que se anunciava com a presença de Che Guevara e Fidel Castro.

#### **4.2 A produção do medo ao comunismo na mídia católica caruaruense.**

Até então se debateu bastante acerca da construção de um conceito de uma fé e uma prática católica diante da sociedade caruaruense e do mundo que se anunciava com as tensões da Guerra Fria. Demonstrou-se, por meio do jornal *A Defesa* como a mídia colaborou para criar o discurso de “lugar” ideal e o “não-lugar”, entretanto esses não foram os únicos aparatos desenvolvidos pela mídia católica caruaruense, foi muito mais além, buscou-se criar o discurso do medo ao comunismo, uma genealogia discursiva, uma proposta imagético-discursiva acerca do que poderia vir a ser o comunismo.

As matérias que foram até agora apresentadas mostram a Igreja Católica como uma instituição “perfeita”, embasada no discurso de caminho a ser seguido por toda humanidade, contudo nos anos de 1958 e 1959, o jornal *A Defesa* também se empenhou em construir o medo ao comunismo, um discurso que poderia ir muito mais além da produção de um espaço social, pois uma vez criada aversão ao comunismo, e caso fosse realmente efetivado a sua aversão, a grande tendência seria uma rejeição do comunismo e dos que fossem considerados comunistas.

Essa estratégia de poder iria muito além de criar um espaço do “bom católico”, iria numa busca de produzir no corpo do comunismo os signos do perigo que o próprio discurso católico por anos fortaleceu antes mesmo do conceito de comunismo, isto é, o conceito de “inferno”, de “demônio”, de elementos contidos nos finais dos tempos apocalípticos, uma relação de dominação bastante forte, porque atrelar-se-ia a ideia de pecado infernal e de conduta social, o sujeito que compactuasse com o comunismo ou pertencesse a tais práticas seria desleal ao seu país e muito mais além disso iria compor a mesa dos “escarnecedores”, um termo tão repudiado pela Igreja Católica.

Na questão vigente ser repudiado pela Igreja ao qual o fiel faz parte é o equivalente ao não-pertencimento da religião em que ele compactua, um conceito que segundo Callois faz parte de fenômenos religiosos ao definir que:

“O sagrado pertence como uma propriedade estável ou efêmera a certas coisas (os instrumentos do culto), a certos seres (o rei, o padre), a certos espaços (o templo, a igreja, os lugares régios), a certos tempos (o domingo, o dia de Páscoa, o Natal, etc.) (CALLOIS, 1988, p.20)

Naturalmente o fiel jamais poderia se apresentar como um simpatizante ao comunismo. Logo as práticas anticomunistas da Igreja não se encolhiam ao tentar produzir no comunismo algo horrendo e para tanto, o jornal *A Defesa*, produziu uma matéria ligada ao Kremlin da Rússia alegando que a espiritualidade do povo russo estava se esvaecendo em decorrência da revolução proposta por Lênin, uma vez que o comunismo, segundo o jornal, havia difundindo a idéia de que a “religião é o ópio do povo”.

Então, como a Igreja defendia que o pertencimento ao catolicismo dependeria de compor os elementos sacralizados que segundo Callois seria justamente condizer com os espaços sacralizados então o “verdadeiro católico” jamais poderia dialogar com práticas de esquerda, pois se assim o fizesse, não seria sacralizado para com Deus.



Figura 7: Contra um instinto místico da vida do povo russo...  
Fonte: A Defesa, 1 janeiro de 1958

Na matéria citada acima mostra-se a grande preocupação do jornal *A Defesa*, e condena o comunismo da Rússia, como bem sabemos as políticas de esquerda, sobretudo estalinista, que perseguiu a Igreja Católica Ortodoxa, também desenvolveram estratégias de dominação dentre as quais a violência e as prática discursiva cuja finalidade seria a de sobrepor-se ao cristianismo na antiga URSS, e nessas condições analisar-se-ia o discurso do stalinismo que se pôs como "herói" do povo contra os cristãos, uma construção da abominação do cristianismo na perspectiva de Stalin de modo que assim poderíamos analisar como o discurso é muito útil quando se deseja construir uma identidade de "perfeição" em relação ao "outro".

Logo ao analisarmos a matéria do dia primeiro de janeiro de 1958 é possível percebermos que a grande questão que a matéria realiza está focada apenas no "Instinto místico do povo russo naturalmente crédulo, os soviéticos recrudescem a campanha antireligiosa" (*A Defesa*, 1-01-1958).



Esse enunciado que a matéria realiza se torna um discurso de medo ao comunismo, pois uma vez que a Revolução Russa se instala todos são obrigados a se tornarem ateus algo tão caro ao “verdadeiro cristão”. Fato esse que poderia levar os homens a condenação da alma.

Esse anúncio no primeiro dia do ano de 1958 se torna um alerta para a comunidade cristã católica de Caruaru, pois caso o comunismo tomasse a cidade jamais haveria possibilidade de o cristianismo sobreviver, seria o fim dos tempos e logo a grande missão do povo seria colaborar para não permitir que tal fato ocorresse.

Tentando compreender o catolicismo enquanto fenômeno religioso de crenas e práticas de discursos católicos, verifica-se a relação de que os discípulos de Cristo devem combater o mal, inclusive é possível identificar tais afirmações em textos bíblicos. Contudo não se define o que é o mal, mas apenas fala-se que há uma luta e que os seguidores de Deus devem “pisar na cabeça da serpente”. Na ocasião o texto literário bíblico se torna útil, ou se fez útil à Igreja Católica, quando a “serpente” representa os sujeitos que produzem a instabilidade dos dogmas da religião católica.

Além do enunciado, o jornal se torna um campo de valorização de verdade entre a mídia caruaruense, em que o jornal *A Defesa*, faz uma crítica ao jornal russo Pravda, alegando que o jornal comunista estava tentando por “os pingos nos ii...” (*A Defesa*, 1-01-1958) um recorte do jornal russo e que apresenta repúdio, porque os “pingos nos ii...” como está na matéria soou como uma ironia, até porque a questão seria acerca da impossibilidade de um discurso comunista poder produzir verdades sociais aceitáveis.

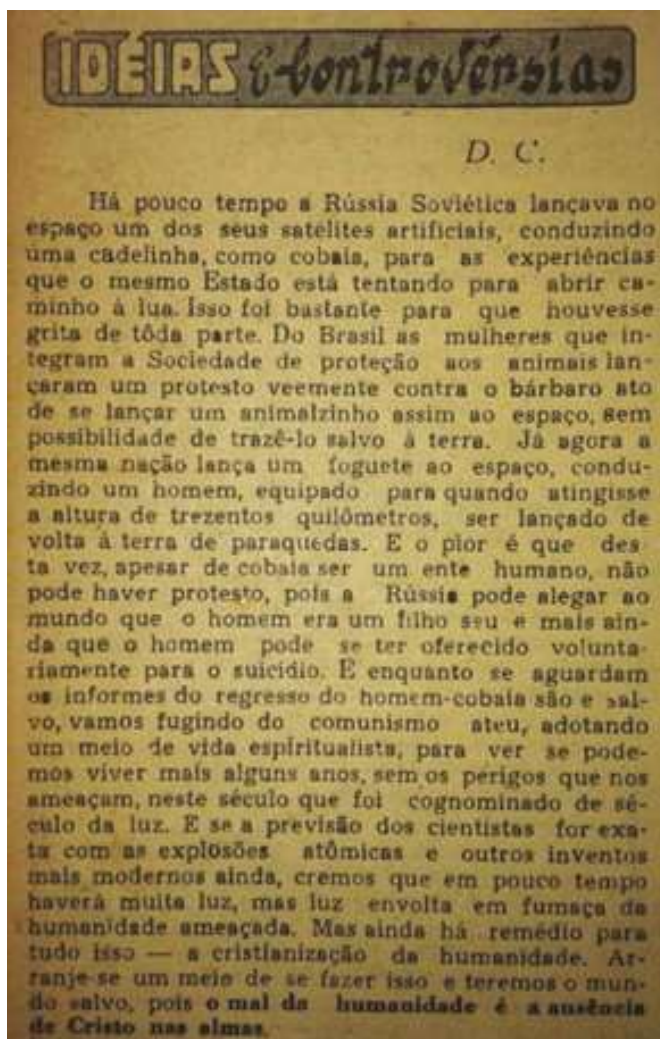
Um campo de atuação discursiva que o jornal católico caruaruense buscou fazer foi o seu discurso de sobreposição ao Pravda, porque o jornal soviético estaria conduzindo os sujeitos ao caminho do caos até porque esse jornal, segundo o jornal *A Defesa*, destacava que seria necessário combater a superstição que seria o equivalente ao cristianismo.

Para a mídia católica caruaruense, o grande problema na matéria realizada pelo jornal Pravda, foi justamente porque destacou que os homens eram o

próprio Deus, pois haviam lançado um satélite artificial à lua. Como já destacado anteriormente eram tempos de Guerra Fria e o jornal Pravda estava promovendo um avanço que os soviéticos haviam realizados em relação ao governo norte americano.

Contudo o termo “Deus é o próprio homem, ou melhor, o homem comunista, que é capaz de criar novos mundos” (*A Defesa*, 1-01-1958) destoa de forma altamente herética para os padrões católicos e a sua doutrina, pois há na visão do catolicismo um só Deus e uma só fé e nada além disso. Mas para as perspectivas do materialismo dialético não há essa crença, muito pelo contrário, o homem é autor e ator de suas obras, sendo, portanto, a religião uma alienação.

Mas esse debate acerca da corrida espacial que o jornal *A Defesa* condena não se encerra, vai muito mais além, na matéria do dia 10 de janeiro de 1959, uma reportagem intitulada “Ideias e controvérsias” destaca que os Russos estariam condenando a humanidade ao ateísmo, primeiro lançando uma cadela e em seguida um homem ao espaço para retornar de paraquedas, para o jornal isso seria algo de grande afronta para a humanidade cristã, sobretudo.



**Figura 8:** Ideias e controvérsias  
**Fonte:** Jornal A Defesa, 10/01/1958

Os anos da Guerra Fria se destacaram pela corrida armamentista e logo em seguida espacial, mas o que chama atenção, mesmo destacando de forma macro o que foi a Guerra Fria, é quando lemos a matéria “Ideias e controvérsias”, pois o jornal católico assume o lado norte-americano, pois ao mesmo tempo em que havia o desenvolvimentismo armamentista do lado soviético também ocorria no bloco capitalista, contudo o objetivo do jornal católico e da própria Igreja Católica na década de 50 que estava embasada na sua Doutrina Social Católica, criada pelo papa Leão XIII, foi justamente a condenação do comunismo pela utilização do discurso de fé dispensando a crítica aos métodos desenvolvimentistas norte-americano.

A crítica a corrida espacial na matéria “Ideias e controvérsias” se desvia completamente quando destaca a questão do ateísmo, pois ao enfatizar que

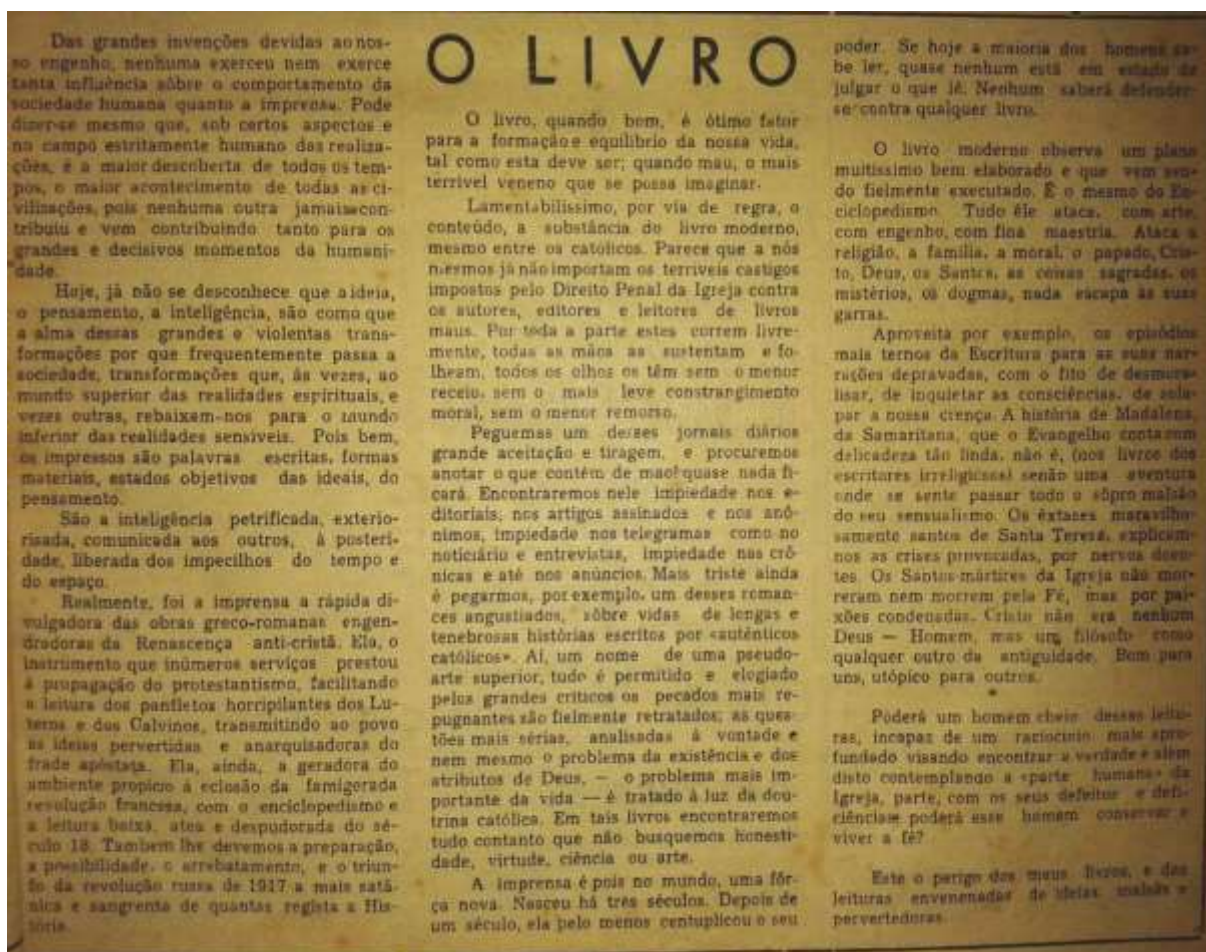
“enquanto se aguardam os informes do regresso do homem-cobaia são e salvo, vamos fugindo do comunismo ateu, adotando um meio de vida espiritualista, para ver se podemos viver mais alguns anos, sem o perigo que nos ameaçam, neste século que foi cognominado de século da luz” (*A Defesa*, 10-01-1958).

Os termos “perigo” e “podemos viver mais alguns anos” são sentidos que prezavam por meio da mídia promover um medo ao comunismo, e não mais apenas na questão espiritualista, muito mais além, no sentido de vivência humana, pois a vida só poderia existir caso o comunismo estivesse distante das terras caruaruenses. Naturalmente, no discurso religioso católico, a morte do corpo não se encerraria, mas se prolongaria e nessas condições seria necessário a salvação da alma, por isso que a reportagem ao final destaca que é preciso “cristianização da humanidade”.

Mas segundo o jornal *A Defesa* o grande perigo da humanidade não nascera com o comunismo, mas sim com outras revoluções que levaram a humanidade para o afastamento de Deus. Antes de relatar tais afastamentos, a mídia católica de Caruaru na década de 50 destaca que a imprensa foi um grande invento para humanidade, sem dúvida as invenções que se anunciavam com a Guerra Fria haviam sido de grande modo significativas, mas nenhuma seria tão poderosa como a imprensa.

Essa declaração é a introdução de uma matéria intitulada O Livro do dia 25 de janeiro de 1958, reportagem destacando que foi por meio da imprensa que a humanidade pôde evoluir e de tal modo que foi por intermédio dela que os homens puderam crescer em inteligência e sabedoria.

Mas para o jornal *A Defesa* foi esse o grande problema, porque foi por meio da imprensa que a Reforma Protestante ganhou força, justamente com a imprensa de Gutenberg, e mais adiante a Revolução Francesa se desenvolveu, bem como a própria Revolução Russa de 1917. Contudo o posicionamento da matéria em relação a tais movimentos foi de grande modo altamente repudiado como mostra na matéria a seguir



**Figura 9:** O Livro

Fonte: Jornal *A Defesa*, 25 de janeiro de 1958

Para o jornal *A Defesa* o grande invento da humanidade havia sido a imprensa, pois foi por meio dela que os homens puderam difundir as suas ideias e pôde atingir a outros de forma muito fácil e convincente, portanto foi assim que as grandes revoluções ocorreram ao longo da história.

Mas lendo atentamente a matéria acima, é possível verificarmos o quanto a Igreja Católica se colocava de maneira paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a Igreja se coloca como apoiadora dos ideários da imprensa condena o seu uso para as revoluções citadas na matéria.

Na ocasião para o discurso católico, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa e a Revolução Russa se tornaram horríveis, pois foram de encontro aos padrões estabelecidos as suas épocas. Quando destaca a Reforma Protestante a matéria enfatiza que os panfletos impressos durante o auge da Reforma eram “panfletos horripilantes dos Luteros e dos Calvinos, transmitindo ao povo ideias pervertidas e anarquizadora do frade apóstata” (*A Defesa*, 25-01-1958).

Essas expressões seriam uma condenação as práticas realizadas por Lutero e João Calvino quando foram os autores da Reforma Protestante na Europa e que naturalmente por irem contra a ordem do discurso estabelecido pela Igreja Católica vigente foram perseguidos, mas mesmo passando anos desde a Reforma Protestante, o jornal católico *A Defesa* o consideravam como perigosos e horripilantes. Essa expressão se dá, pois ambos se tornaram os críticos do discurso católico, um “inimigo de Deus” naquela ocasião segundo os padrões da Igreja.

A Revolução Francesa para a matéria *O Livro* é tida como “famigerada”, contudo a própria matéria alega que o movimento francês foi de “literatura baixa, ateia e deturpadora do século 18” (*A Defesa*, 25-01-1958). Mas o que a reportagem não trata é que a Revolução Francesa foi de grande modo a que colaborou para novos padrões de sociedade, sobretudo com a quebra do absolutismo na França, um governo despótico e intransigente.

Mas não só a Revolução Francesa, a própria Reforma Lutera foi de encontro aos abusos absolutistas de suas épocas, quanto à reforma religiosa, a instituição de caráter absolutista fora por anos a Igreja Católica Medieval, por isso que a matéria a trata como perniciosa e “inimiga de Deus” quando se trata de Lutero e Calvino. A perda do controle na sociedade fez da Igreja uma instituição que teve de se articular bastante com os moldes posteriores à Revolução Francesa e a Reforma Luterana, e ambas tratadas pela matéria *O Livro* como perniciosas.

Contudo não foram apenas essas duas grandes revoluções abordadas pela matéria, ela foi muito mais além ao tratar da Revolução Russa de 1917. Para a reportagem O Livro, a Revolução Russa de 1917 foi a mais “satânica e sangrenta de quantas registra a história” (*A Defesa*, 25-01-1958).

Ao lermos essa matéria há uma dupla condenação se dá quando destaca a Revolução Russa de 1917, pois ela é vista como a contraordem e satânica, uma interpretação medieval para a época que foi escrita, ou seja, os anos 50. Mas mesmo assim o jornal católico não abre mão do uso de tal reportagem, pois como já citado anteriormente a estratégia não era apenas atingir o plano material, condenar o comunismo, seria de ir muito mais além, deveria promover no comunismo um medo e na ocasião era um discurso de que o comunismo fora violento, não apenas entre os homens, mas para com o próprio Deus O sagrado e o profano.

A expressão, “satânico”, é uma declaração da demonização do comunismo e de suas práticas, uma tentativa de associar o discurso do medo entre os crentes em Cristo, o “outro” passa a ser o demônio de uma causa que a Igreja Católica tratou de considerar como “desumana”.

Ora não era a relação entre pessoas que morreram e mataram que a matéria trata, até porque a Inquisição da Igreja Católica matou várias pessoas, mas a questão se dá no contexto em que a matéria foi produzida e como o discurso deseja se colocar na sociedade. O assassinato de várias pessoas na Idade Média foi “justificável” pelo discurso católico porque era em nome de Deus, assim como as Cruzadas medievais.

Mas, para a matéria citada, a matança que se deu na Revolução Russa fora violenta e satânica, isso porque representava outros ideários, ou até mesmo porque não representava os desígnios católicos, pois se levarmos em conta as mortes ocorridas por cristãos aliados às políticas imperialistas norte-americanas na década de 50 talvez não fossem condenáveis, mas pelo contrário, possivelmente erguer-se-iam justificativas em planos espirituais, “os soldados de Cristo”. Lembremos que já foi citado nesse trabalho que apenas o desenvolvimentismo soviético foi condenável e não o norte-americano que também trabalhou na produção de armas em massa nos anos da Guerra Fria, mas que não foi destaque de condenação.



Entretanto a matéria O Livro é muito mais além em relação das que até agora foram destacadas, pois além de condenar do ponto de vista histórico a Reforma Protestante, Revolução Francesa e Revolução Russa de 1917, ainda se dispõe a definir o que se deve ler e o que não se deve ler cujos desígnios seriam dificultar uma literatura de teor revolucionário entre os “os bons cristãos”. É certo que as doutrinas compõem as religiões, mas não se pode esquecer que elas são discursos produzidos a fim de se elencar o que se deseja.

Na matéria se verifica tal estratégia de disciplinarização a partir do momento em que o jornal destaca que nos dias atuais, no caso era a década de 50, a literatura vigente “Ataca, a família, a moral, o papado, Cristo, Deus, os Santos, as coisas sagradas, os mistérios, os dogmas, nada escapa as suas garras” (*A Defesa*, 25-01-1958). Vale lembrar que os elementos citados são as bases de uma religião, ou seja, o divino, o líder espiritual, os ritos, o mistério da fé e o dogma.

Logo essa afirmação da matéria O Livro realça claramente que não seria importante que nenhum cristão lesse livros que pregassem um discurso fora da “boa literatura católica”, nesse aspecto buscava-se por meio da mídia uma padronização do que e como o cristão deveria ser atuar.

O que mais deixa claro na matéria O Livro é que o jornal além de demonizar o comunismo, vai muito mais além, tenta historicizar várias revoluções ocorridas na história, todavia com uma grande falácia, pois não problematizou cada fato histórico, tratou de analisar apenas o fato histórico e não debate o contexto histórico ao qual os acontecimentos se desenvolveram e ainda procura criar um padrão de leitura para o “bom católico”.

Essa seria uma grande estratégia dessa reportagem, além de demonizar as revoluções ocorridas, destaca o comunismo como a mais satânica e ainda promove o conceito de verdade estabelecida que por todos cristãos deveriam ser adotados, mas não se resume ainda a tais aspectos, a matéria ainda aborda que haviam autores, mas não citam quais, que estavam utilizando os textos sagrados para deturpar a realidade bíblica.

Seria esse mais um ponto que a matéria destaca, e avança ainda relatando que para o homem moderno, ou da década de 50, a grande dificuldade



que se encontrava seria a manutenção dos valores cristãos uma vez que os homens estavam sendo persuadidos por leituras que afirmavam que “Cristo não era nenhum Deus-homem, mas um filósofo como qualquer outro na antiguidade. Bom para uns, utópico para outros” (*A Defesa*, 25-01-1958).

Não é à toa que a matéria foi intitulada de “O Livro”, pois a expressão seria para condenar a literatura considerada como “desviante” por parte da Igreja e criar uma disciplinarização intelectual e até mesmo corporal dos católicos de Caruaru nos anos 50. Uma ação bastante inteligente, mas para um leitor mais atento talvez não, porque a própria matéria auto condena-se quando afirma que a imprensa poderia difundir ideários perniciosos e assim alguns poderia perceber qual seria a estratégia da Igreja por meio do jornal naquele contexto. Entretanto o que se desejava seria a representação de um discurso de fé “correto” e a condenação de tudo que se desviasse do que a Igreja Católica considerasse como “errado”. Um elemento não do catolicismo, mas também de religiões que operam com o sagrado e o profano.

E para reforçar a ideia de um comunismo violento e, deixando bem claro a política dos comunistas que é o materialismo, o jornal *A Defesa* elenca fatos que cada vez mais comprometem as políticas de esquerda, mas não devemos apenas condenar as matérias do jornal *A Defesa* procurando esconder o que ocorreram nos anos do stalinismo na União Soviética, porque a história bem nos mostra que nos anos do Stalinismo na URSS, a violação dos direitos humanos foram latentes, bastando-nos apenas mencionarmos como ocorreram momentos de violentos e, sobretudo perseguições aos cristãos ortodoxos.

Nesse caso o jornal *A Defesa* não é completamente tendencioso, contudo se utiliza de fatos para construir uma ideia de forma generalizada e proveitosa para condenar o comunismo como um todo, e nesse contexto deve-se compreender que como a proposta dos redatores do jornal era a política do anticomunismo cuja orientação estava sob A Doutrina Social Católica a partir da *Rerum Novarum*, tão logo não se perdiam oportunidades de atacar o comunismo e demonstrar, por meio de fatos isolados o que poderia vir a serem as políticas de esquerda e tão logo no dia 8 de fevereiro de 1958, o jornal *A Defesa* redige uma matéria destacando:



**Figura 10:** Demonstram os comunistas a farça (*sic*) quando ...  
**Fonte:** Jornal *A Defesa*, 08 de fevereiro de 1958

A matéria é bem direta ao atacar o comunismo a partir do título: “Demonstram os comunistas a farça (*sic*) quando pregam liberdade da pessoa humana” (*A Defesa*, 8-02-1958). O título de abertura deixa bem claro uma série de significados a partir do que poderia ser o comunismo. Um discurso de liberdade, mas que pratica a violência.

Na ocasião destaca, dentro dos padrões comunistas, uma sociedade ditadora, e sim, não se pode negar que em muitos dos casos a forma como em muitos momentos, como no stalinismo, por exemplo, pregou-se uma violência descontrolada. Segundo Foucault, não há sociedade isenta de discursos de poder, todas elas estão nos moldes de políticas que o saber discursivo impera (FOUCAULT, 1996), é bem sabido que há sociedades em que ao longo de sua história desenvolveram muito ditadores violando os direitos humanos, como o caso do stalinismo. Mas isso não significa dizer que o comunismo, como um todo, pregou a política de violência, e que a Igreja Católica sempre foi violadora do homem.

A matéria cita o exemplo que na Hungria chegou até a lutar contra os sentimentos católicos, de modo que ninguém poderia seguir a Cristo, e usando até mesmo de força caso fosse necessário. E destaca que de maneira “ardilosa e fraudulentamente, costumam, mormente nos países católicos, evitar uma luta aberta e clamorosa contra a religião” (*A Defesa*, 08-02-1958).

Um fato verídico, pois as políticas de esquerda, como o stalinismo. Mao Tsé- Tung e tantos outros também formalizaram violência às diversas práticas religiosas.

Por isso o destaque da matéria é um alerta contra as práticas de atuação do comunismo e sua atuação em países católicos, na ocasião a reportagem afirma que o comunismo seria bastante estratégico quando deseja introduzir-se nas sociedades, em regiões católicas, ou romanizadas, a luta seria de modo diferenciado ou sutil, mas não menos perigoso, seria uma forma de produzir sentidos entre os pares de uma sociedade como a de Caruaru, por exemplo, pois apesar do Brasil ter uma grande influência católica isso não impediria de modo algum do comunismo se infiltrar nos lares cristãos. Um jogo de práticas e atuações de ambos os lados, o “bom” e o “ruim”. Como Foucault nos chama a observar, o jogo da dominação discursiva.

Sendo o jornal *A Defesa* de origem católica a matéria deseja, portanto, provocar o caos e o pânico entre grupos de católicos que habitavam a sociedade caruaruense, mas ao mesmo tempo criar uma sociedade em sentinela, porque se na Hungria o método foi a falsa ideia de liberdade humana, então todos deveria ficar bem atentos para que tal fato não corresse.

Mas não ficou apenas em discutir os métodos de como o comunismo atuou e poderia atuar em suas respectivas áreas, mas sim as consequências, ainda na mesma matéria o jornal destaca: “Triste condição dos bispos e sacerdotes” (*A Defesa*, 08-02-1958), nesse espaço, a reportagem aborda o que os padres e os bispos sofriam com o governo “totalitário” existente onde o comunismo prevalecia, na ocasião cristãos ortodoxos e católicos, todas as violações de jurisdição cristã ocorriam, mas de nada valeu, pois os religiosos foram lançados em prisões, torturados e assassinados.

Um discurso projetado no campo das estratégias de poder, mas que não deixava de ser uma realidade das políticas de esquerda onde a matéria destaca. Os mensageiros de Deus sofrendo as violações dos direitos humanos. O ser sagrado maculado fisicamente e assim como Jesus, agora os seus discípulos. Quanto a violência praticada nas regiões de políticas de esquerda em relação ao cristianismo não se pode negar como já mencionado, mas assim como no campo da política, as religiões também não se isentam de politicamente articularem fé e poder por meio de práticas e linguagens sociais.

Todas essas políticas de saberes e discursos que o jornal adota muito bem articulou se torna um esforço para combater o comunismo, uma prática de fé que se envereda para uma questão política e, sobretudo num intuito de defender as suas influências na sociedade.

E de uma forma muito bem amparada pela política anticomunista e como método social e até mesmo pastoral, a relação entre Igreja e sociedade também se foca no Brasil. A matéria anteriormente demonstrada é fruto de uma crítica às políticas comunistas na Hungria, e ao mesmo tempo alertando a forma de como os comunistas atuavam em regiões consideradas católicas.

É pensando nisso que no dia 15 de fevereiro de 1958 há uma articulação de sentidos que o jornal promove. Primeiro, o jornal católico defende a ideia de que os comunistas eram violentos, como já foi anteriormente demonstrado, e em seguida redige uma matéria com o título de “Ideias e Controvérsias”.

Nessa matéria as questões mais interessantes aparecem, é factual até então uma crítica de caráter político-religioso, pois como já debatido anteriormente o jornal *A Defesa* numa política anticomunista procurou produzir o medo ao comunismo por meio do discurso da fé, contudo a matéria do dia 15 de fevereiro de 1958 “Ideias e Controvérsias” se utiliza de estratégias discursivas bastante curiosa, pois articula o problema agrário do nordeste brasileiro as questões do comunismo.



Figura 11: Ideias e controvérsias  
Fonte: Jornal A Defesa, 15 de fevereiro de 1958

Para o leitor mais atento de tal reportagem, não fica apenas debater a questão do latifundiário, como uma crise que assola o Brasil desde os anos de seu descobrimento, debate entre os grandes produtores e donos de terra e as poucas impossibilidades de produção do trabalhador do campo.

A matéria vai muito mais além, apresentou sem sombra dúvida sobre as crises econômicas e políticas do nordeste brasileiro, mas numa luta contra o comunismo e na defesa de uma perspectiva católica, o jornal finaliza discutindo a questão do comunismo no nordeste brasileiro.

Debate sobre as crises e sem uma argumentação lógica vai buscar a questão das sociedades comunistas, uma forma de demonstrar um perigo ao comunismo e ao mesmo tempo de articular a seus interesses. Nessa reportagem é possível analisarmos duas questões fundamentais, a primeira é a condição de miséria que vivia o Brasil na década de 50 e os dramas nas questões no campo

A segunda é relação, em comum nos anos 50, de grandes potências, como é o caso dos EUA, e a Igreja Católica no Brasil acerca das tensões que se guiam no campo.

Ainda no terceiro capítulo dessa obra foi destacada a carta papal *Fidei Donum*, uma carta de orientação católica que destaca uma necessidade de cuidar dos países pobres da África e até mesmo de todo o continente, pois as políticas imperialistas ali tinham se utilizado gerando miséria entre aquele povo.

Mas ao mesmo tempo a carta também destaca o cuidado que deveria ter com regiões mais pobres na América Latina, como o caso do nordeste brasileiro, uma região pobre e que poderia ser também espaço de atuação dos comunistas no Brasil. Essa articulação se torna, portanto, uma busca entre os fios e os rastros que se pode fazer por meio de uma análise crítica sobre a relação dos interesses católicos e as suas incertezas diante do que poderia vir a ser o comunismo no Brasil.

A carta prega a necessidade de ajudar as regiões pobres do mundo, na ocasião destacou a África, até mesmo a Ásia e a América Latina. Mas a questão também transcenderia a relação “pobres e missão pastoral”, estava para muito além, seria o medo da Igreja em perder espaço para o comunismo, e na relação do macro para o micro, a mesma questão se dá ao analisarmos a matéria do jornal *A Defesa* “Ideias e Controvérsias” do dia 15 de fevereiro de 1958, reportagem que articula os problemas do Nordeste com a preocupação das influências do comunismo nas regiões caruaruenses.

E muito mais além, num jogo discursivo e estratégico é possível perceber como se articulo duas matérias muito próximas e com vieses bem próximos, matéria do dia 8 de fevereiro de 1958 pregava a violação dos direitos humanos que ocorria na Hungria e no dia 15 do mesmo mês e ano, isto é, sete dias após a primeira matéria ser publicada, destaca-se o medo do Brasil não ser tomado pelo comunismo, e em específico a região nordeste. Uma medida bem articulada que o jornal de orientação católica estava realizando diante da sociedade caruaruense, uma estratégia para se consolidar o anticomunismo entre os caruaruenses.

Nesse caso dá para percebermos claramente como a política de Roma interferiu significativamente no espaço de atuação caruaruense numa tentativa de conter o comunismo, por meio da produção do medo ao comunismo e ao mesmo tempo de interferir nas questões socioeconômicas uma vez que fortalecia interesse incomum com a política norte-americana, mesmo sabendo que a Doutrina Social Católica, por meio da *Rerum Novarum* de Leão XIII buscava condenar a exploração do homem por meio do capitalismo.

Mas mesmo assim muito se discute do que realmente seria a Doutrina Social Católica, até porque, como já foi trabalhado no segundo capítulo as inconsistências da encíclica papal assinada por Leão XIII, pois ao mesmo tempo que critica o capitalismo, defende a não violação da propriedade privada.

E independente das inconsistências que a *Rerum Novarum* apresentou, ainda se pode analisar como a Igreja Católica foi se articulando no Brasil, a até mesmo no mundo para se garantir na dominação de uma cultura católica. E se analisarmos por meio de seus veículos de divulgação, como o jornal *A Defesa*, não fica nenhuma dúvida de tal questão, basta-nos analisarmos a matéria do dia 19 de julho de 1958, que destaca o clima de Guerra Fria e as tensões que o mundo estava vivendo.



**Figura 12:** As Nações preparam um cataclisma...

Fonte: Jornal *A Defesa*, 19 de julho de 1958

Nesta matéria o debate é o clima da Guerra Fria, duas nações que se dividiram no pós Segunda Guerra Mundial e que desde então passaram a disputar o poder e a relação de influência e dominação no mundo com suas respectivas formas de economia, cultura e política.

Mas o posicionamento adotado pelo jornal Católico, como já foi até mesmo demonstrado anteriormente, não havia sido tão explícito, pois nas matérias pesquisadas, isto é, entre os anos de 1958 e 1959, não fora encontrado um grau de defesa das políticas norte-americanas como a matéria do dia 19 de julho de 1958.

Mas o que isso poderia a vir a importar para o trabalho? Talvez a priori nada, mas ao fazermos uma leitura dos discursos que se permeavam na década de 50 poderemos conferir de como as falas capitalistas se encontram com as católicas. Na década de 50 o inimigo norte-americano era a União Soviética, para a Igreja Católica, o discurso do materialismo soviético, logo, temos uma relação de interesses e, portanto, nada de espantoso encontrar e adaptar o discurso de fé para os interesses capitalistas.

Para tanto a matéria “As nações preparam um cataclisma de uma guerra mundial” (*A Defesa*, 19-07-1958) articula a possibilidade de conflitos entre as grandes potências mundiais naquele contexto e para tanto, destaca a expressão “cataclisma”, mas a forma como a matéria transforma a Rússia como a vilã da questão é algo ímpar na reportagem, mas nada se problematiza ao sabermos que tanto os Estados Unidos da América como a URSS estavam lutando por dominações e financiando conflitos na região do Oriente Médio e em destaque o Iraque.

Contudo, mesmo sabendo que os conflitos eram frutos de ambas as partes a matéria decide por transformas o lado comunista em intransigente e provocador. Mas bem sabemos que os interesses eram de ambos os setores, todavia de uma forma articuladora, o jornal católico decide defender o lado que a ele interessava, isto é, o governo norte-americano.

E para reforçar a relação de proximidade o jornal escreve que: “Entre estes dois extremos é preferível viver embora moralmente amarrado, mas com vantagens de liberdade, do que morrer às mãos dos tiranos soviéticos que atrelam ao estado de liberdade humana” (*A Defesa*, 19-07-1958).

Em uma colocação bastante enfática condena a exploração do capitalismo humano, mas ao mesmo tempo o defende, porque promove uma “liberdade” em que o sujeito poderia ascender economicamente e livre, mas do lado oposto, as pessoas vivem uma “liberdade falsa” (*A Defesa*, 19-07-1958). “Liberdade falsa”, pois para os preceitos católicos a “boa” e “verdadeira” liberdade é a que cristo no ato da ressurreição promoveu aos seus seguidores e crentes. Não é a toa que os evangelhos difundem a ideia de que “todo aquele que Nele crê terá a vida eterna”.

Logo a Igreja Católica apresenta que, de um lado estaria a “boa liberdade” e de outro a “má liberdade”, cristo e o demônio, um jogo de palavras num intuito de convencimento entre os grupos que se nomeavam como tais, na verdade uma declaração de qual caminho seguir, para o jornal católico *A Defesa*, seria o protecionismo de sua política, de modo que os que buscarem o lado do comunismo poderiam sem sombra de dúvida morrer nas mãos dos soviéticos, mas para os que se mantiverem do lado norte-americano e “crente em Deus”, até poderia passar fome, mas não sem a liberdade.

Para a Igreja Católica não era apenas uma questão de fé, ou do sagrado, como um instrumento do *misteium tremedum*, seria muito mais do que isso, isto é, condenar o comunismo, ou a Rússia seria muito mais do que apoiar o lado da “liberdade norte-americana”, seria uma questão teológica e de sobrevivência.

Para alguns bispos do Brasil seria uma questão de pecado, de condenação, e por isso os Bispos do Rio de Janeiro se reuniram para debater acerca de tais questões como mostra a matéria da página seguinte:




# Não queremos pecar por omissão»

Manifesta-se o Episcopado do Rio de Janeiro — A propaganda comunista é atentatória contra os nossos princípios cristãos - Não nos podemos calar — Protestos veementes - Falam os Bispos ao povo

Há dias passados esteve reunido o Episcopado da Província Eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro, sob a presidência de D. Jaime de Barros Câmara, eminentíssimo Cardinal Arcebispo do Rio de Janeiro e entre outras coisas, resolveu tomar posição contra a propaganda comunista que se vem desenvolvendo em nosso País, mais intensamente, depois da liberdade do Sr. Luiz Carlos Prestes. Ora, reconhece o Episcopado, que a liberdade de um homem não implica em liberdade da propagação das idéias pelas quais foram cassados os seus direitos de parlamentar; não implica em liberdade de propagação em nossa Pátria do credo Vermelho, coisa atentatória contra os nossos foros de povo Cristão. Os Senhores bispos daquela Província resolveram lançar um manifesto que é encerrado com estas palavras bem revela a atitude, que serão tomadas por aqueles dignatários da Igreja naquela Província: "Nosso Senhor Jesus Cristo sabendo não queremos pecar por omissão".

Tem aí o Brasil o pensamento de alguns bispos sôbre a propaganda bolchevista em nossa Pátria, quando o líder vermelho, procurando envolver a todos com suas manhosas declarações, volta a atuar com as mesmas idéias de sempre - Materialismo odioso e grosseiro. A essa altura, nenhum cristão pode se acomodar, quando estão em perigo os seus próprios princípios. Não se pode tolerar que por omissão, entregue-se a Pátria Brasileira ao vandalismo moscovita, ao materialismo comunista, aos inimigos de Deus, da Pátria e da Família - é o que se entende das palavras oportuníssimas dos senhores Bispos do Rio de Janeiro.



1958 — CARUARU, 19 DE ABRIL — 1958

**Figura 13:** Não queremos pecar por omissão  
 Fonte: Jornal A Defesa, 19 de abril de 1958

Muito mais do que se tornar comunista, e muito mais além de defender uma política capitalista, seria a condenação ao inferno. Essa foi a postura do clero brasileiro nas tensões que se anunciaram durante a Guerra Fria. Mas desde então

não é um debate de transformar o Brasil num país em crise diante do comunismo, vai muito mais além, é algo que transcende o material, é a sua condenação diante de Deus.

Luiz Carlos Preste, conhecido como o “Cavaleiro da Esperança” é destacado na matéria do dia 19 de abril de 1958, foi associado pela Igreja Católica como um “demônio”, aquele que leva o pecado, para as bases cristãs é o representante do inferno. Uma prática bem comum a Igreja Católica nos anos medievais, a mulher, o judeu entre tantos outros eram os agentes de Satã, como Jean Delumeau bem nos mostra, já na década de 50 Luiz Carlos Preste é o eleito para ser condenado pelas práticas de heresia.

E não há “meios termos” na reportagem, pois o episcopado do Rio de Janeiro decide condenar as políticas comunistas, o “credo vermelho” como a matéria chama atenção não pode ser difundida no Brasil, pois tal prática “é coisa atentatória contra os nossos foros de povos Cristãos” (*A Defesa*, 19-04-1958). Para os bispos no Rio de Janeiro seria pregado por meio de Luiz Carlos Prestes o “Materialismo, odioso e grosseiro” podendo assim contaminar todos os povos cristãos.

Mas, a matéria ainda é muito mais incisiva, declara que, segundo os bispos

A essa altura, nenhum cristão pode se acomodar, quando estão em perigo os seus princípios. Não se pode tolerar que por omissão, entregue-se a Pátria Brasileira ao vandalismo moscovita ao materialismo comunista, aos inimigos de Deus, da Pátria e da Família... (*A Defesa*, 19 de abril de 1958).

Uma nova “Cruzada” em meio ao século XX, um grupo de homens marchando para destruir definitivamente o comunismo no Brasil e, principalmente combater o maior deles Luiz Carlos Prestes, que para os bispos reunidos no Rio de Janeiro, seria ele um propagador do “Credo Vermelho”.

Crê, para o fenômeno da religião, é aquilo que vai ao mais íntimo do ser. Ao associar a expressão “credo vermelho” a Igreja Católica também faz críticas aos seus seguidores de posicionamento de esquerda. Se a crença em Cristo é uma alienação, então o “credo vermelho” também é uma alienação às políticas de esquerda e no jogo de palavras atuantes nos microespaços, a “fé” no comunismo seria o mesmo que a fé em Satã.

Um perigoso diante da política católica seria o “Cavaleiro da Esperança”, um homem que estava colaborando para a condenação do Brasil, pois buscava levar a população a crê no mal. Por isso que a Igreja, por meio dos Bispos no Rio de Janeiro decide defender a necessidade de lutar contra o comunismo, o “credo vermelho”, seria um dever dos católicos, uma obrigação, pois se assim não fosse seria o equivalente a uma condenação ao inferno.

Essa condição de omissão, para a Igreja, seria o mesmo que aliar-se com os comunistas, o Brasil dependeria diretamente da colaboração de todos contra o comunismo, um discurso de combate direto, um confronto em meio à crise que o mundo vivia e que a própria Igreja temia, o comunismo.

Em pleno século XX, a Igreja não mudava as suas práticas, a luta contra o “infidel muçulmano” ainda continuava, a marcha que matou milhares de pessoas em nome de uma fé, acabava de voltar na fala de bispos reunidos no Rio de Janeiro. Uma luta que provocaria cada vez mais uma produção do anticomunismo, e o pior, não apenas uma negação do “outro” que não pertence ao “lugar” do cristão, mas um combate direto, para a Igreja Católica, os “eleitos de Deus” deveriam marchar contra o comunismo ateu e provocador da desordem.

Mas essa política não é do corpo de bispos que estavam no Rio de Janeiro apenas, é muito mais profunda a questão, desde os anos de 1891, quando escrita a *Rerum Novarum* e fortalecida com a *Quadragesimo Anno* as políticas católicas no mundo e, no Brasil, foram de choque contra o comunismo de modo muito forte, vendendo as propostas cristãs de fé e amor para um combate direto, como um fim apocalíptico, contra o comunismo.



**Figura 14:** Socialismo e Comunismo  
**Fonte:** Jornal *A Defesa* 4 de outubro de 1958

Ao lermos a matéria do jornal *A Defesa* verifica-se como forte se tornou o discurso da Doutrina Social Católica, para os católicos, o papa Leão XIII se tornaria eternizado por trabalhar contra as doutrinas que condenavam o comunismo, um homem que para a Igreja seria sacralizado, e não só o autor da *Rerum Novarum*, mas também o papa Pio XII, ambos com uma política inquisitorial ao comunismo.

#### 4.3 Ano de 1959: uma crise política que agravou a relação da Igreja Católica com a América Latina.

O ano de 1959 foi uma época que conseguiu instigar ainda mais significativas transformações na visão de mundo que a Igreja Católica possuía em relação ao Brasil. A Revolução Cubana de 1959, onde Che Guevara e Fidel Castro destituem o governo de Fulgêncio Batista, faz aproximar a Igreja de elementos incomuns aos desígnios norte-americanos, ou seja, o anticomunismo. Esses interesses incomuns levaram a investidas no campo teológico, como também na política internacional.



**Figura 15:** Comício dissolvido a pedradas em Caruaru  
**Fonte:** Arquivo público Jordão Emerenciano (APEJE)

Quando destacamos a Igreja, o foco deste trabalho, o clero católico não tardou em trabalhar numa política de contenção do comunismo, logo, como já mostrado anteriormente, a defesa a favor dos ideários norte-americanos foi ainda mais latente, como também a luta contra o comunismo de maneira mais efetiva.

Na cidade de Caruaru, já em decorrência da Revolução Cubana de 1959 os movimentos de “solidariedade à Cuba” foram arduamente combatidos por estudantes caruaruenses<sup>5</sup>, não

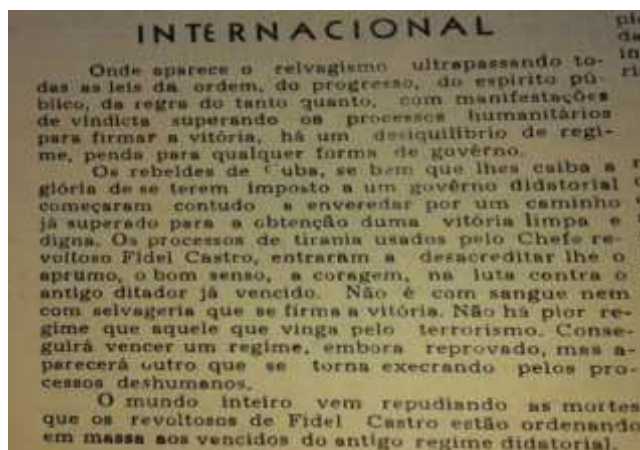
foi possível saber ao certo, mas outras matérias do jornal *A Defesa* destaca que havia em Caruaru estudantes que se reuniam para debater o anticomunismo e a necessidade de pregar a perfeita moral católica na cidade, talvez seriam esses os estudantes que tentaram conter o movimento de solidariedade prestado à Cuba no centro da cidade de Caruaru.

Mas que pelo, sim ou pelo não, o documento histórico do Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE) mostra que na cidade de Caruaru prestar uma homenagem a Cuba não seria tarefa fácil, e nesse contexto é possível pensarmos o quanto a mídia de caráter católico como o jornal *A Defesa* trabalhou para o anticomunismo e como estava surtindo o efeito que o clero almejava.

Ao mesmo tempo o Jornal *A Defesa* não tardava em trabalhar no anticomunismo em Caruaru, uma vez que lançou a seguinte matéria:

<sup>5</sup>: A foto destaca brigas de estudantes da FAFICA que não apoiaram o movimento de solidariedade a Cuba realizado em Caruaru, PE.





**Figura 16:** Internacional

**Fonte:** Jornal *A Defesa*, 24 de janeiro de 1959

Ao ser publicada a matéria, destacou-se a ditadura realizada por Fulgêncio Batista, mas afirma que a Revolução Cubana por ter sido de membros ligados ao comunismo nada mais seria que uma troca de ditadores, e o pior, um ditador que levaria Cuba à um caos ainda mais latente do que anteriormente.

Um jogo de palavras bem articulado pelo jornal católico, pois o próprio jornal sabia que já havia em Caruaru grupos que não se articulavam com o comunismo, mas muito pelo contrário, até dialogavam com o pensamento anticomunista tão reforçado pelas práticas da Igreja Católica nos anos 50.

Ao mesmo tempo destaca que a Revolução Cubana havia ocorrido com a política do terrorismo, uma expressão muito forte, pois ao colocar o comunismo como uma prática do terror, alocava a toda e qualquer atitude de caráter comunista como perigosa e perniciososa.

Nessas condições apenas elevou-se, ou tentou-se elevar entre os leitores, sobretudo católicos, o grau de veracidade que havia na questão do comunismo, na prática os termos perigo e terrorista, uma forma de aproximar os cristãos num grupo de “comprometidos com Cristo, numa cruzada contra o comunismo”.

Um discurso que tentava cada vez mais encontrar espaços na sociedade caruaruense a fim de condenar o comunismo e suas práticas por meio da Doutrina Social Católica. E para piorar a imagem da Revolução Cubana, a matéria destaca que: “o mundo inteiro vem repudiando as mortes que os revoltosos de Fidel Castro

estão ordenando em massa aos vencidos do antigo regime ditatorial” (*A Defesa*, 24-01-1959).

Mas para o discurso católico na década de 50 e, sobretudo no período da matéria trabalhada, o que seria “o mundo inteiro”, seria apenas as partes do globo terrestre que compactuavam com as práticas do capitalismo norte-americano, pois para a população que apoiou o comunismo ou a própria Revolução Cubana, a queda do governo de Fulgêncio Batista foi uma vitória contra o capitalismo imperialista.

Basta apenas compreender que mesmo Caruaru estando do lado capitalista da Guerra Fria, o movimento de solidariedade a Cuba foi muito significativo para alguns dos cidadãos, uma vez que organizar um movimento em homenagem a revolução significa dizer que havia nos anos 50 grupos de pessoas que se demonstravam a favor das políticas de caráter de esquerda.

E para reforçar ainda mais a necessidade de conter o comunismo no Brasil, sobretudo porque se percebeu que com a Revolução Cubana muitas pessoas de Caruaru apoiaram o movimento, várias matérias foram produzidas pelo jornal *A Defesa* no mês de março de 1959 onde condenavam o comunismo, na ocasião três matérias se dirigiam diretamente ao contexto da China e a relação com as Igrejas Católicas<sup>6</sup>, uma forma de provocar no bojo do discurso católico uma condenação direta ao comunismo.

E dentre as reportagens citadas destaca-se uma que relaciona elementos teológicos com a perspectiva de pecado que a Igreja Católica possuía, isto é, uma ligação entre a atitude humana e o inferno, a condenação eterna, um ponto teológico que a Igreja se utiliza na proposta de associar fé e realidade política a seus interesses próprios.

---

<sup>6</sup> Ver o caderno de imagem referente ao mês de março, que está organizado em ordem cronológica e por tipologia das matérias.

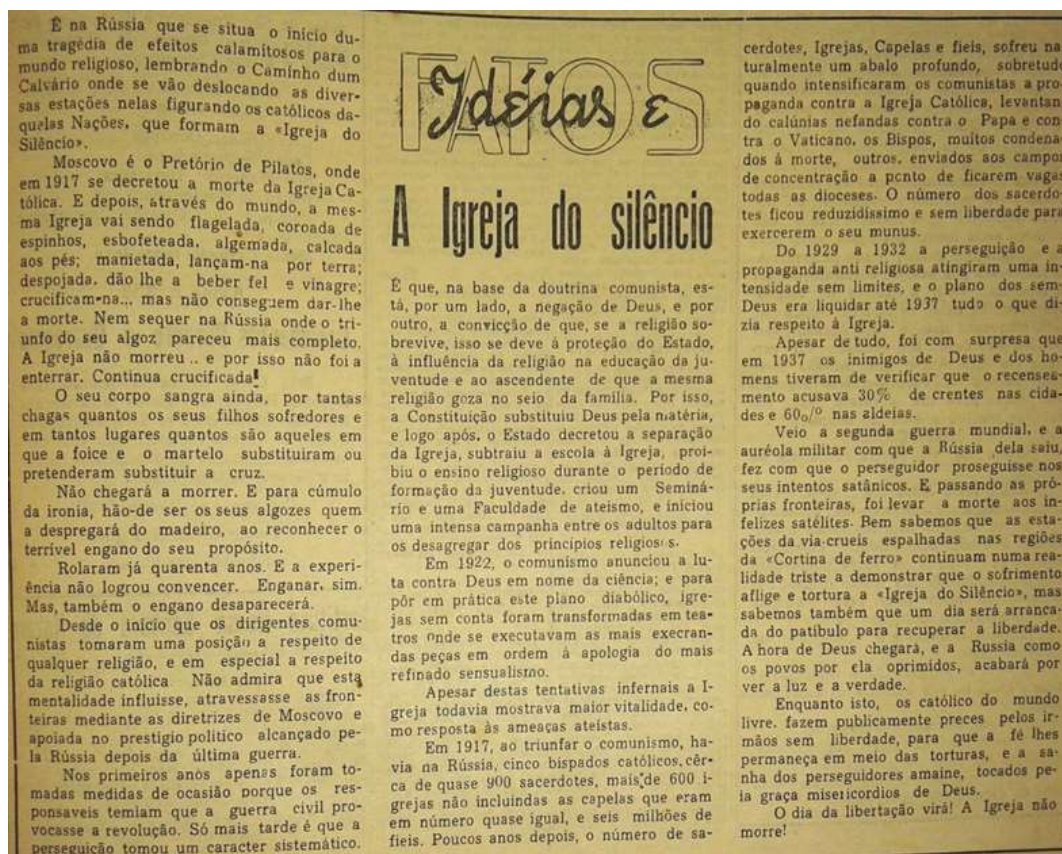


Figura 17: A Igreja do silêncio

Fonte: Jornal *A Defesa*, 14 de março de 1959

Uma matéria bastante direcionada na busca da contenção do comunismo, atrelando fatores como “infernais” e “diabólicos”, um discurso que para o leitor poderia ir muito mais além do que apenas um combate ao comunismo, porque debate-se na matéria os elementos de uma condenação ao inferno, espaço esse, que seria o fim do “fiel católico”.

Logo nesse debate dialógico que o jornal *A Defesa* faz acerca do comunismo e da Revolução Russa de 1917 pregava-se um discurso do medo ao comunismo como um segundo agente de satã na terra. Para os católicos o comunismo poderia passar a ser repudiado, até porque uma vez cristão espera-se uma salvação numa vida pós morte, e para que isso ocorra deve-se seguir os “caminhos da verdade” pregada pela Igreja Católica Romana.

Nesse sentido fica-nos uma questão que deve ser analisada, pois se o católico esperaria a salvação numa vida futura e essa vida de gozo espiritual só



poderia vir caso o fiel merecesse, logo o cristão católico deveria negar o comunismo para que pudesse assim merecer a vida eterna.

Uma astúcia tremenda por parte do discurso de fé católica, porque para se levantar fiéis ou mate-los na Igreja, o clero decide então combater o comunismo apelando para o discurso de condenação da alma. Nessa análise, não bastava apenas a condenação física que os países imperialistas, como os EUA fazia, sobre todos aqueles que se aliasse ao comunismo, como foi com Cuba, também poderia ocorrer uma segunda condenação e talvez até mais profunda para um católico praticante, isto é, a condenação da alma.

Mas o jornal *A Defesa* não apenas se empenhou em aplicar textos, teológicos ou não, para condenar o comunismo, logo para alcançar a todos, mesmo quando ao leitor a escrita ficasse um tanto complicada de demonstrar o que poderia ser um país católico sem a interferência comunista, mas com o desenvolvimentismo capitalista, charges foram produzidas para gerar signos:



**Figura 18:** Charge

**Fonte:** Jornal *A Defesa*, 28 de novembro de 1959

Ao observarmos tal reportagem, e para fazermos uma ligação de aprendizado com devidas matérias do próprio jornal católico, se lembrarmos da matéria do dia 25 de janeiro de 1958 intitulada de “O Livro”, os seus redatores estariam corretos em dizer que a imprensa desenvolvida por Gutenberg tinha uma grande força quando utilizada para diversos fins, na ocasião as Revoluções que a reportagem condenou.

Entretanto, no momento o jornal *A Defesa* se utiliza de reportagens para produzir ideias e que à Igreja não eram condenáveis, diferentemente das Revoluções que para a Igreja seriam condenáveis e inclusive a imprensa, na mesma matéria, foi condenada, mas quando a mesma “imprensa” fora utilizada das mais

diversas formas possíveis pelo jornal católico, nada se criticou, até porque eram matérias “boas para o bom católico”.

Logo, ao saber da força que a imprensa escrita possuía, a Igreja não se limitou apenas em escrever textos, talvez para alguns as matérias escritas não seria o suficiente para compreender acerca do comunismo e pôr em práticas o discurso anticomunista pregado para Igreja Católica na década de 50, para o jornal católico a imagem também poderia ser uma instrução pedagógica acerca do comunismo até mesmo pudesse significar muito mais, e na ocasião, a melhor representação do que poderia vir a ser o comunismo, seja na China, ou até mesmo com a Revolução Cubana, o resultado seriam os mesmos, uma sociedade sem Deus estaria condenada ao atraso e a violência, mas caso convertendo-se ao cristianismo o progresso seria o equivalente as políticas norte-americanas, isto é, desenvolvimentistas.

Na charge é possível identificar que do lado do automóvel há um avanço, enquanto que onde possuem pessoas de pé, percebe-se uma imagem de violência e perigo que se vivia nas sociedades comunistas, dois lados e uma “verdade”, esse era o objetivo que a Igreja Católica tentou desenvolver ao produzir efeitos do que poderia vir a ser o comunismo.

Por essas e tantas outras matérias, o jornal *A Defesa* sempre relacionava contextos onde a necessidade de se ter um país católico era fundamental para qualquer nação, um jogo de discursos de fé e práticas políticas que até então não se dissociavam de modo algum. Uma estratégia de poder que não está apenas nos discursos políticos ou de culturas, mas também religiosos, onde instituições históricas como a Igreja Católica se utilizou afim de não perder as suas influências nas sociedades onde atuou.

E por meio deste breve estudo sobre a Igreja Católica a partir do jornal *A Defesa* também foi possível analisarmos que por traz de discursos de fé, e práticas religiosas, há muitos mais do que apenas rituais litúrgicas, há interesses políticos, como a contenção do comunismo na década de 50.

Mas é fato que por meio de tais encontros e desencontros, é que a Igreja Católica na década de 60 foi paulatinamente modificando o seu discurso, não se

aliando ao comunismo, mas pregando uma sociedade por meio de uma fé politizada focada nos mais pobres, é quando há não uma desvalorização da *Rerum Novarum* escrita por Leão XIII, mas uma ressignificação da proposta de fé e práxis social do clero, porque por meio desta obra também é possível analisarmos que o produto das religiões estão associados à princípios de fé, como também políticos, a fim de, institucionalizar Igrejas em dados tempos históricos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das grandes instituições que, mesmo abalada, se manteve firme no mundo pós-medievalismo foi a Igreja Católica Apostólica Romana. Apesar de todas as crises ocorridas com o advento do cientificismo, mesmo assim a instituição católica esteve e ainda está como uma das grandes referências religiosas do mundo.

Entretanto, essa manutenção entre tantas idas e vindas, mudou significativamente a relação da Igreja para como o seu povo. Mesmo sabendo que as religiões atuam em muitos momentos com uma “independência” em relação ao povo, pois “Deus não depende dos homens para existir”, ainda assim é preciso a manutenção de grupos que se autodenominem seus seguidores para que se possa manter a instituição da Igreja, e num aprofundamento mais objetivo da questão, até mesmo a coexistências de uma fé embasada na doutrina que se prega.

Logo, a Igreja Católica não se fez diferente ao longo da história da humanidade, apesar de saber que se perpetuou ao longo dos tempos, não se pode dizer que o catolicismo atual é semelhante ao medieval, há seus encontros e desencontros, contudo a sua relação com o povo está muito mais além do que propriamente a Igreja da Idade Média.

Essa modificação foi necessária justamente com o advento do homem racional, isto é, quando a Igreja Católica já não conseguia mais sustentar a sua doutrina como verdade absoluta diante da fragilidade humana. A partir do século XVII, o homem era autor e ator de sua vida, escritor da sua própria história e neste contexto a Igreja Católica foi perdendo o “poder” absolutista.

Entretanto pensar que a Igreja iria abrir mão de sua existência seria um engano, ela apenas se recodificou diante dos homens, foram árduas percas, mas que foram fundamentais para que o clero ainda continuasse em cena por muitos anos, não só no campo teológico divino ou imaginário social da população, mas também no campo da política.

Neste contexto, a teologia vai muito mais além dos textos bíblicos. Concílios foram sendo convocados para ajustar a Igreja ao tempo correspondente, o catolicismo precisava se modificar para que sua sorte não fosse modificada, pois o Deus onipresente, e que atravessa os tempos e os espaços, já não mais se apresentava tão forte, argumentou-se inclusive numa morte de Deus.

Mas não foi o que ocorreu, Deus não morre, mas apenas é rematerializado diante dos homens. A Igreja joga o jogo da arte do cotidiano, ela se adapta ao seu espaço e faz com que se construa uma nova forma de ser do catolicismo. Se antes a Igreja era unânime, após o século XVII já não era mais, deveria dividir forças com outros grupos, que na ocasião passaram a ser uma coletividade representada no Estado de Direito.

A Igreja transforma logo a fé numa prática política, não que antes não havia sido, mas que o teológico começava a vir cada vez mais em segundo plano; era preciso se aliar e assim não tardou em abrir mão do texto sagrado e reescrever novas interpretações da fé católica. Deus estava sendo ressignificado na voz dos que se autclamavam como homens de Deus, isto é, o clero.

Mas as tensões entre a fé do povo e o tempo histórico, não se resumiu apenas com o advento do Iluminismo, mas equalizou-se com as novas doutrinas que se projetavam nas sociedades pós-industriais. Se a Reforma Protestante forçou a Igreja Católica a se reconfigurar em termos discursivos de fé, com os movimentos de esquerda o catolicismo teve que redobrar os seus esforços.

Essa afirmação é feita, pois a Reforma Protestante não desviava o foco de uma fé, mesmo que uma fé considerada “herética” pelo catolicismo, ainda havia a presença de um Deus, mas com o marxismo, “a religião era o ópio do povo”. Um novo combate, e uma nova carreira que a Igreja Católica teria de enfrentar, e para que isso ocorresse foi criada a Doutrina Social da Igreja.

Escrita por Leão XIII, a *Rerum Novarum*, surge para anunciar entre os homens que seria possível o cristianismo existir em meios a tantas turbulências modernas, entretanto quando Deus deixasse de existir nos desígnios humanos o mundo estaria caminhando para o apocalipse.

Um discurso de fé, mas muito bem ajustado para o seu tempo, pois se o materialismo dialético condenou Deus, agora “Deus” estava condenando os materialistas. Um jogo de estratégias que ambas as partes se preocupavam em organizar as suas formas de atuação na sociedade e nada melhor do que atingir primeiro o imaginário social coletivo e depois ao próprio sujeito.

Dois objetivos distintos, mas estratégias semelhantes, a arte de fazer e de ser, que no cotidiano são significativamente importantes dependendo dos objetivos que se almejam. Contudo, neste trabalho, apenas foram analisados os discursos católicos em relação ao comunismo, procurou-se analisar como a fé se tornou um elemento de controle social e de guerra, a “caça ao comunismo” que surge no final do século XIX, mas que na segunda metade do século XX se intensificam, pois o mundo estava dividido entre os “inimigos apocalípticos”. Para a Igreja Católica, Deus e o diabo na terra, uma luta épica que os cristãos deveriam travar para conter a demonização da criatura de Deus, o homem.

Assim, na década de 50, a Igreja Católica se utiliza de vários meios para tentar conter o comunismo. A primeira, como já foi dita, a Doutrina Social Católica, e a partir dela, várias outras medidas foram sendo criadas, como missas, pregações em comunidade, movimentos estudantis e até mesmo a mídia, que é justamente um dos objetivos destes trabalhos.

Na cidade de Caruaru Pernambuco, por exemplo, o jornal *A Defesa*, um jornal católico, uma mídia impressa, que na ocasião foi a grande “arma” católica para atingir a toda população caruaruense na produção do anticomunismo e na defesa da fé católica. Uma nova Cruzada se anunciava, a cidade de Caruaru, interior pernambucano, vive por meio do discurso teológico o sentimento de medo do fim do mundo, pois para a Igreja Católica, na década de 50, o anticristo estaria materializado na figura do comunismo.

E é assim que a Igreja Católica buscou se articular na sociedade caruaruense, com discursos e práticas a fim de conter o comunismo, e foram esses, um dos vários métodos que o catolicismo encontrou para se manter ao longo dos anos no poder. Claro que, para cada época um discurso e uma prática, mas um dado que se pode ser analisado nesse breve trabalho, é que: a fé está, para instituições que se utilizam do sagrado, como a Igreja Católica Apostólica Romana,

ligada às relações meramente humanas e de teores políticos, como foi possível analisarmos nas suas práticas entre os anos de 1958 e 1959, em Caruaru Pernambuco.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes documentais:

Jornal *A Defesa*, 1958-1959. Acervo do NUPESQ/FAFICA.

### Obras consultadas:

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG Imaginário Anticomunista e Policiamento Político (1935-1964)**. Dissertação de Mestrado em História e Cultura Política apresentado no Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

AZZI, Riolando; KLAUS, van de Grijp. **História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretações a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1988.

CAHUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, SP: 2000.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 20011.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo, SP: Companhia da Letras, 2009.

FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (org.) **Brasil Republicano**; v.4 - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (org.) **Brasil Republicano**; v. 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil – militar de 1964. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo, SP: Loyola, 1996.



\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo, SP: Vértice, 1988.

GREEN, Toby. **Inquisição**: o reinado do medo. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2011.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2005.

GRUPPI, Luciano. **O pensamento de Lênin**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979.

MONTENEGRO, Antonio Torres. (org.) **História**: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil. Recife, PE: Ed. universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.

\_\_\_\_\_. **História, Metodologia e Memória**. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras Vermelhas nas Ruas das Cidades!** Comunismo e Espaço Público em Belo Horizonte (1945-1951). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, comunismo e revolução**: Pernambuco (1959-1964). Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PRITCHARD, Evans. **Antropologia Social da Religião**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Campos, Ltd., 1978.

SCOTT, Mainwaring. **A Igreja Católica no Brasil (1916-1985)**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

SCUDELER, Luiz Gonzaga. **Doutrina Social da Igreja e o Vaticano II**. São Paulo, SP: Paulus, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Stuart Hall, Kathyn Woodward. 9. ed. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

YAZBEK, André Constantino. **10 Lições sobre Foucault**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

**Sites Pesquisados**

*FIDEI DONUM* < [http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_21041957\\_fidei-donum.pdf](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.pdf)> Disponível em: 02/11/2015.

*QUADRAGESIMO ANNO* <[http://w2.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](http://w2.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html)> Disponível em: 02/11/2015.

*RERUM NOVARUM* <[http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.pdf](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.pdf)> Disponível em: 02/11/2015.

Vanguarda: <[http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=colunas&id=23&id\\_not=2603](http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=colunas&id=23&id_not=2603)>  
Disponível em: 03/02/2016.